

THAIS NUNES FEIJÓ

**TECENDO UMA REDE DE SOCIABILIDADES: VISIBILIDADE AO FUNDO
DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA NO IHGRGS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^aDr^a. Nádia Maria Weber Santos
Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Gomes Graebin

CANOAS, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F297t Feijó, Thaís Nunes.

Tecendo uma rede de sociabilidades [manuscrito] : visibilidade ao fundo documental Guilhermino César da Silva no IHGRGS / Thais Nunes Feijó. – 2015.

125 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

Aos meus pais, familiares, amigos e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, meus incansáveis incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Neste momento dos agradecimentos sempre nos vem o medo de esquecermos pessoas que são importantes para nós, das pessoas que abraçaram a trajetória do Mestrado conosco, incentivando e apoiando em todos os momentos.

Mesmo correndo o risco de esquecimentos não poderia deixar de agradecer a minha família que me deu total apoio, entendendo minhas ausências, principalmente minha mãe que sempre está ao meu lado, com uma palavra de incentivo e apoio.

Ao UNISALLE agradeço a bela estrutura de estudos, o apoio e o convênio com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o que possibilitou meu ingresso no Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais.

As minhas queridas orientadoras Profa. Dra. Nádia Maria Weber Santos e Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin agradeço por todo conhecimento que generosamente compartilharam comigo, pelas correções, incentivo e entusiasmo com que conduziram o trabalho. Generosidade e disponibilidade também demonstrada pelos membros da banca de qualificação e defesa, a vocês minha gratidão Profa. Dra. Carla Renata Antunes de Souza Gomes e ao Prof. Dr. Charles Monteiro.

Agradeço imensamente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pelo apoio e confiança em mim depositados, desde 2002, ano de meu ingresso como funcionária da Instituição. Principalmente ao Prof. Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente da Instituição pelo seu empenho em realizar o convênio com o UNILASALLE e imenso apoio durante todo o período do Mestrado. E aos meus colegas e amigos de trabalho todo meu carinho e reconhecimento.

É grande a alegria de se ter amigos, daqueles com os quais se pode dividir as angústias, incertezas e também as alegrias de cada etapa vencida. Também lhes sou muito grata meus amigos, vocês também são meu esteio e o motivo pelo qual busco ser uma pessoa melhor.

Sequestro de Guilhermino César ao completar setenta anos

Carlos Drummond de Andrade

Um dia convoco Cyro dos Anjos e planejo com ele um sequestro.
Voamos (perucas e bigodes despistadores) para Porto Alegre.
Lá ficaremos à espreita na Avenida Independência.
Quando sair de certo edifício um incauto senhor de óculos
nosso carro lhe embargará os passos
e ele será convidado a seguir conosco
rumo a lugar que bem sabe.
Assim roubaremos Guilhermino César ao País do Rio Grande
e o transportaremos ao País da Memória,
país de cafés-sentados e redações não eletrônicas de jornais,
de repartições públicas onde se cumpria o destino de literatos sem pecúnia,
autores de discursos que jamais pronunciaríamos,
pois os concebíamos para outros os pronunciarem
no majestático palanque do Poder,
enquanto refocilávamos em orgias
com a ninfa de coxas de espuma e seios-orquídea
chamada Literatura,
nosso maior amor e perdição.

Levaremos Guilhermino para livrarias
que não existem mais,
cinemas, bailes estudantis, piqueniques serranos,
que não existem mais,
debates flamívomos, cambalhotas de vanguarda
que não existem mais,
tudo que não existe mais e continua,
anulado, existindo.
Nesse país que foi o nosso
na neblinosa companhia de Emílio Moura,
João Alphonsus, outros, outros
de que já não há notícia terrestre,
reflorescemos
ao som indelével da valsa e do fox-trot
brindados pela orquídea do Maestro Vespasiano.

Refloresceremos todos. O tempo, acidente.
Outros, mudanças. Guilhermino
acaba de chegar de Cataguases,
estudante de medicina e ritmo,
nosso mais moço companheiro para sempre.
Nunca sairá daqui, não sairemos.
Ninguém fará de nós os septuagenários que somos,
dispersos, divididos no mapa das circunstâncias.
Este, o nosso eterno, etéreo território.
Aqui assistimos, somos. O resto aparência.
Este mesmo escrito: aparência,
não a realidade que se refere.
No único país real encontramos-nos em Guilhermino,
o que, menino, pediu ao pai uma bicicleta
e o velho deu-lhe as poesias de Bilac.

Que não nos procurem, não nos importunem.
Deixem-nos fruir o néctar absoluto.

RESUMO

Esta dissertação é fruto de pesquisa acerca do Fundo Documental Guilhermino César da Silva pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Foi dado destaque à importância deste intelectual radicado no RS em 1943, vindo de Minas Gerais como Chefe de Gabinete de Ernesto Dornelles, Interventor Federal no Rio Grande do Sul. Guilhermino César formou-se em Direito e além de ocupar cargos públicos, como Chefe do Gabinete do Chefe de Polícia em Belo Horizonte, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, foi também escritor, cronista e professor universitário. O Fundo Documental Guilhermino César da Silva aqui pesquisado, é constituído de documentos e objetos que retratam sua vida familiar, as correspondências trocadas com amigos, sua vida estudantil e profissional também estão contempladas no Fundo, o que nos permite conhecer uma parte significativa de sua vida pública e privada, bem como sua rede de contatos. Destacamos a importância do mesmo para constituir a memória do intelectual, para a memória do Rio Grande do Sul e como patrimônio ou bem cultural do estado do Rio Grande do Sul. Nosso objetivo é dar visibilidade ao Fundo Documental Guilhermino César da Silva custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o que se espera conseguir através da aprovação do projeto cultural, elaborado em anexo à esta pesquisa.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul. Guilhermino César.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research on the Documentary Fund Guilhermino César da Silva belonging to the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul. Attention was paid to the importance of intellectual living in RS in 1943, coming from Minas Gerais as Chief of Staff of Ernesto Dornelles Federal Interventor in Rio Grande do Sul. Guilhermino Caesar graduated in law and in addition to holding office as Chief of Police Head Office in Belo Horizonte, Secretary of Rio Grande do Sul State Finance and the Minister of Court State Audit of Rio Grande do Sul, was also a writer, columnist and university professor. The Documentary Fund Guilhermino César da Silva researched here, consists of documents and objects that depict his family life, correspondence exchanged with friends, professional and student life are also contemplated in the Fund allows us to know that a significant part of his public life and private and your network of contacts. We emphasize the importance of it to constitute the memory of intellectual, to the memory of the RS and as equity or of the cultural state of Rio Grande do Sul. Our goal is to give greater visibility to the Documentary Fund Guilhermino César da Silva guarded by the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul, which is expected to achieve by adopting the cultural project, elaborated in the annex to this research.

Keywords: Personalfiles. Cultural heritage. Rio Grande do Sul. Guilhermino César.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 - Casamento de Guilhermino César e Wanda Belli.....	62
FOTO 2 - Colegas da turma de bacharéis de 1932.....	79
FOTO 3 - Guilhermino César assinando o Termo de Imposição do Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra	82
FOTO 4 – Guilhermino e sua esposa Wanda Belli, após receber o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra.....	82
FOTO 5 –General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945). A.....	87
FOTO 6 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945). B	87
FOTO 7 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945). C	88
FOTO 8 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945). D	88
FOTO 9 - General Mark Clark em Porto Alegre com criança no colo (24.07.1945).....	89
FOTO 10 - Tancredo Neves	91
FOTO 11- Entrega das condecorações italianas ao Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Olegário Maciel, ao Secretário do Estado para o Interior, Dr. Gustavo Capanema, e a outras autoridades menores, em 9 de maio de 1932.....	91
FOTO 12- Pic-nique na Mangabeira, Belo Horizonte	91
FOTO 13 - Francisco Peixoto, Henrique Resende, Toniquinho Mendes, Guilhermino César e Marques Rabelo	91
FOTO 14 - Recebimento da medalha Cidade de Porto Alegre	92
FOTO 15 – Guilhermino César ao lado de Ernesto Dornelles	92
FOTO 16 – Getúlio Vargas cumprimentando Ernesto Dornelles e Guilhermino César	92
FOTO 17 – Guilhermino César conversando com Mário Quintana.....	92
FOTO 18 - Raú Ledoux[?], Guilhermino César, Rousseaux, Álvaro Magalhães; de pé: Darcy Azambuja, Jayme Back, Elpidio Paes, Dante de Laytano, Jean Roche, Ernesto Geisel	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.....	21
3 MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARQUIVOS PRIVADOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: A IMPORTÂNCIA DO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	41
4 VIDA E OBRA DE GUILHERMINO CÉSAR E SUA IMPORTÂNCIA COMO INTELLECTUAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	60
5 TECENDO A REDE DE CONTATOS DE GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA – O ACERVO E A IMPORTÂNCIA DO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR DASILVA.....	74
5.1 Da sensibilidade das cartas à praticidade dos documentos - um pouco da memória familiar de Guilhermino César.....	74
5.1.1 O estudante Guilhermino César.....	79
5.1.2 De aluno engajado a mestre incansável e reconhecido - O cronista, escritor e historiador que só queria ser lembrado como poeta.....	81
5.1.3 A vida política sem militância do Ministro Guilhermino César.....	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE 1.....	108
APÊNDICE 2.....	110
ANEXO 1.....	121
ANEXO 2.....	123
ANEXO 3.....	124
ANEXO 4.....	125

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma Instituição que completará 95 anos de funcionamento ininterrupto em agosto de 2015. Fundado por intelectuais e políticos rio-grandenses e, tantos outros membros que deixaram e continuam deixando inúmeras contribuições para a história do Rio Grande do Sul.

Conforme seu Estatuto (2004, p. 1-2), é uma Instituição privada, que têm entre outras finalidades a guarda de arquivos privados, proceder a estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Ciências Sociais e áreas correlatas.

Entre outras atividades que realiza, o Estatuto do IHGRGS, dispõe que:

coligirá, preservará e informatizará livros, periódicos e documentos que possam valer como elementos de informação, mantendo arquivo, biblioteca, mapoteca, filmoteca, banco de dados, videoteca e exposição para consulta dos membros e pesquisadores em geral; e também receberá livros, periódicos e documentos que lhe forem entregues, para serem abertos, lidos, divulgados, em época oportuna, ou arquivados se merecerem (IHGRGS, 2004, p. 1-2).

O IHGRGS apesar de ser uma Instituição privada é aberto aos pesquisadores e ao público em geral, que o procuram diariamente a fim de encontrar fontes documentais e bibliográficas para suporte de pesquisas e para a confecção de trabalhos de graduação e pós-graduação. E, também, com a finalidade de participar de outras atividades abertas ao público, bem como palestras realizadas na Instituição. Em 2014 aconteceram na sede do Instituto os seguintes eventos: // *Jornada Sandra Jatahy Pesavento*; o *VI Ciclo de Debates em História do Direito: as missões antes e depois da "Restauração" da Companhia de Jesus - continuidades e rupturas*; *Fórum de Genealogistas*; e a *VII Jornada de Estudos Genealógicos: território em formação e expansão*.

Com referência as fontes documentais, o acervo¹ do IHGRGS abriga atualmente (2015) 68 Fundos Documentais de intelectuais e políticos rio-

¹Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora. Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística, 2005.p.19.

grandenses. No caso desta pesquisa, o Fundo Guilhermino César da Silva (GCS). O IHGRGS também acolhe em seu acervo nove coleções: *Família Cruz Jobim; Família Coelho Leal; Família Osório; Gastão José da Silva Abbott; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; João Palma da Silva; Júlio César da Luz; La Hire Guerra; e Sérgio da Costa Franco.*

Encontra-se entre os 68 Fundos Documentais, o Fundo Documental Guilhermino César da Silva que é constituído por documentos e objetos sobre a vida pessoal e profissional do próprio Guilhermino César da Silva. O acervo é composto por cerca de 800 (oitocentas) fotos e correspondências suas e de seus familiares e amigos, medindo 2,05 metros lineares. Em seu Fundo Documental podemos encontrar documentos relacionados à sua vida estudantil e a sua carreira de professor (fotos, diplomas, certificados, correspondências e medalhas) da Universidade de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Coimbra, onde recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* no ano de 1964. Além disso, existem documentos e jornais nos quais colaborou como jornalista e/ou chefe de redação; a sua trajetória nos diversos cargos públicos e burocráticos que ocupou, como por exemplo: Chefe de Gabinete do Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles; Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; e Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Feita esta breve explanação sobre o IHGRGS e sobre o Fundo Documental Guilhermino César da Silva, destacamos alguns problemas e questionamentos para dar prosseguimento à pesquisa:

- a) Quem foi Guilhermino César na história da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul?;
- b) Qual a importância do Fundo Documental Guilhermino César da Silva para a história e Memória Social do Rio Grande do Sul?; e
- c) De que maneira fazer a gestão desta documentação do Fundo Documental Guilhermino César da Silva, pertencente ao IHGRGS, com a finalidade de valorizá-la e divulgá-la?

Para dar conta da problemática levantada partimos para a delimitação do objetivo geral de nosso trabalho de pesquisa que é:

- Dar maior visibilidade ao Fundo Documental Guilhermino César da Silva, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Desta forma verificamos a necessidade de estabelecermos os objetivos específicos a seguir:

- Estudar a importância deste intelectual para a cidade de Porto Alegre e para o Estado do Rio Grande do Sul;

- Verificar a constituição do Fundo Documental Guilhermino César da Silva, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; e

- Planejar a organização e divulgação do Fundo Documental Guilhermino César.

E, com a intenção de ir além de medidas protetivas para o acervo, buscamos também a aproximação com o passado, presente e futuro, classificando o acervo de maneira adequada para que os pesquisadores possam compreender sua formação e constituição.

A inserção do acervo na Instituição, as normas de classificação, elaboração de um catálogo, já com vistas ao futuro que se quer para seus acervos, num primeiro momento, em específico o Fundo Documental Guilhermino César da Silva, que esteja além de corretamente preservado e classificado, também amplamente divulgado e servindo de base para trabalhos de pesquisadores e estudantes.

Justificamos que o tema escolhido para trabalhar no mestrado, o Fundo Documental Guilhermino César da Silva deve-se a inúmeras motivações pessoais e profissionais que acabam nos levando a pesquisar determinado assunto, o que corrobora com a afirmação de Schwarcz *apud* Costa, Barros e Martins (2001, p. 290) ao dizer que ao falarmos em história e historiografia temos que levar em conta que os objetos de pesquisa são temas que tratam das inquietações e convicções do pesquisador.

As motivações pessoais e profissionais estão relacionadas a uma formação e atuação profissional nesta área. Como formação sou historiadora, licenciada e bacharel pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), graduada em julho de 2010 e Produtora Cultural (cadastrada na Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul). A atuação profissional se dá nas atividades exercidas no IHGRGS, sendo as principais de Secretária Executiva e Produtora Cultural, desde o ano 2002 até o presente (2015). Já aprovamos e

apresentamos inúmeros projetos, seja participando de editais, seja estabelecendo convênio direto com empresas².

Todos os projetos são elaborados com vistas à obtenção de auxílio financeiro para a modernização da Instituição, verba que possibilita: a compra de computadores; arquivos deslizantes; mesas; cadeiras; scanner; equipamento de projeção; mapotecas; viabiliza a contratação de estagiários; e principalmente permite a melhoria das condições de preservação e divulgação dos Fundos Documentais que compõe o acervo do IHGRGS.

Alguns Fundos Documentais já foram contemplados, como por exemplo, Padre Roberto Landell de Moura e Antônio Augusto Borges de Medeiros, cujos inventários já estão inclusive disponibilizados no site da Instituição³. Sendo que as mais de 5 mil folhas de documentos que compõe o Fundo Roberto Landell de Moura já estão digitalizadas e ainda nesse ano (2015) estarão disponíveis para os pesquisadores em meio digital.

Além dos projetos serem importantes para a obtenção de recursos para a salvaguarda dos acervos privados depositados no Instituto, através do contato diário com os problemas e necessidades desse tipo de Instituição Cultural, percebo a necessidade também de que o acervo seja visto, interpretado e questionado pela sociedade. No caso específico desse projeto, nossa intenção é dar destaque à importância histórica do Fundo Documental Guilhermino César da Silva, pois observamos que esse é um dos arquivos que não vem recebendo solicitações de pesquisa; aliás, notamos que de uma relação de 68 Fundos Documentais, somente 2 ou 3 são frequentemente pesquisados e outros nem sequer são procurados.

Portanto, os projetos também têm o papel primordial, de através da liberação de recursos ou apoiando as iniciativas da Instituição, dar visibilidade à Instituição que o abriga. Ademais o próprio Fundo Documental que está sendo trabalhado.

Procedemos então, no caso do Fundo Documental desse intelectual, a leitura dos documentos, o que nos permitiu verificar a importância dos escritos e materiais deixados, constituindo-se em patrimônio documental do Rio Grande do Sul.

² Listagem de projetos aprovados (2002-2014) no Apêndice 1.

³ www.ihgrgs.org.br

O Fundo Documental Guilhermino César da Silva necessita de procedimentos que garantam sua preservação⁴ e divulgação, assim como outros fundos do Instituto. Para atender a este objetivo fez-se necessário, inicialmente, conhecermos mais do personagem Guilhermino César, tendo em vista sua importância para a história cultural de Porto Alegre, para posteriormente elaborar projeto com vistas a classificar, organizar e divulgar esse Fundo Documental.

Assim, o IHGRGS conseguirá cumprir, no que diz respeito a esse Fundo Documental, seus objetivos estatutários de preservar e divulgar os documentos que lhe pertencem, ou seja, dando-lhes tratamento adequado, acrescentando as informações necessárias sobre sua composição, seu criador e histórico do acervo na Instituição e preparando-os para que possam ficar disponíveis para consulta do público em geral.

É com o projeto cultural que se disponibilizará com maior eficiência o Fundo Documental para os consulentes, a partir da possibilidade de elaboração de um catálogo. E, é aos profissionais que trabalham mais diretamente com este tipo de acervo, os arquivistas e historiadores, no caso do IHGRGS, que cabe o trabalho de selecionar o que deve ser arquivado, seleção que parece ser uma das atividades mais árduas para estes profissionais.

A melhor solução seja talvez a busca de elementos contidos nestes arquivos, elementos que muitas vezes os tornam únicos e representativos de uma época. Uma análise interdisciplinar e atenta torna-se fundamental na hora de decidir o que arquivar e o que descartar em último caso, após uma criteriosa avaliação. A preservação do patrimônio cultural

[...] visa salvaguardar o que definimos como bens culturais, que são produtos de nossa cultura – do pensamento, do sentimento e da ação do homem. A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – materiais ou imateriais – ou seja, dos valores que são atribuídos a esses bens. Sendo assim, a seleção dos bens é um ato intelectual que só se constitui quando "alguém" seleciona como signo cultural. Portanto, o patrimônio surge de uma atribuição de valor, isto é, necessita de um olhar crítico. (BOJANOSKI, GONÇALVES e SANTOS, 2012, p. 20).

⁴Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico. Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística, 2005. p.135.

Segundo aponta Maria Cecília Londres Fonseca, uma política de preservação, ou de reconhecimento de um patrimônio, vai além de medidas protetivas:

Faz-se necessário “questionar o processo de produção deste universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção”. A salvaguarda desse patrimônio vai além da salvaguarda de resquícios do passado. A proteção do patrimônio cultural consiste em um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, em prol de um futuro de relações sociais mais justas. (MICHELON, MACHADO JUNIOR, GONZALEZ. 2012, p.13)

Diante da composição do Fundo Documental destacamos que ele pode ser considerado como patrimônio documental do Estado do Rio Grande do Sul. E, sendo um patrimônio do nosso Estado, seu conteúdo deve ser de conhecimento público, para tanto, torna-se imprescindível que se desenvolva junto ao IHGRGS um projeto cultural (que é o produto final desta pesquisa de Mestrado) que possibilite a melhoria das condições de divulgação e acesso a este patrimônio.

A metodologia central aplicada neste trabalho tem uma abordagem qualitativa, na pesquisa documental e bibliográfica que nos permite conhecer mais sobre a vida e obra do intelectual, para posteriormente poder conhecer a composição do Fundo Documental Guilhermino César pertencente ao IHGRGS

Para tanto, foi primordial fundamentar o trabalho em uma revisão bibliográfica de autores que tratassem de assuntos ligados à memória, que discutam este campo de conhecimento tão amplo que permite estudos de diversas áreas do conhecimento, igualmente sobre patrimônio, como arquivos e mais especificamente a importância dos arquivos privados como fonte de estudo e a preservação desse patrimônio documental.

Para atender a tais procedimentos, optamos por dividir a pesquisa em duas etapas essenciais: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Quanto à pesquisa bibliográfica iniciamos pelo mote da vida e obra de Guilhermino César. Com o intuito de preparação não só para o projeto cultural, mas também para elaborar com a equipe de funcionários do Instituto (arquivista, historiadora, bibliotecária e técnica em informática) um plano de organização e divulgação do Fundo, e para tanto era imprescindível obter o conhecimento das atividades do objeto deste. Pois, tão necessário quanto conhecer mais sobre o intelectual Guilhermino César e o Fundo Documental que o IHGRGS abriga, é fazer

um correto trabalho com esta documentação, o que foi possível com o suporte da bibliografia pesquisada. A leitura realizada de artigos, sites e outros trabalhos nos ajudaram a conhecer a vida e obra de Guilhermino.

Os seguintes temas foram estudados ao longo da pesquisa, através de teóricos pertinentes a cada assunto: Arquivos Pessoais; Memória Social; Memória Arquivo, História Cultural, Patrimônio Documental e Patrimônio Cultural.

Inicialmente, buscamos reunir elementos que amparassem a defesa da documentação deste intelectual como patrimônio documental do Estado. Neste sentido, procedemos à revisão bibliográfica de publicações que tratassem sobre Memória Social, aqui entendida como um campo do conhecimento e de estudo interdisciplinar que permite contato com diversos autores, de diversas áreas.

A interdisciplinaridade é de fundamental importância para o entendimento dos vários conceitos atribuídos à memória. Este conceito de Memória Social é significativo e nos faz refletir e defender a importância de se preservar um arquivo privado. Destacamos aqui, o fato de ele ser portador, também, de Memória Coletiva e assim entendemos a relevância de se torná-lo público, bem como de preservá-lo em uma Instituição aberta ao público.

A revisão bibliográfica foi centrada, mais especificamente (e não somente) nos historiadores que escrevem sobre memória e patrimônio, que escrevem sobre estes campos de conhecimento tão vastos e ricos em possibilidades de estudos e de definições. Quando se diz que as possibilidades de definições são inúmeras, que o leitor não entenda como falta de clareza, de precisão e de organização, mas sim, como sendo a Memória Social um campo extremamente dinâmico e novo, que vem sendo estudado e definido por diversas áreas do conhecimento, sem deixar de ser ciência, mas sim aberto a discussões e novas abordagens.

Procuramos também durante a revisão bibliográfica buscar autores que tratassem de questões fundamentais para instituições e profissionais que trabalham com arquivos e memória. Para pesquisar a temática de arquivos privados, sua criação e constituição diversos autores foram estudados, como: Ana Maria de Almeida Camargo, que trabalhou com os procedimentos adotados para a organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso; Ângela de Castro Gomes, que trata de questões ligadas aos historiadores e arquivos privados; Lucia Maria Velloso de Oliveira, que aborda a pesquisa e outras reflexões direcionadas

aos arquivos pessoais; e Terry Cook, que discute o papel dos arquivos pessoais e arquivos institucionais para a memória do mundo pós-moderno.

A outra etapa basal, como já referido, foi à realização de pesquisa documental sobre o IHGRGS, que se desenvolveu com a revisão detalhada de artigos, dissertações e outros documentos do Instituto, contribuindo com a finalidade de produzir um breve histórico sobre a Instituição. Atividade de grande importância, pois em todo projeto cultural é extremamente necessário que a Instituição apresente as atividades que exerce, comprovando assim a capacidade de execução do projeto.

Com a conclusão das duas etapas acima, partimos para o levantamento e análise do Fundo Documental Guilhermino César do IHGRGS. Para dar continuidade ao estudo foi necessário verificar a documentação disponível na Instituição e a forma como a documentação lá chegou, bem como saber quem fez a doação, por qual motivação e a organização inicial dos documentos, e ainda onde eles estavam depositados. A partir desse histórico da documentação, e somente com ele, podemos analisar o Fundo, os documentos que o compõem, estipulando e procurando fidelidade as ligações de sentido que o geraram, para então estabelecermos um plano de organização e divulgação.

Verificamos que Fundo Documental Guilhermino César da Silva sob custódia do IHGRGS, está parcialmente organizado em 73 pastas, álbuns fotográficos e duas caixas de fotos, seu fundo compreende o período de 1906 a 1993. Compõem-se basicamente de documentos pessoais seus e de seus filhos, de documentação da família de sua esposa Wanda Belli de Sardes (com destaque ao pai desta, o Conde Belli), correspondências, recortes de jornais, coleções de selos, centenas de fotografias e por álbuns fotográficos.

Após o contato direto com o Fundo decidimos que o produto final deste Mestrado seria a elaboração de projeto cultural com vistas à organização e divulgação, prevendo nele atividades que atendam as necessidades deste Fundo Documental em específico, como por exemplo, seu correto acondicionamento e conservação, verificar qual o tipo de higienização que vai necessitar, bem como se há necessidade de restauros.

A compreensão da forma como se pretende organizar o Fundo e um plano de ação de divulgação também são pré-requisitos à elaboração do projeto.

Com todas as informações necessárias o projeto foi elaborado e direcionado para concorrer em editais de patrocínio de organização de acervos, ou para órgãos

públicos ou não, mas que apoiem esse tipo de ação. Pelo que já se conhece da constituição do Fundo, podemos citar aqui, a título de exemplo de possíveis patrocinadores e incentivadores da captação de recursos, o Fundo de Apoio a Cultura da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (PRÓ-CULTURA), a Lei Rouanet, o BNDES, a PETROBRAS e o FUMPROARTE.

A escolha do Edital ou da Lei de Incentivo será de acordo com a modalidade que estiver com prazo para apresentação de projetos aberta para submissão e de algumas outras especificidades do projeto, como: valor, tempo de duração e prospecção de possíveis empresas que tenham interesse em divulgar/relacionar sua marca com o Fundo. Caso nenhum Edital esteja em andamento, o projeto será elaborado e formatado em algum destes editais e ou leis, com vistas a futura submissão.

Portanto, o produto final é a elaboração de um projeto cultural, com o objetivo de captar recursos para a organização e divulgação do Fundo Documental Guilhermino César, pertencente ao IHGRGS.

Importante acrescentar que durante a elaboração do projeto cultural, tivemos o aporte de uma arquivista, Vanessa Gomes de Campos⁵. Como citado anteriormente, tanto a Instituição executora do projeto, o IHGRGS, quanto a produtora cultural possuem experiência na elaboração, execução e prestação de contas de projetos direcionados para a área de patrimônio, acervos e modernização de instituições culturais, atividades em que se dedicaram nos projetos com: FAPERGS, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, PETROBRAS, BNDES, FUMPROARTE/SMC/POA, COPESUL, OI Futuro, AGERGS e FAC/RS.

A dissertação foi organizada da seguinte forma: na introdução optou-se por trazer ao leitor nossos objetivos e os caminhos percorridos pela pesquisa, alguns conceitos de fundamental esclarecimento e a nossa capacidade atestada pela experiência na área em realizar um projeto cultural, desde o seu planejamento até a sua execução.

O próximo capítulo contém uma breve trajetória do IHGRGS, onde procuramos trazer resumidamente um pouco do histórico desta Instituição que abriga o Fundo Documental Guilhermino César da Silva, pois tão necessário quanto

⁵ Arquivista e Historiadora da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

conhecer o Fundo Documental que estamos trabalhando é conhecer a Instituição que o abriga, seu histórico, sua atuação e a sua inserção na sociedade.

No capítulo três, *Memória, História, Arquivos Privados e Patrimônio Cultural: a importância do Fundo Documental Guilhermino César para o Estado do Rio Grande do Sul*, optamos por trazer ao leitor uma discussão teórica, uma revisão dos principais conceitos ligados a esta pesquisa o que no final nos permitirá entender o Fundo Documental Guilhermino César da Silva como patrimônio documental do Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo trata diretamente do personagem principal da pesquisa, buscando em sua trajetória pessoal e profissional o entendimento sobre os documentos que compõe seu acervo e também evidenciar por meio de suas diversas atividades a importância deste intelectual para a nossa história.

O Fundo Documental Guilhermino César da Silva é trabalhado mais especificamente no quinto capítulo, pois já se tem a base necessária para compreender a importância de cada documento arquivado, o que nos permitirá tecer a rede de contatos do intelectual e a importância do conjunto do seu Fundo Documental.

O capítulo dois, que segue nas próximas páginas, trata do IHGRGS, uma Instituição de grande importância na escrita e discussão sobre a história do Rio Grande do Sul, que abriga entre seus membros diversos intelectuais, assim como Guilhermino, que ajudaram e ajudam a trazer para o debate, o estudo e a interpretação da nossa história.

2 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

O IHGRGS é uma Instituição privada que neste ano (2015) completará 95 anos de funcionamento ininterrupto, criada nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu estatuto nos traz as bases, os objetivos de criação desta Instituição, o que buscavam os intelectuais e políticos rio-grandenses que fundaram e estabeleceram as atividades as quais iriam se dedicar institucionalmente.

O estatuto criado em 2004, documento que rege e organiza as atividades atuais da casa, apresenta entre as várias finalidades a guarda de arquivos privados, proceder a estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Ciências Sociais e correlatas a essas áreas.

Mas, para traçar este breve histórico do IHGRGS precisamos retroceder um pouco mais no tempo, antes de 1920, quando se tem notícias de algumas tentativas de fundação de um Instituto Histórico, poucos relatos se tem sobre iniciativas entre 1852- 1855 já em relação a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico em 1860, se tem mais trabalhos publicados e fontes de pesquisa sobre este primeiro IHG em nosso estado (MEDAGLIA *apud* NEDEL, 1999, p. 58).

É no jornal *O Conciliador* (13.03.1860 p. 2-4) que encontramos em seu noticiário a convocação de assembleia geral dos membros que compunham este Instituto para tratar da aprovação dos Estatutos, bem como de sua filiação ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (hoje Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Denominado de Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense chegou a funcionar, recebendo através do Decreto nº 3.167 de 28 de outubro de 1863⁶ autorização para continuar a exercer suas funções e aprovação dos estatutos.

Este Instituto publicou uma revista entre os anos de 1860 e 1863, e após 3 anos de funcionamento, encerrou suas atividades em 1864, mas representou o interesse pela cultura, e “quicá interesses políticos, que animavam os homens de letras do Rio Grande” Gomes (2006, p. 207). No decreto vemos a nomenclatura do Instituto como Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense, mas no trabalho de

⁶ Cópia do Decreto nº 3.167 – de 28 de outubro de 1863 está arquivada na secretaria do IHGRGS e também na Coleção IHGRGS.

Gomes (2006) assim como em outros, inclusive na própria Revista que chegou a ser editada por este Instituto, vemos o nome de Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP).

Das pesquisas realizadas, tudo indica que este IHGPSP encerrou suas atividades por problemas financeiros para manter as principais necessidades de uma Instituição Cultural naquele período, como a impressão da Revista, a compra de material de expediente e inclusive de manutenção da biblioteca, mesmo com a ajuda de seus sócios beneméritos (MEDAGLIA *apud* NEDEL, 1999, p.58).

Letícia Nedel, com base no livro de Marlene Almeida Medaglia (1983), uma das autoras de base para qualquer trabalho sobre o IHGRGS, pois foi uma das primeiras a dedicar-se a estudar sua história, em 1983 em sua dissertação de mestrado na UFRGS, transcreve e reflete sobre o motivo pelo qual as tentativas de criação de um Instituto Histórico não terem tido sucesso na então Província de São Pedro.

[...] natureza periférica e provinciana da vida cultural de uma região que tivera, desde as suas origens, seu desenvolvimento econômico e social restrito pelos limites do mercado nacional, e para a qual uma associação desta natureza não se configurava, ainda, como um instrumento de afirmação política intra ou inter-regional (Medaglia *apud* NEDEL, 1999, p.58 e 59).

Com efeito, o panorama das obras históricas e literárias publicadas na província até por volta de 1880, revela uma produção, além de rarefeita, pouco identificada com os interesses regionais. Obviamente, a pesquisa acerca do passado provincial estava ainda longe de se constituir como um saber especializado, reconhecido por regras e procedimentos comuns. Na verdade, seus maiores incentivadores eram os viajantes e os funcionários delegados pela Coroa que, ao participarem da criação do IHGPSP, teriam buscado instaurar na província um modelo aproximado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua missão seria a de, incrementando o conhecimento da história, da geografia e das riquezas naturais da região, contribuir para o estreitamento de seus vínculos com o país. (NEDEL, 1999, p. 59).

Vemos então que as explicações vão além das carências financeiras, mas também pela falta de um público “consumidor” da produção e dos debates de uma Instituição nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aqui na província de São Pedro. Ao se falar dos viajantes que aqui estiveram, nos vem à memória Auguste de Saint-Hilaire, cujas anotações/escritos de viagem ao Rio Grande do Sul serviram de base para a escrita da nossa história, sendo citado por muitos intelectuais rio-grandenses, como veremos adiante.

A fundação do atual IHGRGS ocorre em 1920 e a exemplo do primeiro IHGPS também teve por base o auxílio e o empenho de Antônio Augusto Borges de

Medeiros, Presidente do Estado, assim como o apoio de outros políticos e ocupantes de cargos importantes no Rio Grande, como, por exemplo, Getúlio Vargas (GUTFREIND *apud* MONTEIRO, 2006, p. 52).

Como é possível observar por meio da nominata da diretoria e dos sócios do Instituto, este era formado por elementos da elite política, social e cultural do Estado. Havia estreitos laços unindo os sócios do Instituto ao governo estadual e municipal, à Igreja e ao Exército. Desde a fundação do Instituto, os historiadores ou estudiosos da história local estavam ligados às elites dirigentes e dependiam financeiramente do Estado para a manutenção da sede, formação da biblioteca, reunião de documentos e a publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o que teve consequências importantes para a produção da história do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (GUTFREIND *apud* MONTEIRO, 2006, p. 52 e 53).

O IHGRGS foi fundado por intelectuais e políticos rio-grandenses, como Antônio Augusto Borges de Medeiros, Achylles Porto Alegre, Emílio Fernandes de Souza Docca e tantos outros membros que deixaram e continuam deixando inúmeras contribuições para a história do Rio Grande do Sul.

Importante destacar que em 1921 é editado o primeiro número da Revista do IHGRGS, entre os anos de 1951 e 1974, como veremos adiante ela para de ser publicada por questões financeiras.

Nos primórdios de sua existência, em meados da década de 20, conforme as Atas das reuniões de Assembleia Geral e de Diretoria, arquivadas na Instituição, encontramos referências ao recebimento de auxílios financeiros e doações dos municípios do Rio Grande do Sul ao IHGRGS, que dessa forma, contribuía para a manutenção das atividades do Instituto. Teve no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Museu Júlio de Castilhos dois importantes parceiros neste início. Embora sua sessão inaugural tenha sido na Intendência Municipal, o Arquivo Público é que abrigou a sede do IHGRGS inicialmente. Nedel afirma que

A partir de então, tanto os documentos oficiais quanto a arena onde os eruditos locais empreendiam os debates encontraram-se sediados do próprio Museu, enquanto este e o Arquivo ocupavam-se da contratação de historiadores pagos pelo estado para sistematizarem as informações documentais num discurso histórico oficial. Os profissionais incumbidos dessa tarefa passaram a circular pelos cargos de diretoria dos três órgãos, ao mesmo tempo em que o compartilhamento do espaço físico, dos funcionários, da biblioteca e dos arquivos, criava uma situação de extrema funcionalidade para o exercício da pesquisa histórica do MJC [Museu Júlio de Castilhos](NEDEL, 1999, p. 70).

A exemplo do que aconteceu no primeiro Instituto, teve-se ainda em 1920 uma busca pela escrita da história do Rio Grande do Sul. Trabalho que o Estado apoiou e delegou aos seus intelectuais, os mesmos que ocupavam cargos públicos.

Segundo Martins (2011,p. 57)

[...] o principal esforço no sentido de institucionalização do meio intelectual no RS não foi suscitado nos círculos e pelos motivos literários, e sim no campo da produção “científica” e na voga da pregação nacionalista, através da criação do IHGRGS em 1920. Este instituto reuniu os principais nomes da produção intelectual até consolidar-se como o principal espaço institucional de produção do saber histórico do estado, até ser deslocado pela institucionalização da pesquisa histórica nos cursos universitários de pós-graduação na década de 1970.

Com o apoio e diretrizes apontadas pela presença do Estado na Instituição vemos que a história produzida pelos intelectuais do Instituto neste período é de cunho nacionalista, procurando a partir da história do RS criar uma aproximação com a história nacional, mas segundo Martins (2010) esta não é uma peculiaridade do IHGRGS, mas sim uma questão que se fez presente na maioria da intelectualidade Brasileira, pelo menos desde a Primeira Guerra, no sentido de união, de orgulho nacional e também mostrar-se como um Estado que colaborou com o país.

Os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul acionaram um discurso historiográfico regional com teor nacionalista com o propósito de inserir o RS no arcabouço cultural brasileiro, com vistas a tornar o estado apto à competição política (mas não só) com outras unidades da federação. No entanto, não se tratava de um esforço singular e autóctone dos historiadores rio-grandenses. A questão nacionalista e da identidade nacional estava na agenda intelectual brasileira desde a Primeira Guerra (MARTINS, 2010, p. 3).

Então, Ieda Gutfreind identifica duas matrizes ideológicas na historiografia, ou seja, matrizes como discursos com características comuns que segundo a historiadora estes discursos comuns representam a “busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense”, denominando-as de matriz platina e matriz lusitana. Por seguidores da matriz platina entendendo os historiadores que davam destaque a influência do contato com a “região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense” inclusive seu território, já os seguidores da matriz lusitana minimizam estas aproximações, também uma terceira que reconhece estes dois

contatos, sem deixar de ressaltar a aproximação com o Império (GUTFREIND, 1998, p. 11 e 12).

A partir da década de 20, sobretudo, na história do Rio Grande do Sul, “intensifica-se a representação da história lusitana”. Com o financiamento do Estado e a disponibilização de seus funcionários para a pesquisa e escrita da nossa história. Então uma das tarefas as quais estes intelectuais do IHGRGS se dedicaram foi a da escrita da história do Rio Grande do Sul, pois nesta década de 20 a noção de que se tinha, “era a de que tudo ainda estava por fazer, por ser escrito”, portanto, fizeram-se necessários estudos e a elaboração de trabalhos históricos, um dos intelectuais citados que representam este período de resgate da história do RS é Aurélio Porto que realizou diversas pesquisas, inclusive na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, com o apoio do Estado, principalmente sobre a Revolução Farroupilha (GUTFREIND, 1998, p. 30).

A sensação de que tudo ainda estava por fazer, talvez se deva ao fato da intelectualidade gaúcha estar em mudança, estar procurando novas explicações para a história do Estado e para isto era necessário lançar-se a pesquisa, questionar os primeiros escritos, buscar as fontes, para assim encontrar mais respostas, atividade a qual se dedicaram os intelectuais do IHGRGS (GUTFREIND, 1998, p.30).

O que sem dúvida também nos dá uma noção da “efervescência” cultural neste período, onde mesmo os resultados das pesquisas seguindo a mesma linha de um Rio Grande do Sul brasileiro, exaltando seus líderes é um período de grande produção (GUTFREIND, 1998, p. 26).

Ieda Gutfreind assinala que:

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da história gaúcha se impuseram desde a década de 20. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1998, p. 25).

Sem dúvida, os últimos anos da década de 1920 marcaram o esforço político do Rio Grande do Sul para alçar-se à liderança nacional. Como uma cruzada cívica, políticos, intelectuais, sejam escritores, jornalistas ou historiadores, tanto da matriz platina quanto da matriz lusitana, concorreram para projetar o Rio Grande do Sul no Brasil (GUTFREIND, 1998, p. 30)

O que de fato ocorre, com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República e com isso o Estado ganha mais visibilidade nacional, período de um Rio Grande do Sul brasileiro, em que a obra de Alfredo Varela do IHGRGS veio em discordância com o período, de encontro com as expectativas políticas de escrita da nossa história, pois Varela volta a “reinserir a Revolução Farroupilha na platinidade” e sua obra não foi bem aceita pelos seus pares de IHGRGS, assim como todos os outros que neste período nacionalista tenderam para a influência platina (GUTFREIND, 1998, p. 149).

Outra classificação é comumente dada aos historiadores do IHGRGS à denominação de positivistas, classificação que rotula e não respeita as características e “crenças” individuais de seus sócios. Por se tratar de um grupo bastante diverso acreditamos e aceitamos com mais naturalidade a expressão “ecletismo teórico” usada por Ieda Gutfreind, que completa:

Insiste-se em afirmar que a influência do positivismo comtiano foi flagrante entre os membros do IHGRGS, porém a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de seus membros é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões história e historiografia tradicional (GUTFREIND, 1998, p. 29).

Rotular a tentativa de se criar uma unidade explicativa embora tentadora é excludente e simplista e errada para a descrição da produção historiográfica sul-riograndense que ao longo do tempo vai diferenciando-se. Mesmo tendo alguns pontos em comum, como por exemplo, a figura do gaúcho sul-rio-grandense e sua origem lusitana. Com o passar dos anos a história foi sendo revisitada com novos objetivos. Desse modo,

[...]observa-se a existência de um fio condutor mais profundo e mais recorrente, o qual se sobrepõe e segue paralelo ao da figura idealizada do gaúcho. Aqueles que se dedicaram à história do RS, seguindo muitas vezes rumos distintos, concordaram em um ponto: a construção de uma identidade brasileira para o gaúcho sul-rio-grandense, buscando suas origens no lusitanismo. Tendo como referência a historiografia do final do século passado, reconhece-se uma revolução, pois naquele momento interessava mostrar as singularidades do RS em relação ao restante do Império, e as obras de Alcides Lima e Assis Brasil são exemplos. No século 20 busca-se aproximar e indicar similitudes quanto às origens e sentimentos do gaúcho em relação ao restante do País. São Dois momentos em que se observa de forma cristalina a utilização da história. [...] Embora os pesquisadores rio-grandenses reconheçam a existência de um gênero de trabalho e um estilo social comum ao RS e ao Prata devido à produção pecuária, eles se preocupam em caracterizar como diferentes o gaúcho do RS e o platino. Decorre disso a afirmação de Guilhermino

César: “Isso não quer dizer, todavia, que o gaúcho platino e o rio-grandense sejam o mesmo e único tipo social. Bem longe disso, o brasileiro, moldado a uma vida civil em que predominou o sentido hierárquico, a disciplina, o grupo familiar, se distanciou cada vez mais daquele(...) (GUTFREIND, p. 150).

Retornando ao período de Getúlio Vargas na presidência do país, a partir de 1930, vemos a continuidade do apoio político e financeiro aos intelectuais, que também ocupavam cargos públicos, o “apoio governamental aos Institutos, congressos, publicações e a criação revistas e jornais, além dos instrumentos de censura e repressão policial para controlar a produção intelectual” (MONTEIRO, 2006, p. 54).

Neste período, o IHGRGS, também estava presente nas discussões de caráter histórico e cultural sobre o Rio Grande do Sul, realizou em parceria com o Arquivo Público os quatro Congressos de História e Geografia. O 1º Congresso realizado em 1935 tratou sobre o centenário da Revolução Farroupilha, já no 2º Congresso ocorrido em 1937 o tema central foi o bicentenário da fundação de Rio Grande. Em 1940 o 4º Congresso, teve como assunto principal a fundação de Porto Alegre e no último congresso, no ano de 1945, o 1º Centenário da Paz de Poncho Verde alcançou o posto de tema principal (dados pesquisados nas atas e Revistas do IHGRGS).

Dentre os membros do IHGRGS foram recrutados muitos dos professores dos cursos de História e Geografia para as primeiras faculdades aqui estabelecidas, na década de 40 (atuais PUCRS e UFRGS), a outra parcela veio de magistrados, militares, engenheiros, médicos e professores das Faculdades de Direito e Letras. Inicialmente centros de ensino voltados para formação de professores universitários, sem o objetivo de pesquisa e produção historiográfica, pois os responsáveis por esta produção eram os membros do IHGRGS e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Conforme destaca Monteiro:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi o principal lugar de produção e legitimação dos discursos históricos sobre a formação da sociedade sul-riograndense e porto-alegrense. É necessário compreender as origens sociais e os vínculos políticos dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como os meios de difusão do conhecimento nele produzido, pois foi o Instituto que ocupou o lugar central da cena historiográfica até a década de 1970, ao congregar produtores de historiografia e apresentar-se como guardião da memória local – embora a crônica e o romance também tenham sido lugares importantes de elaboração da memória das experiências urbanas,

completando ou contrapondo-se à produção historiográfica. (MONTEIRO, 2006, p. 56).

Letícia Nedel aponta que a perda de protagonismo, chegando a falar em crise institucional do IHGRGS na produção historiográfica do RS se dá, sobretudo a partir do ano de 1950, com embates internos dentro do Instituto, principalmente com os historiadores do Folclore, dentre eles Manoelito de Ornellas, Walter Spalding e Dante de Laytano, este último chega inclusive a apelidar Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Guilhermino César de “donos do IHGRGS”. De acordo com Nedel:

Os três últimos nomes da lista formavam o triunvirato que, à frente uma Instituição mergulhada em uma dupla crise, financeira e de credibilidade, reagia aos novos tempos de modernização da pesquisa sustentando seu poder de veto, através do exercício do monopólio dos “pareceres” encomendados pelo governo estadual. A posse de Guilhermino César e Moysés Vellinho abre, naquele momento, uma fase de dissensão na história política do IHGRS. A Instituição, mesmo permanecendo a guardiã oficial da memória patrocinada pelo governo, já não é a única instância de consagração dos pesquisadores – que, no limite, eram os responsáveis pela regulação da escrita. Dividido internamente, indeciso entre a tradição e a modernidade da história, o IHGRS tenderá a aferrar-se mais uma vez ao Estado e ao próprio passado, governando-se por uma recomposição de forças (NEDEL, 2005, p. 314).

Nesta década de 50 com o fim do período Vargas novas visões se formam e antigas concepções do modo de se procurar escrever a história do Rio Grande do Sul vão sendo questionadas, novos intelectuais vão surgindo neste período de democratização e de descentralização. O que traz a tona o choque de pontos de vista entre os historiadores e dentro do IHGRGS não poderia ser diferente, portanto são constantes os embates entre seus membros, grande parte do material pesquisado por Nedel está na correspondência do Museu Júlio de Castilhos (MJC), da Comissão de Estudos do Folclore (CEF) e da correspondência de Dante de Laytano (NEDEL, 2005, p. 410-411). Sobre isso temos a afirmação que

Os vinte e dois volumes que guardam a correspondência do MJC, da CEF e de Laytano, entre os anos de 1952 e 1958, são ricos em comentários desairosos sobre um Instituto “mais morto do que nunca”, governado pelos “que não fazem absolutamente nada e exigem a todo custo que os que trabalham deixem de publicar ou trabalhar” [neste trecho Nedel cita entrevista feita com Dante de Laytano] (NEDEL, 2005, p. 410).

Ainda, segundo Nedel outros indicativos da decadência institucional são a queda na entrada de novos membros no Instituto, a perda de prestígio junto as universidades, a crise financeira e “pela dificuldade de concorrer com uma memória adequada a outros tempos, em tempos de novos esquadrões” (NEDEL, 2005, p. 411). Agora o IHGRGS mesmo com apoio do Estado, podia ser contestado, os novos intelectuais já não tinham mais o compromisso político de construção de uma história atrelada ao nacionalismo de Vargas.

É importante situarmos aqui o intelectual Guilhermino César da Silva, sua forma de ver a literatura no Rio Grande do Sul, e através de entrevistas concedidas a dois jornais (jornal *Clarín* e a Wilson Chagas), vê-se que ele desvincula nossa literatura de influências platinas.

- **Que nos diz da literatura regional do Rio Grande do Sul?** (grifo nosso)
[Guilhermino]: Por hoje, quero apenas dizer que não é da influência platina, (conforme se diz por aqui, em certos meios, e se repete, impensadamente, em outros pontos do país) que surgiu o nosso regionalismo. O romantismo brasileiro é que despertou, nos gaúchos, a nota localista particular e inconfundível que assinala a sua produção literária. Deixei isto explicado na minha História da Literatura do Rio Grande do Sul. No segundo volume desse livro, em preparo, voltarei ao tema. Espero esclarecer em definitivo esse ponto nevrálgico do processo literário rio-grandense. (CLARIN, 1957, p. 2)⁷

A atividade literária do Rio Grande se insere no conjunto do Brasil, desfazendo, assim, enfaticamente, aquela afirmação de João Ribeiro de que o Rio Grande se afasta do Brasil por ser demasiado platino. A conclusão que cheguei – arremata ele – é que esses platinismo[s] provém da contiguidade geográfica, porque a elaboração da cultura rio-grandense é, antes de tudo, um fenômeno brasileiro.⁸

Conforme pesquisa de Martins (2011), Carlos Reverbel na década de 1950 realizou pesquisa entre 48 intelectuais do Rio Grande do Sul (cabe aqui destacar que entre eles estava Guilhermino César), com o objetivo de conhecer na opinião destes quais as dez publicações que consideravam fundamentais da bibliografia rio-grandense. As respostas, com as opiniões dos entrevistados sobre as obras, foram sendo publicadas no jornal *Correio do Povo* (10.09.1955 até 28.02.1956).

O professor Gervásio Rodrigo Neves (2007) analisou o resultado da pesquisa de Carlos Reverbel e observou que 66,68% dos entrevistados pertenciam aos quadros do IHGRGS. O que demonstra – ou pelo menos é

⁷ Entrevista de Guilhermino César da Silva para o jornal *Clarín* de 30 de dezembro a 06 de janeiro de 1957.

⁸ Reportagem de Wilson Chagas. Recorte sem nome do jornal ou indicação de data.

um forte indício – que em meados da década de 1950 a principal instância de reconhecimento intelectual no Rio Grande do Sul [ainda] era o IHGRGS (MARTINS, 2011, p. 123 e 214)

Martins (2011) traz o resultado da pesquisa realizada. A listagem esta na ordem dos dez nomes mais indicados:

1. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821, Auguste Saint-Hilaire;
2. Contos Gauchescos e Lendas do Sul, Simões Lopes Neto;
3. História da Grande Revolução, Alfredo Varela;
4. A Formação do Rio Grande do Sul, Jorge Salis Goulart;
5. A Fisionomia do Rio Grande do Sul, Balduino Rambo;
6. Anais da Província de São Pedro, José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo;
7. História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos, Carlos Teschauer;
8. Ruínas Vivas, Alcides Maia;
9. O Tempo e o vento, Érico Veríssimo;
10. História das Missões Orientais do Uruguai, Aurélio Porto (Neves *apud* MARTINS, 2011, p. 124)

Já, após 1970 é quase que consenso entre os historiadores que as Universidades cada vez mais organizadas e especializadas em departamentos e cursos de Pós-Graduação em História e Letras na PUCRS e na UFRGS (MONTEIRO, 2006, p. 329), passaram a exercer este papel de produção historiográfica de estudo e debate sobre a história do Rio Grande do Sul, o que fez com que o IHGRGS e outras instituições culturais se retraíssem e ocupassem o papel de auxiliares na produção deste saber, perdendo o protagonismo.

Apesar das dificuldades e novos desafios que o Instituto teria que enfrentar, o início da década de 1970 marca um importante acontecimento na história do IHGRGS, a inauguração de sua sede, em 1972.

Desde então, situado na Rua Riachuelo, 1317, no Centro Histórico de Porto Alegre, o Instituto ocupa uma área de 782 m² de área útil distribuídos em três pavimentos, organizados da seguinte forma:

- a) 1º andar – recepção, secretaria, atendimento ao pesquisador e sala de pesquisas, sala da presidência e biblioteca;
- b) 2º andar – mapoteca, sala de reuniões, sala dos arquivos documentais, sala da arquivista e biblioteca; e
- c) 3º andar – auditório (com capacidade para 146 lugares) e sala de apoio.

A localização do IHGRGS no Centro Histórico de Porto Alegre é próxima a importantes prédios administrativos do Estado (Assembleia Legislativa, Palácio Piratini) e também perto de outras instituições culturais, como o Teatro São Pedro e a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

O prédio/sede do IHGRGS não sofreu nenhuma intervenção ou qualquer outro tipo de alteração desde a sua inauguração. O imóvel é de propriedade do IHGRGS, mas em caso de dissolução da entidade ele assim como todo o seu acervo documental e bibliográfico será de propriedade do estado do Rio Grande do Sul. O estado de conservação do prédio vem gerando preocupação, pois começam a aparecer infiltrações, pequenas fissuras e a deterioração da fachada.

A manutenção do prédio e o pagamento de todas as despesas operacionais são feitas com recursos da própria Instituição. Os recursos financeiros são oriundos do aluguel de imóveis que antigos sócios doaram para o IHGRGS, através do recolhimento de uma simbólica taxa de manutenção do acervo e do recolhimento do pagamento de anuidade dos seus membros (Atualmente, 2015, o valor é de R\$ 1.200,00).

A Instituição é administrada por seus membros, da relação de membros efetivos (residem em Porto Alegre) e correspondentes (residem fora da capital). A Diretoria é escolhida em sessão de assembleia geral, composta por nove membros que exerceram o mandato com os seguintes cargos: Presidente; 1º Vice Presidente; 2º Vice Presidente; Secretário Geral; Secretário; Tesoureiro Geral; Tesoureiro; Conselho Fiscal (três membros); Coordenador do Patrimônio Cultural e Comissão de Admissão e Ética (três membros). O número de vagas para membros efetivos está totalmente preenchido, a Instituição possui 30 membros efetivos. Na mesma situação a categoria de membros correspondentes, a Instituição disponibiliza 40 vagas que atualmente estão totalmente preenchidas. O mandato do Presidente e de sua Diretoria é de dois anos podendo ser reeleito por tempo indeterminado.

Para ser membro do Instituto é necessário ter publicações e atividades concernentes com as atividades da Instituição. O nome do candidato, acompanhado do currículo e de suas publicações é indicado por um membro para ser avaliado pela Comissão de Admissão e Ética do IHGRGS, sendo aprovado na Comissão o nome é submetido para aprovação em reunião de Assembleia Geral.

Atualmente o Instituto emprega quatro funcionários distribuídos nos seguintes setores: uma Secretária/Historiadora/Produtora Cultural; um Auxiliar de Secretaria;

uma Técnica em Informática e uma Bibliotecária, além de contar com a prestação de serviços de uma Arquivista/Historiadora (contrato temporário).

Conforme seu Estatuto (2004, p. 1-2), entre as finalidades do IHGRGS estão às atividades de guarda de arquivos privados, proceder a estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Ciências Sociais e correlatas a essas áreas. Ainda dispõe que: - coligirá, preservará e informatizará livros, periódicos e documentos que possam valer como elementos de informação, mantendo arquivo, biblioteca, mapoteca, filmoteca, banco de dados, videoteca e exposições para consulta dos membros e pesquisadores em geral: - receberá livros, periódicos e documentos que lhe forem entregues, para serem abertos, lidos, divulgados, em época oportuna, ou arquivados, se merecerem; - publicará a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, para divulgar estudos, pesquisas e documentos concernentes com as finalidades, bem como informações sobre a vida, composição e atuação da entidade e - manterá e cultivará o intercâmbio com as instituições culturais do Brasil e do estrangeiro.

Como mencionado anteriormente, o acervo⁹ do IHGRGS abriga atualmente (2015) 68 Fundos Documentais de intelectuais e políticos rio-grandenses, no caso desta pesquisa, o Fundo Guilhermino César da Silva.

Além dos arquivos documentais o Instituto também possui mapoteca, atualmente (2015) com 1.093 mapas catalogados, em sua maioria mapas históricos do Rio Grande do Sul. E uma Biblioteca Especializada em História e Geografia do Rio Grande do Sul, com trinta mil livros catalogados.

É perceptível que no IHGRGS são feitas inúmeras ações com a finalidade de preservação e divulgação¹⁰ da memória.

Como vimos no início do capítulo, ao longo de sua existência o Instituto vem participando ativamente da vida cultural da sociedade rio-grandense, mesmo com algumas dificuldades internas e do sempre necessário debate do seu papel na sociedade, sua forma atual de inserção e colaboração com a pesquisa histórica, vem permanecendo como um centro de referência de pesquisa e abrigo de importantes intelectuais que ajudam a escrever sobre a nossa cultura. Mesmo quando viu o surgimento das universidades, com suas bibliotecas e grupos de pesquisas, continuou cumprindo seu papel de ser um centro de documentação e pesquisa, buscando parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, como por

⁹Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora. Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística, 2005.p.19.

¹⁰Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005. p. 12.

exemplo, atualmente, com o UNILASALLE, a FUNASA, a Faculdade de Direito e o Instituto de Artes da UFRGS e a CORAG.

Por vezes também, o IHGRGS é chamado para designar seus membros para comporem comissões (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural - COMPAHC, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM, MONUMENTA e IGTF) e para elaborar pareceres e posicionar-se em assuntos de elevada importância para o Estado. Cabe aqui voltarmos no tempo e lembrarmos que o Instituto foi chamado pela segunda vez (1ª 1939- 2ª 1953), pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para emitir parecer com precisão sobre a real data de fundação de Porto Alegre¹¹. A solicitação foi recebida e trabalhada pelas comissões de História e Geografia do IHGRGS, formada pelos membros efetivos, Otelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moyses Vellinho, que após inúmeras pesquisas e controvérsias, que ainda seguem ao longo dos anos, a data indicada pelo Instituto foi 26 de março de 1772, sendo essa a data oficial, conforme Lei nº 3.609 de 29 de dezembro de 1971, sancionada pelo então Prefeito de Porto Alegre, o Sr. Telmo Thompson Flores.

O Presidente Perpétuo do IHGRGS, Adroaldo Mesquita da Costa, foi convidado no dia 24 de março de 1972, para proferir o discurso oficial comemorativo ao bicentenário da Fundação da cidade¹², na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Muitos outros pareceres de importância para nosso Estado foram dados pelo IHGRGS, e citamos aqui a título de exemplo¹³: Parecer sobre nomes de personalidades ilustres ligadas ao magistério ou outros personagens eminentes que possam ser apontados como padrões aos estudantes da época, solicitação feita pelo Superintendente do Ensino Secundário do Estado (1956); Parecer sobre a solicitação de apoio feita pelo senhor José do Patrocínio Mota (engenheiro e professor) para a ideia de um monumento que enalteça a tradição do homem do campo, especialmente a do peão de instância (1976); Sobre a fundação do Teatro São Pedro (1956); Parecer sobre a solicitação do 1º Secretário da Assembleia legislativa, sobre se a república proclamada pela Revolução de 35 intitulava-se “República de Piratini” ou “República Rio-Grandense” (1967). Parecer atendendo a

¹¹ A Revista do IHGRGS ano 1927, nº 121 dedicou sua primeira parte a documentação sobre a fundação de Porto Alegre e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

¹² Revista do IHGRGS, 1975 nº 121.

¹³ Revista do IHGRGS, 1982, nº 122.

solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa do RS, sobre a correta numeração das legislaturas da Assembleia Legislativa do RS (1967).

Os municípios do interior do estado do RS também encaminhavam diversas solicitações ao IHGRGS¹⁴, como é o caso dos pedidos de pareceres sobre em qual data deve ser comemorada a criação do município de Vacaria, solicitação da Prefeitura desse município (1973). E também a solicitação da Prefeitura Municipal de Barão de Cotegipe ao Instituto, sobre a correta denominação do município, Cotegipe ou Cotigipe (1970). A Câmara Municipal do Rio Grande também solicitou ao Instituto parecer sobre a data da reconquista de Rio Grande (1983). Em relação à solicitação do vereador Artur Zanella que consultou o Instituto sobre seu projeto de suprimir do brasão do Município de Porto Alegre a expressão “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre” o Instituto foi contrário. Recebeu também solicitação de parecer sobre a caracterização do Rio Forqueta (em Putinga/RS) em Rio ou não (1986); da corregedoria de Justiça Eleitoral recebeu a solicitação sobre a “indicação de critérios para a preservação de documentos de interesse histórico, eventualmente existentes nos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais de todo o Estado” (1987).

Do exposto acima, verificamos que o IHGRGS foi chamado para manifestar-se sobre diversos temas e por diferentes órgãos, o que exigiu que seus membros, reunidos em comissões debatessem e usassem dos seus conhecimentos profissionais e intelectuais para a emissão dos pareceres em nome do Instituto.

A Diretoria executa reuniões periódicas, onde elabora um plano de atividades tanto culturais quanto burocráticas, se aprovado o plano de atividades é apresentado na reunião de Assembleia Geral, na qual participam todos os demais membros da Instituição. A proposta/plano é posta em discussão e votação.

Além dos membros do IHGRGS, os usuários são normalmente pesquisadores de universidades (professores e alunos), geralmente dos cursos de graduação e pós-graduação em História, Geografia e letras. A Instituição também é bastante procurada por outras Instituições Culturais do Estado (públicas ou privadas) com a finalidade tanto de pesquisa em seu acervo, como também para a assinatura de convênios ou protocolos de intenção. Muitos dos usuários também são pessoas com

¹⁴ Revista do IHGRGS, 1982, nº 123.

mais idade que normalmente se dedicam a pesquisa genealógica, buscando informações sobre sua família.

Em sua maioria os usuários reclamam diante da notícia de cobrança de taxa de manutenção, mas em relação ao atendimento e na realização das suas pesquisas, mostram-se bastante satisfeitos com o material encontrado. Não é incomum os membros da casa auxiliarem os pesquisadores, também com relação a busca de informações sobre os temas de pesquisa (onde encontrar material, qual autor pesquisar, qual Instituição pesquisar), enfim, uma espécie de orientação informal.

Como se trata de uma Instituição Cultural sem fins lucrativos o Instituto cobra somente taxas de manutenção do acervo dos seus consulentes, por exemplo: taxa de pesquisa no acervo (valor diário R\$ 7,00 ou valor semanal R\$ 15,00), taxa de reprodução de livros e documentos (R\$ 1,00 por imagem digitalizada ou fotografada) e venda de publicações (resultantes de projetos, lançadas e doadas por membros ou livros em duplicata no acervo).

Um dos principais assuntos discutidos é a forma de se ampliar a receita da Instituição, uma vez que através de projetos culturais e a grande maioria de outros editais nos quais concorre, a Instituição não pode orçar os custos da manutenção básica do local, somente prever a contratação de mais profissionais durante a duração do projeto e compra de equipamentos.

A cobrança de taxas de pesquisa (taxa de manutenção de acervo), não é significativa para amenizar a situação. Então como estimar os valores de acesso ao acervo, de forma que não fique impraticável a pesquisa de estudantes e do público em geral é uma indagação latente. Tolila afirma que,

Os economistas perceberam, com justa razão, que os bens culturais e artísticos escapam, em grande parte, desse modelo da mercadoria-tipo, porque o que constitui sua definição, a qualidade artística, responde a uma avaliação subjetiva e não a uma medida cuja universalidade poderia ser consensual.

O conteúdo artístico de um bem em relação a outro não pode ser objeto de uma classificação objetiva nem de uma hierarquização universal. (TOLILA, 2007, p. 29)

O desafio também é o de continuar com as atividades da Instituição, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à população. Por isso o Instituto vem

procurando possíveis saídas para a superação dos problemas financeiros, como procurar maior visibilidade entre o público para si e para seus acervos, fazendo parte de redes sociais, através de seu site 'www.ihgrgs.org.br' procura divulgar a documentação de que dispõe, inclusive contando com o inventário online de alguns acervos, sua revista vem sendo publicada no site também, além de outras informações que auxiliam na visibilidade institucional. A esse respeito Benhamou considera que

Afastados do burburinho dos mercados, os museus e o patrimônio arquitetônico parecem destinados à quietude de suas funções, no final das contas eternas, e praticamente não despertam *a priori* o mesmo entusiasmo [do que os mercados de arte]. Contudo, o desenvolvimento da análise econômica dos setores sem fins lucrativos, de um lado, e a vontade de interrogar-se sobre os efeitos induzidos do patrimônio cultural, de outro, dão lugar a novas pesquisas, estimuladas pela onda de projetos de revitalização do patrimônio (Benhamou, 2007, p.75 -76).

Segundo Tolila (2007, p. 71) o desenvolvimento e o interesse em setores, mesmo os mais tradicionais da economia da cultura e patrimônio em geral é algo que vem sendo percebido desde o século XIX. Houve um aumento de políticas públicas, de administrações especializadas e destinação de recursos para o setor cultural. E, ainda

[...] Os gastos públicos desempenham um papel essencial para financiar e permitir a existência de numerosas atividades que diretamente não produzem bens e serviços culturais, mas que, apesar de sua falta de visibilidade, são essenciais para o bom funcionamento dos ramos culturais e para a renovação das produções: conservação, pesquisa, formação, animação, promoção coletiva [...] (TOLILA, 2007, p. 78).

Uma das possibilidades para a Instituição, talvez seja oferecer outros serviços em sua sede, como a abertura de seu auditório para palestras, mostras de pesquisas, exposições, oficinas e também o aluguel para outros eventos (BENHAMOU, 2007, p. 90).

Abrindo-se para uma gama maior de atividades pode ser que a Instituição consiga resolver pelos menos duas de suas preocupações: atrair público e obter recursos para a sua manutenção.

Por se tratar de uma Instituição que abriga arquivos privados de interesse público, que servem para o bem coletivo, também não se pode descartar a possibilidade da tentativa de obtenção de recursos públicos que auxiliem a sua

manutenção, os recursos poderiam ser solicitados, por exemplo, através da apresentação de um projeto de lei, uma sugestão de emenda ao orçamento do estado para que este possa destinar um valor anual para a manutenção do IHGRGS, mediante o cumprimento de algumas obrigações, como a abertura para pesquisa sem custo algum para os pesquisadores e não só para os estudantes.

Sendo assim uma atividade importante para o IHGRGS seria trabalhar a sua memória institucional, ver como a empresa/Instituição vem cuidando e divulgando a sua trajetória, os acontecimentos, as formas de interação com o público, neste caso em específico, com os pesquisadores (BARBOSA, 2010, p. 11-12).

Desta forma, fortalecendo-se internamente e externamente, identificando sua ação na sociedade, os pontos fracos, a forma como a Instituição vem fazendo sua comunicação, se a informação é recebida ou não, o que precisa ser feito para que a Instituição seja mais reconhecida e procurada pelo seu público alvo (MOLINA, 2011, p. 264,269).

Esperamos que com uma maior visibilidade, o IHGRGS consiga recursos financeiros, seja através de patrocínios, doações e de outros projetos para a manutenção dos acervos que abriga. Visibilidade que permitirá a qualidade na divulgação dos seus acervos ao público, cumprindo assim com excelência seus princípios fundadores.

Como a maioria dos resultados/produtos resultantes dos projetos culturais nos quais o Instituto é apoiado são livros, CDs, DVDs, palestras, grande parte destes produtos são doados para pesquisadores, instituições e outras bibliotecas do RS e do Brasil, com o objetivo de divulgar a Instituição e seu acervo.

A maioria dos trabalhos que se executa no Instituto, tanto de divulgação do acervo, quanto de tratamento e conservação, são apoiados através da elaboração de projetos culturais, submetidos às leis de incentivo e geralmente patrocinados via editais.

Tão importante quanto à manutenção dos Fundos Documentais e coleções que lhe foram confiadas, é à constante preocupação com seu correto acondicionamento e a forma como ele chegará até a sociedade. Assim, o IHGRGS conseguirá cumprir plenamente seus objetivos estatutários de preservar e divulgar os documentos que lhe pertencem, ou seja, dando-lhes tratamento adequado, acrescentando as informações necessárias sobre sua composição, seu criador e histórico do acervo na Instituição, preparando-os para que possam ficar disponíveis

para consulta do público em geral. De nada adianta a formulação de um projeto cultural que trate de seu acervo, se antes não forem elaboradas estratégias de inserção dele na sociedade, pois o acervo depende de seu reconhecimento e de sua vontade em pesquisá-lo.

O IHGRGS espera poder continuar a prestar serviços à sociedade, visto que a finalidade dos arquivos e do próprio arquivamento é não esquecer, é servir de objeto de pesquisas, é tornar público, é receber significados, interpretações e não somente ficarem depositados e esquecidos, bem pelo contrário os arquivos têm que os protegerem do esquecimento.

Uma vez identificado e delimitado o tipo de pesquisador/público alvo do Instituto, poderão ser traçadas as metas de divulgação da forma mais direta possível. Acreditamos que os principais parceiros do IHGRGS sejam as universidades, as outras instituições culturais do Estado (Arquivo Histórico do RS, Arquivo Público do RS, Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa e outros), importante ressaltar que é possível trabalhar com estas instituições congêneres através da realização de convênios e parcerias, pois abrigam também o público em potencial para o IHGRGS.

Antes das Universidades, como se viu anteriormente a participação do Instituto na vida cultural do Estado era maior, com a criação delas e outros centros de pesquisa, este papel foi dissipando-se e transferindo-se para estas Instituições.

Talvez o grande diferencial das outras instituições seja o fato de que este mesmo público é gestado lá dentro, no caso das universidades e para instituições como o IHGRGS o público que não teve suas pesquisas atendidas com o material encontrado nas bibliotecas das universidades. A maioria das outras instituições congêneres possui a característica de serem autossustentáveis (caso das Universidades) ou de serem instituições públicas do Estado (são mantidas pelo Governo Estadual).

Aponta-se também, como extremamente necessário o investimento no marketing da Instituição, pois, atualmente o IHGRGS não possui um programa de marketing consolidado, apenas atividades de divulgação da Instituição e suas atividades de modo geral, em redes sociais (Facebook), e-mail (mailing) e página da internet. E no caso de projetos culturais em andamento, normalmente os meios de divulgação são: banner, cartazes, jornais, rádios, cinema, etc.

Diante do que foi tratado neste capítulo vemos um IHGRGS que precisa reinventar-se, aproximar-se mais do público. Muito já se tem feito, a busca por visibilidade já vem mobilizando suas diretorias à pelo menos uma década, como vimos muitos projetos culturais já foram realizados, muitas parcerias com outras instituições, a qualificação do quadro de funcionários da Instituição é uma constante, cito aqui mais uma vez como exemplo meu ingresso no Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, através da iniciativa do convênio institucional entre o UNILASALLE e o IHGRGS, sendo uma iniciativa das professoras Cleusa Gomes Graebin e Nádia Maria Weber Santos, tendo total apoio e entusiasmo do presidente do IHGRGS, Prof. Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo.

O investimento em visibilidade deve continuar sendo uma constante dentro do IHGRGS, insistimos muito nesta palavra visibilidade neste trabalho de mestrado, por acreditarmos que com uma maior divulgação do acervo do Instituto seja possível aproximarmos mais a Instituição dos pesquisadores e das próprias universidades, assim como houve com o UNILASALLE e recentemente com a UFRGS, onde por meio de um convênio a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul passará a fazer parte do Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos - SEER, um importante passo para a divulgação e normatização desta revista que neste ano de 2015 chegará ao número 148.

Então cabe ao Instituto continuar com a elaboração de estratégias e investimentos em atividades de marketing, mas como sabemos que trata-se de uma Instituição que conta com poucos recursos financeiros, inicialmente sugerimos manter suas redes sociais “alimentadas” constantemente; buscar parcerias público-privadas e buscar sempre que possível apoio institucional e também financeiro para o aprimoramento de suas atividades. Com estas atividades já é possível ir gradualmente incrementando o conhecimento da “marca” Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e aos poucos ir estabelecendo uma comunicação mais direta com seu público alvo.

Assim como é importante a Instituição conhecer sua história, também é importante conhecer seus acervos, além de divulgá-los, como já mencionamos anteriormente. E para que se compreenda a importância do Fundo Documental Guilhermino César da Silva para a história do Rio Grande do Sul, faz-se necessário o estudo e a revisão de teóricos que tratam dos assuntos que permeiam um Fundo

Documental, como memória, história, arquivos privados e patrimônio documental, conforme veremos no próximo capítulo.

3 MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARQUIVOS PRIVADOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: A IMPORTÂNCIA DO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Uma discussão e revisão que se faz igualmente importante para este trabalho é a diferenciação entre Memória e História, que são dois campos de conhecimento distintos. Nora (1993, p.9) chega a afirmar que tudo opõe uma à outra, mas que colaboram entre si, muitas vezes a Memória servindo de fonte para a História ou também como um objeto de estudo para a História. Neste caso em específico, a Memória de Guilhermino César. A história para Nora (1993, p. 9) “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, é vista como um “lugar de memória”, mas não só como um lugar de memória, mas como algo bem mais amplo, mais global,

[...] a Historiografia moderna vale-se da Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico [...] É assim que Memória e Historiografia parecem querer uma englobar a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades, porém são distintas entre si. Estão em permanente interação, contudo não se confundem. (BARROS, 2009, p. 38).

Por sua vez, a Memória não é somente um apanhado de nossas lembranças, aquilo que já passou e que ficou registrado consciente e/ou inconscientemente em nossos pensamentos, é também algo vulnerável que é passível de distorções e recriações e também por que não dizer, de esquecimentos. A memória não pode ser vista somente como uma espécie de banco de dados de onde podemos recolher as informações que precisamos. Ela é algo mais amplo, que com o passar dos anos vem sendo estudada pelas diversas áreas.

Desde o momento em que ela passou a ser objeto de estudo de vários campos do conhecimento, iniciando com Maurice Halbwachs em 1950 que cunhou o termo “Memória Coletiva”, a memória é vista como um fenômeno social, ou seja, nossa memória não é só nossa, individual, pois nossas lembranças são influenciadas e influenciam o coletivo (HALBWACHS, 2006, p. 29). Assim, precisamos fazer parte de um grupo para nos lembrar, senão a tendência é de que

as lembranças vão se apagando, se nos afastamos ou deixamos de nos interessar por aquele grupo, pelas suas memórias.

Nossa memória individual guarda o nosso modo de sentir as coisas que vivemos, ou que nos foram contadas, mas mesmo assim nossas lembranças sempre serão coletivas, mesmo que tenhamos vivenciado-as sozinhos, a memória do coletivo sempre estará presente agindo na memória individual (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Segundo Halbwachs¹⁵, uma das formas do coletivo agir em nossa memória é através dos pontos de referência, por exemplo, um arquivo pessoal, como é o caso do Fundo Documental Guilhermino César, que traz elementos para recordar a Memória Coletiva.

Assim justifica-se o seu arquivamento¹⁶ e o registro desse Fundo Documental, como patrimônio documental do Rio Grande do Sul, pois seu conteúdo ajuda a compor a história social e cultural de vários grupos, sua Memória Coletiva. Assim,

a preservação desses conjuntos documentais em instituições lhes confere o status de patrimônio cultural, uma vez que os inserem como aponta Heymann (1997, p. 3), no universo daquilo que é dotado de valor histórico. É importante destacar que esses fragmentos de vida em suporte papel foram reconhecidos como bens culturais e considerados relevantes em função de disputas, jogos de poder e, ainda citando Heymann (Ibid.), “profundamente informados por lutas sociais, políticas, culturais, identitárias [...]” (GRAEBIN; SANTOS, 2012, p.175).

Assim como o sociólogo Maurice Halbwachs, outros sociólogos, historiadores, psicólogos e biólogos se preocuparam em aprofundar o conceito de memória, de pesquisá-lo com afinco em suas áreas. Assim, a Memória tornou-se um rico campo de estudo.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 19).

Não é preciso ter vivido ou ser contemporâneo de determinada situação ou acontecimento para o conhecermos: a memória também pode constituir-se de

¹⁵ Texto apresentado em aula pela Profa. Cleusa Maria Gomes Graebin (03 de junho de 2013).

¹⁶ Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos. Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística, 2005. p.26.

peças e personagens que nos chegam através de inúmeras formas: livros; estátuas; museus; arquivos; centros de documentação; e lugares de memória que nos permitem conhecer ou rememorar outro tempo, outros lugares, outras pessoas. São lugares que, abrigam várias memórias e atuam de forma a garantir a manutenção desta (POLLAK, 1992, p. 2).

A existência de acervos pessoais, sejam eles de personagens historicamente conhecidos (as chamadas vidas exemplares) ou desconhecidos, passaram a ser motivo para a constituição de centros de pesquisa e documentação e intensificam-se as discussões sobre a sua utilização e análise. (GRAEBIN e SANTOS, 2012, p. 163).

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. (NORA, 1993, p. 18).

Neste sentido, afirmamos que o Instituto é um centro de documentação¹⁷ e isso se justifica, pois nele, além da guarda de documentos, são feitas inúmeras ações com a finalidade de preservação e divulgação da memória, como é o caso do objeto de estudo, o Fundo Documental Guilhermino César da Silva. Portanto, vindo ao encontro do que Bellotto (2004) afirma sobre a finalidade dos centros de documentação serem informativos, o que irá variar são os objetivos deste informar, pois os centros podem ter documentos de diversas naturezas, cultural, científico, funcional ou jurídico, também estabelece que:

[...] o centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados (BELLOTTO, 2004, p. 39).

¹⁷ Termo pesquisado do Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (p. 46).

Centro de documentação: Instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações

Quanto ao público que frequenta as diferentes instituições, Bellotto diz que no caso dos centros de documentação, esses são visitados e frequentados por pesquisadores, “que buscam documentos de origens e suportes vários, sobre determinado tema, dentro da própria especialização do centro” (2004, p. 42).

Pierre Nora (1993, p. 7) é autor de muitas frases inquietantes, tais como: “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.” ou “há locais de memória porque não há mais meios de memória.” Sem dúvida, duas frases e constatações impactantes que nos auxiliam a refletir ainda mais sobre a memória. Entenda-se que a memória não existe mais, salvo algumas exceções, da forma como era no passado, onde as conversas desapressadas eram mais comuns, assim como a convivência em família, com os mais velhos. Atualmente, nossa rotina é cada vez mais ditada pelo tempo do relógio, às vezes mesmo estando uns ao lado dos outros, nossas conversas são por e-mail e redes sociais.

Então, hoje precisamos de locais que abriguem a memória por que ela não é mais permanente, sendo necessários, portanto, meios e formas que a materializem. Muitos locais, como arquivos, museus, instituições, objetos e outras formas de preservação e de tentativas de imortalidade da memória são alguns dos exemplos, de formas que buscam lhe representar, que lhe façam estar presente, para que não seja esquecida e sim compartilhada entre todos, fazendo parte então da Memória Coletiva.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

É necessário também termos em conta os períodos históricos pelos quais o Brasil passou e com estes períodos distintos tentar identificar as possíveis intenções, a memória que se queria preservar ou exaltar em determinado momento político, por exemplo, o teor nacionalista da historiografia do IHGRGS, durante algumas décadas.

Como um destes lugares de decisão do que seria e/ou passaria a ser memória, citamos aqui a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN), através da Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, regulamentado através do Decreto-lei nº 25 (CHUVA, 2009, p. 54).

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existente no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.[...]

“§2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (SPHAN, 1980^a, p. 111)” (CHUVA, 2009, p. 54).

Márcia Chuva, em seu livro *Os Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)* ainda nos chama a atenção para o fato de que no início do SPHAN as “coisas” dignas de serem patrimonializadas eram monumentos e peças de arte. Vemos ainda que a criação do SPHAN acontece bem no período do Estado Novo, então já é possível identificar os intelectuais que estiveram à frente deste Serviço, principalmente entre o período de 1937 a 1945 e a concepção de patrimônio para estes.

Este estudo buscou identificar os grupos cujas representações se tornaram hegemônicas nesse processo de construção do patrimônio, como um processo de invenção, pontuado pela atuação do Sphan. Sem dúvida, esse foi um projeto de um grupo de intelectuais de certa vertente modernista, nascido na década de 1920, incorporado dentro das redes do Estado a partir de 1930 e, especialmente, durante do Estado Novo, delineando as práticas e representações a respeito da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2009, p. 31-32).

A partir disso nos vem a interpretação de que Guilhermino César da Silva provavelmente já bebia desta mesma fonte, pois era mineiro, assim como Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor do SPHAN) e simpatizante das ideias modernistas (pois foi um dos fundadores da revista modernista *Verde*), fora o fato de que neste início da década de 30, Guilhermino trabalhou como Oficial de Gabinete de Gustavo Capanema na Secretaria do Interior de Minas Gerais, antes de Gustavo Capanema ocupar a pasta de Ministro da Educação e Saúde, de 1934 a 1945, sendo o ministro que por mais tempo permaneceu a frente de um Ministério.

O grupo de intelectuais mineiros articulados em torno de Gustavo Capanema Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, era fortemente marcado por um racionalismo universalista, e tinha na “civilização” seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, mesmo considerando as especificidades que distinguiram o “ser brasileiro”. Seria, portanto, o “patrimônio nacional” um elo de integração do Brasil ao mundo civilizado, o que se processou por meio da identificação de valores universais da produção artística colonial herdada pela nação brasileira. Unificavam-se, assim, nação e cultura, constituindo-se o “patrimônio nacional” em peça fundamental no processo de construção da nação, embora jamais visto como historicamente determinado” (CHUVA, 2009, p. 32).

Observamos aqui o exemplo de um órgão criado para politicamente naquele período delinear o que era nossa história e o que merecia passar a ser nosso patrimônio, mesmo com algumas representações em alguns Estados (Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais), a sede do SPHAN mantinha controle sobre elas, era sua, a última palavra (CHUVA, 2009, p. 44).

Assim como vimos através de alguns autores, a atuação que o período Vargas teve também em instituições como o IHGRGS, que a exemplo de outros institutos históricos e geográficos do Brasil teria se aliado a este projeto nacionalista universalista, produzindo uma história que projetasse o Rio Grande do Sul como sendo desde sempre um estado plenamente integrado ao Brasil e o Brasil as grandes nações. Sendo assim, um Getúlio Vargas rio-grandense, mas acima de tudo brasileiro que reunia as condições de manter a união da nação.

[Estado Novo] associavam Getúlio Vargas à imagem da nação, com festas e cerimônias coletivas de massa etc. Vale destacar, sobretudo, que a gestão de Gustavo Capanema à frente do MES [Ministério da Educação e Saúde] como homem forte do Estado Novo teve um papel determinante nesse sentido. O SPHAN foi uma peça no conjunto de atos políticos, implementados especialmente a partir de 1937, pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma “memória nacional”. Para uma leitura crítica desse processo, buscou-se, portanto, compreender a noção de memória como resultado de um trabalho socialmente construído, produtor de identidades e definidor de pertencimentos. Se a memória está sempre marcada pelo tempo passado, é o tempo presente – de quem a constrói – que faz as escolhas, pela experiência de seu próprio tempo, referenciadas no seu passado desta forma, “Memória Coletiva não é somente conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder (CHUVA, 2009, p. 34).¹⁸

¹⁸ Aqui a autora Márcia Chuva cita Le Goff, 1984b, p. 46 – LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984b. V. 1: Memória – História.

Não é possível fazer apenas uma história linear, com fatos pretensamente verdadeiros, buscar datas e acontecimentos, mas sim perceber as razões de seus escritos e a sua sensibilidade exercitada na escrita, em outros termos:

Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o crême de la crème da história (PESAVENTO, 2007, p. 10).

Apoiando-se ainda em Pesavento (2007), a subjetividade e o sensível também são uma fonte, portanto igualmente passíveis de serem pesquisados e utilizados como formas de se aproximar do passado. E, é esta tradução que o historiador precisa saber transmitir, as emoções que o historiador percebe em algumas fontes traduzindo as experiências íntimas, individuais e coletivas encontradas nas suas pesquisas.

Mas, atualmente, as instituições não estão mais tão atreladas ao Estado, o conceito de patrimônio ampliou-se e a significação que a sociedade lhes dá também. Principalmente nas instituições privadas como é o caso do IHGRGS vemos uma descentralização desse reconhecimento do que deve fazer parte da nossa história, com o advento da história cultural, já não são mais só os grandes vultos e os grandes fatos que tem relevância, os arquivos pessoais já são representativos e carregados também de importância histórica.

Então a importância de um museu, um arquivo e de uma Instituição já não pode ser pelos acervos aos quais abriga ou pela quantidade de documentos que mantêm arquivados, mas sim pelo uso que fazem dos seus objetos e documentos, a forma como os conservam, e a forma como os divulgam para que cumpram seu papel de lugares de memória, disponibilizados para a sociedade, que por sua vez lhe dará significado de arquivamento.

A finalidade dos arquivos e do próprio arquivamento é a guarda e a preservação, e assim permitir que os documentos possam ser objeto de pesquisas, é também tornar público, receber significados, interpretações e não somente manter o acervo depositado e esquecido, bem pelo contrário os arquivos têm que os proteger do esquecimento.

No caso dos arquivos privados pessoais, cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades e suas relações vão determinar e informar o que é produzido recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira (HEYMANN, 1997, p.42- 43).

E quem se encarrega do arquivamento destes arquivos privados? Atualmente no Brasil muito se discute sobre o local onde os arquivos privados devem ser depositados. O debate gira em torno de se os arquivos devem ficar em instituições culturais ou de pesquisa histórica, ligadas à iniciativa privada, ou ainda em fundações específicas para esses documentos ou depositadas junto com outros tipos de documentos (BELLOTTO, 2004, p. 259).

O que nos atenta aos pontos levantados por Bellotto, são as discussões sobre quem é o guardião, se é o poder público ou a iniciativa privada e a falta de regulamentação legal para isso. Talvez o grande dilema e problema em regulamentar que este ou aquele (Instituição Pública ou Privada) seja o responsável seja que, na verdade o que se verifica é que uma regra geral não é a solução, pois existem casos de arquivos corretamente tratados ou não, tanto na iniciativa pública, quanto na iniciativa privada. Existe a necessidade de se fazer um levantamento e um mapeamento desses acervos e a sua localização. Para que assim saibamos como é constituído nosso patrimônio cultural e onde está depositado, e então possamos definir estratégias de preservação e conservação, como por exemplo, as ações educativas e de alerta para a importância do valor dos nossos arquivos privados (BELLOTTO, 2004, p. 259).

Uma vez mais ressaltamos o quão importante é sabermos que não existe regulamentação para os arquivos privados, eles são analisados caso a caso pela Instituição que recebe a proposta de doação, ou seja, as instituições não têm a obrigatoriedade de recebê-los, esta será uma decisão da direção e dos profissionais que lá trabalham.

[...] o recolhimento de arquivos privados não é regulado por dispositivo legal – diferentemente do que ocorre com os arquivos de natureza pública, cuja tutela pertence ao Estado -, o que coloca em jogo a questão do destino de cada arquivo privado. 2 Seu encaminhamento a uma Instituição de guarda dependerá, assim, em primeiro lugar, do desejo do proprietário no caso de um arquivo pessoal, o próprio titular ou um herdeiro; no caso de um arquivo

institucional, o (s) proprietário (s) – de fazer uma doação ou de vender o acervo a uma Instituição arquivística ou, nos casos em que isso se mostra factível, criar uma Instituição para abrigá-lo (HEYMANN, 2011, p.6).

A Instituição é que lhe dará valor, que lhe atribuirá significados, que “julgará” seu merecimento de passar a ser parte de seu acervo. Por esta razão é que insistimos que a tarefa dos diretores destas instituições, bem como de seus arquivistas e historiadores não é nada fácil, requer um vasto conhecimento e estudo de cada caso para depois lhes atribuir *valor*, bem como sua forma de classificação e acesso (HEYMANN, 2011).

No caso da doação desses conjuntos documentais a uma Instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que, responsáveis pela organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental (HEYMANN, 1997, p. 45, 46)

Através deste mapeamento e das ações de leitura e interpretação dos arquivos privados é que também se vai avançar na discussão sobre o que torna um documento, ou um conjunto deles, um patrimônio documental. Ao longo do tempo a palavra patrimônio passou por diversas significações e ampliações de significado.

A palavra *patrimônio*, na acepção dicionarizada do começo do século XX, no Brasil, significava: “Herança paterna. Bens de família. Bens necessários para a ordenação de um eclesiástico” (Figueiredo, 1925)¹⁹. Hoje em dia, deu-se uma relativa ampliação ao significado do termo. Embora mantendo sua característica essencial de bem passível de posse, passou a incluir também, por um lado, a noção de bens cujo valor pode ser apenas econômico, ou, ainda, bens materiais, cujo valor é exclusivamente simbólico [...] As transformações que a noção de patrimônio sofreu, pelo menos nos últimos trinta anos, deram-se no sentido de uma ampliação espantosa: patrimônio ecológico, étnico, cultural, ético, vivo, imaterial, histórico, artístico etc (CHUVA, 2009, p. 44).

Também importante quanto se ter a noção de patrimônio é o correto tratamento e o correto manuseio destes testemunhos do passado, por esta razão passamos agora à discussão sobre a preservação e usos dos arquivos pessoais, quais as possibilidades e cuidados que se recomenda ter ao trabalhar, com eles e

¹⁹ FIGUEIREDO, Cândido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 4.ed. Lisboa: Portugal-Brasil/Sociedade Editora Arthur Brandão, 1925.

como utilizá-los como fonte de pesquisa e como a arquivologia vem ao longo dos anos tratando esse tipo de arquivo.

Segundo Oliveira (2012), citando a arquivista francesa Christine Nougaret, em seu país os arquivos privados somente foram reconhecidos na segunda metade do século XIX. Até então, os arquivos públicos é que detinham a atenção, e o fato dos arquivos privados começarem a receber atenção deve-se pelo seu interesse histórico. Oliveira salienta que “Naquele país, a identificação do valor dos arquivos privados pessoais está relacionada ao entendimento de que estes são constituintes do patrimônio nacional e, portanto, de interesse público” (2012, p. 24).

Reconhecimento, segundo ela, devido ao historiador Melchior de Vogüé, em 1891, quando publicou artigo no Anuário da Sociedade de História da França, onde entre outras abordagens “defendia a importância dos arquivos familiares para os historiadores e defendia a não dispersão desses arquivos” (OLIVEIRA, 2012, p. 26). Com o reconhecimento, anos depois, após a Primeira Guerra Mundial, também começaram a buscar ações de preservação e acesso desses arquivos.

A autora, Lucia Maria Velloso de Oliveira, abre um sub-capítulo do seu livro, com o título “*Os Arquivos Pessoais são arquivos*”, do título subentende-se que sendo arquivos, os arquivos pessoais, eles também estão sujeitos às mesmas normativas e classificações discutidas e elaboradas pela Arquivística para outros tipos de documentos.

Esses documentos [de arquivo pessoal], em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (OLIVEIRA, 2012, p.33).

Citando trecho do livro de Theo Thomassen²⁰, Lucia Oliveira traz a ligação e a importância que Thomassen estabelece dos arquivos para a memória da sociedade e para a memória de quem os produziu. Essa importância independe serem arquivos públicos ou arquivos pessoais, pois ambos contribuem para a memória.

[...] funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos

²⁰ O livro citado por OLIVEIRA é THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival Science. Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, nº 1, p. 6, jan./jun. 2006.

quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história [...] (THOMASSEN *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 38).

Bellotto (2004, p. 256) traz uma definição sobre o que são os arquivos pessoais, para quais tipos de documentos podemos dar essa conceituação, enfim, as características que possuem para assim serem classificados. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Importante ter presente quando se estuda arquivos em geral (seja de instituições empresariais ou pessoais), é o que Michael Pollak (1992) escreve: “a memória é seletiva, onde nem tudo fica gravado e/ou registrado”. No presente estudo, entende-se que o IHGRGS pode abrigar o Fundo Documental Guilhermino César, mas isso não é garantia de que ali se tenha uma representação da vida dele, em família, na sua profissão, nos seus estudos.

Pollak (1992) traz ainda que a memória é um fenômeno construído, consciente ou inconsciente. Na relação desta afirmação com um arquivo, pode-se dizer que um arquivo pode constituir-se de documentos selecionados intencionalmente ou não, seja por quem os guarda, por quem o criou, por quem os doou, ou ainda por quem vai fazer o arranjo.

Se o conjunto documental acumulado já é produto de um processo de monumentalização da memória do indivíduo, sua transformação em arquivo doado abre espaço para um novo processo de seleção/subtração que coloca em destaque a questão da compatibilidade entre memória individual e Memória Coletiva ou histórica (HEYMANN, 1997, P. 50)

Temos, por exemplo, o caso do IHGRGS, onde geralmente os arquivos são doados por algum membro da família, e por inúmeras razões, eles chegam com subtrações de informações, documentos, fotos etc. Isto pode acontecer por vários motivos, entre eles para destacamos: esconder acontecimentos, exaltar alguns feitos e dar maior visibilidade a certos aspectos, da vida ou Instituição, que se acredita tenham maior relevância em detrimento de outros.

Um arquivo pode ser visto e pesquisado como um aliado para estudar a memória, como no caso deste importante intelectual, mas de forma alguma, como uma documentação que irá nos trazer na íntegra como foi sua vida. De sua análise, só se poderá obter pistas e tentativas de aproximação com a realidade vivida por Guilhermino César, até seria ingenuidade pensar de forma contrária, pois sua documentação é portadora de sua ideologia.

Pesquisa-se o individual, o pequeno, o 'excluído', os 'subalternos', os anônimos, pois eles têm muito a dizer sobre as sensibilidades de uma época e as práticas culturais e sociais de certo período histórico. Mas também, a partir dos papéis "ordinários" e pessoais de atores sociais "exemplares" pode-se perceber de igual forma, nuances de vidas e sensibilidades de um momento específico de uma sociedade. (GRAEBIN e SANTOS, 2012, p. 174)

Phillipe Artières (1998) traz algumas considerações importantes, como a de que ao se trabalhar com arquivos pessoais existem diversas perguntas e concepções que devemos ter ciência, entendendo como se formam os arquivos privados e pessoais. Por exemplo, qual a razão de selecionarmos quais de nossos documentos pessoais merecem ser guardados? Artières (1998, p.2) nos diz que é por meio dessas práticas de arquivamento, no como e o que arquivamos é que construímos uma imagem, seja para nós mesmos ou para os outros.

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (ARTIÈRES, 1998, p.23).

Contudo, embora sabendo que os arquivos pessoais são sempre objeto de uma pré-seleção, não devemos menosprezar as inúmeras possibilidades desses arquivos, que se constituem em uma rica fonte de pesquisa, ajudando pesquisadores não só a entender indivíduos, mas também determinadas épocas, as formas de escrita, as preocupações e os hábitos de um grupo.

Os pesquisadores também já não acreditam mais em tudo que veem e leem nos documentos, eles não são mais guardiões da verdade, não se acredita mais em: "se está escrito é por que foi assim". Os pesquisadores desconfiam, buscam pistas

em outras fontes, trabalham com várias possibilidades sobre como um fato possa ter ocorrido, como o indivíduo o percebeu, mas também como o coletivo percebe o mesmo acontecimento. Então, o historiador recolhe os fragmentos que encontra e os analisa e a partir deles arrisca-se a escrever que tal acontecimento pode ter ocorrido de tal forma, o que não impede de encontrar novos rastros e ter que reescrever a história. Uma das funções mais importantes do historiador consiste em recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer (BURKE, 1992).

O historiador precisa se ocupar com a Memória sob dois pontos de vista. O primeiro, diz respeito à Memória como fonte histórica, tendo o historiador que fazer uma crítica da reminiscência, nos moldes do tratamento das fontes documentais; o segundo é tratar a Memória como fenômeno histórico, fazendo a “história social do lembrar”, ou seja, identificar no percurso do tempo as modificações pelas quais passam os processos seletivos das memórias sociais. “Heródoto imaginou os historiadores como guardiões da memória, a memória de feitos gloriosos. Eu prefiro ver os historiadores como os guardiões de fatos incômodos, os esqueletos no armário da Memória Social” (BURKE, 1992, p. 251).

Abordamos o processo pelo qual passa um arquivo pessoal até chegar a um centro de documentação, sua atribuição de valor e aceitação por parte da Instituição. Passamos agora a ver o tratamento deste arquivo dentro do centro de documentação, o que os teóricos nos orientam a considerar no seu tratamento.

Como já mencionamos aqui aos arquivistas cabe estudar a forma como este arquivo pessoal vai ser disponibilizado ao público, aos pesquisadores, nisto inclui-se a tarefa de classificação do Fundo Documental. Quando nos preocupamos com a classificação do Fundo estamos procurando formas e estratégias para que a documentação possa estar com um arranjo, da forma mais adequada possível, facilitando-se assim o acesso dos pesquisadores.

A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um Fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas. A organização do Fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística (DUCROT, 1998, p. 151).

Cabe aqui esclarecer o porquê da classificação da documentação em arquivo pessoal e mais especificamente em Fundo Documental. Segundo, CAMPOS (2013)²¹:

Basicamente, arquivo pessoal define-se como o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa física ao longo de sua vida em decorrência de suas atividades e função social (CAMPOS, 2013, p.13).

A mesma autora nos traz ainda a citação retirada de Lucia Maria Velloso de Oliveira:

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras, etc. São obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Convém destacarmos também que no caso do acervo de Guilhermino César da Silva trata-se de um Fundo Documental²², pois está parcialmente organizado no arquivo do IHGRGS da forma como chegou à Instituição, mantendo-se no mesmo Fundo os documentos que correspondem não só estritamente à vida do pesquisado, mas também de familiares seus, o Conde Belli, seu sogro, sua esposa Vanda Belli e da mesma forma os documentos de seus filhos, João e Guilhermino Augusto.

²¹ **Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS/** Organizado por: Vanessa Gomes de Campos. – Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.

²² Os termos utilizados nesse projeto foram pesquisados no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (citado nas referências bibliográficas).

Acervo no sentido de referir-se à totalidade dos arquivos e Fundos que a Instituição abriga: “Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (p.19)

Arquivo nesse projeto usa-se o termo para designar uma Instituição e em alguns trechos equivale ao uso de Fundo, conforme item 2 abaixo:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. suporte Ver também Fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o custódia processamento técnico, a processamento técnico conservação e o conservação acesso(1) a acesso(1) documentos. documentos

3 Instalações onde funcionam arquivos(2). arquivos(2)

4 Móvel destinado à guarda de documentos. Documentos (p.27)

Fundo como um conjunto de documentos uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo(1). (p. 97)

O significado de Fundo está sujeito ao “princípio da proveniência – aquele (o Fundo) só existe quando o princípio foi aplicado” (Sousa, 2008, p.123).

Ainda, segundo, Ducrot (1998) a prática de tirar os documentos do seu conjunto original, é catastrófico, e inviabiliza qualquer pesquisa.

Os danos causados por essa prática levaram um arquivista historiador francês, Natalis de Wailly, a definir em 1841 a noção de Fundo e o *principe du respect des fonds*, ou princípio da proveniência: os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus Fundos de origem, sendo o *Fundo* o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade – repartição, órgão público, pessoa, família, empresa etc (DUCROT, 1998, p. 154).

A manutenção do Fundo, de forma que respeite a sua proveniência é essencial para a sua classificação, caso contrário estaríamos quebrando a unidade deste. Importante salientar também o fato de todas as pessoas possuírem os atributos para serem produtoras de um Fundo, pois segundo Ducrot (1998, p. 155) possuem “existência jurídica e um nível de competência próprios”.

Sousa (2008) chama a atenção ainda para a necessidade de se identificar previamente à organização, o criador do Fundo.

A adoção do princípio de proveniência nos encaminha para a necessidade de definição do sujeito criador do Fundo de arquivo: quem é o criador do Fundo de arquivo? Esse questionamento parece simples e, para alguns, descabido, mas quando se entende a organização, a Instituição ou entidade como algo dinâmico que nasce, cresce, se modifica se extingue ou se transforma, aquela pergunta se torna tempestiva (SOUSA, 2008, p. 123).

Então quem seriam os produtores de Fundos de arquivo? Mesmo com as considerações acima os métodos formulados por Duchein (1986, p.20), citados por Sousa (2008, p. 123) continuam os mesmos e já em seu primeiro item vem a corroborar com a nossa defesa de que os documentos de Guilhermino César sejam identificados no IHGRGS como Fundo Documental, pois Guilhermino possui existência jurídica (certidão de nascimento).

[...] para produzir um Fundo de arquivos, no sentido atribuído ao termo pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica próprias, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução etc.) preciso e datado (SOUSA, 2008, p. 123).

Portanto, se Guilhermino César da Silva nasceu e foi registrado, ele possui existência jurídica e pode ser produtor de um Fundo de arquivo.

Estudar a vida do produtor do Fundo, no caso conhecer mesmo que resumidamente a vida e a obra de Guilhermino César e, a partir daí, estabelecer critérios de classificação de seu Fundo, pois, como Santos (2008) diz, isso será resultado das suas atividades desenvolvidas e das suas relações familiares ao longo de sua vida.

Se o que determina a primeira divisão no patrimônio documental arquivístico de um país é a proveniência, ou seja, é a pessoa ou Instituição que durante sua existência produziu e recebeu documentos como resultado das atividades por ela desenvolvidas, conhecer o sujeito criador é essencial para entender o conjunto documental acumulado durante aquele período. O percurso entre a missão da entidade, Instituição ou organização e o surgimento dos documentos concomitantemente às relações estabelecidas entre eles são a chave para a definição das divisões internas de um Fundo. Os princípios de classificação internos do Fundo estão diretamente vinculados à compreensão dessa gênese (SANTOS, 2008, p.133 e 134).

Importante também destacar a importância do processo de pesquisa feito pelo arquivista, de compreensão do arquivo. Disso depende a qualidade do acesso e dos instrumentos de pesquisa que se dará aos usuários e pesquisadores do Fundo, que dependerão da criteriosa pesquisa realizada, que terá como base estabelecer como a documentação foi produzida, quem a produziu, suas atividades, lugares que ocupou na sociedade, suas relações familiares e estar atento para as relações que os documentos indicam. Deve haver o cuidado para não “se deixar levar” pelo arquivo, pelos documentos ali depositados para não correr o risco de influenciar/interferir na pesquisa e no que será pesquisado (OLIVEIRA, 2012).

Então, na classificação adotada pelo IHGRGS atualmente, os arquivos pessoais geraram os Fundos de Arquivo, documentos que vieram da mesma pessoa, “têm a mesma proveniência e organizados de modo a refletir a vida e atividades de seu Titular” (CAMPOS, 2013, p.14)²³.

E conforme Bojanoski, Gonçalves e Santos,

[...] os documentos de qualquer Instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados

²³ **Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS/** Organizado por: Vanessa Gomes de Campos. – Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.

para depósito, num arquivo de custódia permanente. (Schellenberg apud BOJANOSKI, GONÇALVES, SANTOS (2012, p.16).

Igualmente importante para o trabalho de pesquisa sobre o arquivo Guilhermino César, e partindo do princípio de que um dos objetivos do trabalho será o de divulgar o arquivo, será tentar perceber a forma como o IHGRGS guarda seus acervos, como os divulga e a forma como isso acontece. Assim poder-se-á compreender por que o acervo de Guilhermino César não vem sendo pesquisado, pelo menos nos últimos anos. Neste sentido, segundo Burke (nos remetendo a Halbwachs) diz:

[...] as recordações são construídas por grupos sociais. Os indivíduos recordam, no sentido literal, físico. Contudo, são os grupos sociais que determinam aquilo que é “memorável” e também a maneira como será recordado (BURKE, 1992, p.1).

Assim, acreditamos que com o correto entendimento da classificação do Fundo Documental Guilhermino César e do que é um arquivo pessoal, qual sua importância para as pesquisas históricas, a documentação de origem privada arquivada no IHGRGS possa contribuir com mais pesquisadores.

Ciente de todas estas informações é que defendemos aqui o Fundo Documental Guilhermino César da Silva como patrimônio documental do Estado do Rio Grande do Sul, pois se trata de documentação que foi confiada e depositada no IHGRGS, justamente por tratar não só da vida pessoal de dele, mas também de suas atividades públicas.

Veremos a seguir como o acervo de Guilhermino César da Silva chegou ao IHGRGS. Da pesquisa até aqui realizada verificamos que o acervo de Guilhermino foi doado e/ou vendido para diferentes instituições, pois temos relatos que além do IHGRGS, a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, recebeu a doação de sua Biblioteca Particular e que a Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS também recebeu documentação sobre a vida e obra do historiador.

É parte integrante de seu Fundo Documental um recibo de venda da “Coleção Mineiriana” de sua Biblioteca para a empresa Economia Crédito Imobiliário (Economisa), empresa de Belo Horizonte.

Junto ao recibo, há um documento sem assinatura (dirigida ao então Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo). Mesmo não estando assinado,

acreditamos que quem representou a empresa foi a pessoa identificada como Nylton Velloso, possibilidade advinda pelo conteúdo do documento.

Nilton escreveu que, em conversas com o seu pai (dono da Economisa), eles entenderam que a empresa deveria buscar um instrumento que a aproximasse mais da Comunidade Mineira. Por esta razão chegaram à resolução de comprar a Biblioteca de um ilustre mineiro, rica em subsídios para a história de Minas Gerais e do próprio intelectual.

Devendo a parte Mineiriana da Biblioteca de Guilhermino César ficar reunida e integrada, assim como aconteceu com a parte Rio-grandense de seu acervo (cerca de 5 mil volumes) que já havia sido comprada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Instituto Estadual do Livro.

As obras foram vendidas por Wanda César em 11 de outubro de 1995. A empresa Economia Crédito Imobiliário, que conforme o recibo comprou esta parte da Biblioteca de Guilhermino César pelo valor de R\$ 2.500,00.

Ainda neste documento encontramos mais detalhes sobre os livros comprados, estima-se que foram 700 volumes, incluindo a coleção original da revista Verde e outras obras de Guilhermino que segundo o recibo assinado por Wanda César seriam distribuídos, pela compradora, para as bibliotecas de Minas Gerais.

A leitura do documento e de um bilhete endereçado a Wanda César indicou-nos que se trata do discurso de entrega ao Governo de Minas Gerais da coleção Mineiriana da Biblioteca de Guilhermino César pela empresa Economisa, em 1996. O discurso é encerrado com as seguintes palavras ao Governo de Minas Gerais:

Estamos certos que Vossa Excelência saberá entender as razões superiores do gesto singelo, e, ao mesmo tempo grandioso – pois em sua simbologia representa, em certa medida, o retorno do gaúcho, pelas circunstâncias, a sua velha e querida Minas Gerais.²⁴

Corroborando com o discurso da Economisa, na ocasião de entrega da coleção Mineiriana do acervo do intelectual para o governo mineiro, consta no Fundo Documental Guilhermino César um contrato entre a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e Guilhermino César, de 30 de julho de 1993 em que fica acertada a compra e venda do acervo bibliográfico de Guilhermino, com 4.538 volumes.

²⁴ Fundo Documental Guilhermino César da Silva (GCS) pertencente ao IHGRGS.

Sabemos que o Fundo Documental Guilhermino César da Silva traz parte da vida do intelectual, parte que ele ou seus familiares quiseram que fosse preservada. Contudo, não sabemos quem “guardou” ou “selecionou” a documentação.

Pelo que já conhecemos deste Fundo, o sentido de preservar e divulgar essa documentação seria por sua contribuição a História Cultural do Rio Grande do Sul, pois Guilhermino César escreve sobre, literatura, romance, a própria História do Rio Grande do Sul, incluindo temas abrangentes que nos dão uma dimensão da importância do seu trabalho, além de ser possível perceber a sua sensibilidade ao escrever peças de teatro, romances e poesias. Assim também se faz necessário compreendermos um pouco mais sobre a vida e a obra de Guilhermino.

4 VIDA E OBRA DE GUILHERMINO CÉSAR E SUA IMPORTÂNCIA COMO INTELLECTUAL NO RIO GRANDE DO SUL

Guilhermino César da Silva é mineiro, nascido no dia 15 de maio de 1908, em Pinheiros, atual Pinhotiba, distrito de Eugenópolis, filho de José César da Silva, que segundo Alves (2010) era “um farmacêutico prático com pendores de poeta” e escrivão do Registro Civil e de Isaura da Fonseca César, filha de fazendeiros. Ficando em Eugenópolis por breve período, sua família passa a residir então em Tebas (MG), onde seu pai monta uma farmácia e uma tipografia. Em entrevista ao Caderno Autores Gaúchos do IEL (Rio Grande do Sul, 1986, p. 4) Guilhermino diz que seu pai, mesmo morando num local pequeno como Tebas, fazia questão de publicar um jornal (Folha de Tebas), pelo prazer de publicar poesias.

Ainda em Tebas, Guilhermino é alfabetizado por Dona Zizinha Negreiros, uma descendente de escravos essa era a única escola de Tebas. Já com oito anos, seguindo a paixão de seu pai, ele escreve e imprime poemas com versos de amor que fez para uma “menininha sardenta das redondezas”, a Oscarina. Na referida entrevista ao IEL, o escritor diz que seu ouvido poético veio de berço, por parte de pai e de mãe, como seus avós por parte de mãe eram fazendeiros, ele diz que a diversão nas fazendas era a leitura e que inclusive sua mãe recebeu o nome de Isaura, por causa da *Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, assim como muitos outros parentes seus que tinham nomes de “personagens”.

Em 1920 inicia o ginásio no Grupo Escolar Astolfo Dutra, em Cataguases, onde fica pelo breve período de um ano, pois é expulso do grupo após discussão com uma professora. No mesmo ano e no mesmo município passa a cursar o Ginásio Municipal. Foi frequentador e diretor por dois anos do Grêmio Literário Machado de Assis, onde já se dedicava a poesia.

Durante o início da década de 20, Guilhermino também lecionou no ensino secundário, sendo professor de Português e Literatura no Ginásio Afonso Arinos, Colégio Padre Machado e Colégio Marconi, todos em Belo Horizonte.

No ano de 1926 foi cursar Medicina em Belo Horizonte, dono de um espírito voltado para as artes, também estudou música no Conservatório Mineiro. Aos 19 anos, em 1927 integra o grupo de fundadores da revista modernista Verde, sendo que alguns de seus colegas fundadores foram: Henrique de Resende, Antônio

Martins Mendes, Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Camilo Soares Filho, Christophoro Fonte Boa, Francisco Inácio Peixoto, Oswaldo A Britta e Renato Gama.

Segundo Averbuck (1978, p. 120) o grupo de fundadores do Movimento Verde:

Era um grupo de jovens que, apaixonados pela literatura e pelo Brasil, lançava um manifesto, fundava uma revista e uma editora, em um movimento que viria a estabelecer vinculações com os principais centros do modernismo brasileiro e latino-americano.

A revista Verde foi um periódico com edições mensais que circulou de setembro de 1927 a janeiro de 1928, e em maio de 1929. A revista que falava de arte e cultura teve somente seis números, pois um dos seus fundadores e idealizadores, Ascânio Lopes morreu prematuramente com 21 anos de idade. Além dos integrantes acima citados a revista também contou com colaboradores como, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Aníbal Machado, Antônio de Âncantara Machado, Sérgio Milliet, Robeiro Couto, Prudente de Moraes neto, João Alphonsus, Godofredo Rangel, Marques Rebelo, entre outros²⁵.

Na apresentação do primeiro número da *Revista Verde* em 1927, o grupo prefere se apresentar em poucas palavras.²⁶

Somos novos. E viemos pregar as ideas novas da Nova-Arte.
É só.
E está acabado.
E não precisa mais.

Abrileirar o Brasil – é o nosso risco.
P'ra isso é que a VERDE nasceu.
Por isso é que a VERDE vae viver
E por isso, ainda, é que a VERDE vae morrer.

Ponto. Leitor camarada: muita honra e muito prazer em conhecel-o.
Disponha.

No ano de 1928, em Belo Horizonte, Guilhermino troca o curso de Medicina pelo curso de Direito e publica um dos seus mais importantes trabalhos, o livro de poemas, *Meia Pataca* em parceria com seu conterrâneo, o escritor Francisco Inácio Peixoto. Concomitante com a Faculdade de Direito, ele manteve-se empregado em

²⁵ http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/index.cfm?fuseaction=biografias_texto&cd_verbete=8702

²⁶ *Revista Verde*, ano 1, n. 1, Cataguazes, set. 1927.

folhetins mineiros, até que no ano de 1929, ingressou no Jornal Estado de Minas. No ano seguinte, funda com o escritor capixaba Achilles Vivacqua e com o escritor mineiro, João Dornas Filho, o tabloide de divulgação das ideias modernistas *Leite Criôlo*, esse tabloide depois veio a ocupar uma página de destaque no jornal Estado de Minas.

Obtêm o título de Bacharel em Direito em 1932, escolhido orador da turma, Guilhermino gera conflito, fazendo discurso crítico ao ensino universitário.

Casa-se com Wanda Belli de Sardes (professora em Belo Horizonte) em 1933, com quem tem dois filhos, Guilhermino Augusto e João José²⁷.



FOTO 1 - Casamento de Guilhermino César e Wanda Belli.
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.

Wanda, de acordo com a documentação encontrada no Fundo Documental, era uma esposa que procurava sempre estar ao lado de seu marido. Eram constantes as correspondências enviadas a Guilhermino, principalmente no período em que ele vai lecionar na Universidade de Coimbra.

No ano de 1935, Guilhermino passa a trabalhar como Oficial de Gabinete de Gustavo Capanema, Gabriel Passos e Benedito Valadares, na Secretaria do Interior de Minas Gerais. Foi também Chefe de Gabinete do Coronel Ernesto Dornelles, chefe de polícia de Belo Horizonte.

²⁷ Todas as fotos são apenas ilustrações do material existente no Fundo.

Foi crítico de jornais como: Estado de Minas, *A Tribuna*, *Folha de Minas*, *Diário de Minas Gerais*, onde também foi professor de Filosofia na Universidade de Minas Gerais, assumiu o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do mesmo Estado em 1941. Ainda em Minas Gerais foi professor de Literatura Brasileira e de Literatura Moderna e Contemporânea e professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1943 é transferido para a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como chefe de gabinete do Interventor Federal no Estado, o General Ernesto Dornelles. Neste município também exerceu os cargos públicos de Ministro do Tribunal de Contas (1945), Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (1953-1956), nomeado pelo Interventor Federal no Estado. Embora ocupando cargos importantes na Administração Pública, Guilhermino César em entrevista concedida a Léa Masina e Vera Regina Morganti para a publicação *Autores Gaúchos do IEL*, se dizia um apolítico, que nunca militou em nenhum partido político.

Acho que a visão de mundo que a poesia me deu, também me conferiu uma certa timidez para o mundo. Eu detesto o mando. Quase nunca quis aceitar cargos de direção, mas a direção das coisas me perseguiu. Quer dizer, eu não gosto de mandar nem de ser mandado. Sou apolítico, nunca militei em partido, nunca assinei ficha num partido. Cultivo uma liberdade assim de menino do campo. E esse menino ficou dentro de mim como signo de liberdade [...] Quer dizer, eu era dono do meu mundo. Aceitei cargos com a condição de não haver ingerência política na minha vida (RIO GRANDE DO SUL, 1986, p. 7 e 8).

Era professor catedrático, em exercício, de Literatura Brasileira (1965), História do Brasil e Estética pela UFRGS. Ainda nesta Universidade foi eleito Presidente (1966) da Comissão de Publicações da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Na PUC-RS, foi professor licenciado.

Já em 1962, vai para Portugal como professor visitante. De lá trouxe novidades para as suas pesquisas, pois além de lecionar aproveitava suas viagens para pesquisar. Lecionou na cadeira de Literatura Brasileira e História do Brasil, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 1962 a 1968, recebeu o título de professor *honoris causa* em 1964. Aposentou-se em 1978, como professor titular de Literatura Brasileira do Instituto de Artes da UFRGS.

Guilhermino César exerceu diversas atividades culturais, foi o primeiro diretor da revista *Organon*, órgão oficial da UFRGS, foi também poeta, ensaísta, cronista,

sociólogo, historiador, crítico literário e pesquisador. Publicou inúmeros livros e artigos, destaca-se entre eles, o já mencionado, *Meia Pataca* (poesia) - 1928, *Sul* (romance) - 1939, *O Criador do Romance no Rio Grande do Sul* (estudo sobre Caldre Fião) - 1955, *A Primeira Geração Romântica na Literatura Rio-Grandense, Araújo Porto Alegre* (estudo crítico) - 1957, *O Barroco e a Crítica Literária no Brasil* (estudo crítico) - 1965, *Dona Fernanda: A Gaúcha de Quincas Borba* (estudo crítico) - 1965, *Lira Coimbrã e Portulano de Coimbra* (poesias) - 1965, *A Intrusa* (peça teatral) - 1967, *A Visão Prospectiva de Euclides da Cunha* - 1966, *Arte de Matar* (versos) - 1969, *História da Literatura no Rio Grande do Sul 1737-1902* (1ª edição 1956 e 2ª edição 1971), *História do Rio Grande do Sul no Período Colonial* (1970) e *O contrabando no Sul do Brasil* - 1978. Teve textos publicados no Caderno de Sábado, um suplemento cultural publicado no jornal *O Correio do Povo*, também colaborou nos periódicos *Diário de Notícias* e *Zero Hora*, em Porto Alegre, e fora do Estado no jornal *O Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo* e no *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Na dramaturgia atuou como Diretor de algumas peças de teatro na década de 40.

Entre as obras citadas acima ressaltamos aqui as publicações de Guilhermino César no Caderno de Sábado do *Correio do Povo*. Sua atuação neste suplemento, que abrange o período entre 1967 e 1970 (alguns textos esporádicos) e entre os anos 1971 e 1981 é bastante lembrada e reconhecida como marcante.

[...] aos textos que se podem considerar como literários, por tomarem como tema a literatura e seus autores, somam-se as páginas críticas, sobre assuntos gerais, e os estudos históricos, que coexistem ainda com as crônicas do cotidiano, mais leves e livres. Pode-se dizer, então, que Guilhermino César explorou o espaço do suplemento em diversas modulações, marcando-o, no entanto, com características muito próprias: utilizava sempre uma linguagem escorreita e saborosa, que diluía o saber, impregnada de uma oralidade de quem conversa ao pé do ouvido, conquistando o leitor (CARVALHAL, 1994, p. 13 e 14).

Abrimos um parêntese aqui, justamente para destacar que os periódicos sempre foram aliados nas pesquisas do escritor, ele reconhecia a importância das fontes primárias e não entendia o porquê de sua pouca procura ou valorização, chegando a escrever o artigo *Meu reino por um periódico* neste suplemento literário.

Não sei por que motivo, o brasileiro põe fora, com demasiada pressa, as revistas que lhe caem nas mãos, sejam literárias, de arte ou de ciência. Não chegam a merecer a honra do caruncho (CARVALHAL, 1994, p. 9).

Francisco das Neves Alves (2010) traz em seu importante trabalho “O comércio ilícito no extremo-sul brasileiro na óptica da historiografia: Breve estudo de caso” inúmeros relatos sobre Guilhermino César, de autores que escreveram no ano de 1978 no Caderno de Sábado do *Correio do Povo*. Este caderno dedicou em 20 de maio um número especial a Guilhermino, em comemoração aos seus 70 anos. Dentre eles destaco os relatos de Flávio Loureiro Chaves, em Poesia da resistência e de Antônio Hohlfeldt em *O trabalho crítico-historiográfico*, ambos membros do IHGRGS.

Uma visão sintética de sua carreira literária leva à perspectiva de que César foi a sua obra e, em sua personalidade, eram encontradas a irreverência e a sabedoria, a rebeldia e a generosidade, como marcas de identidade que ele soubera infundir a qualquer uma das múltiplas faces de sua atuação. (CHAVES, 1978, p. 15 *apud* ALVES, 2010).

Uma leitura atenta de vários de seus trabalhos revela, simultaneamente, não apenas a seriedade do pesquisador, na busca do material primário e original para embasar suas afirmações, como, sobretudo, o gosto do historiador em manipular tais fontes, em contrapô-las a outras, em, lendo-as com cuidado, definir sua decisão, abrindo caminhos e novas perspectivas de pesquisa (HOHLFELDT, 1978, p. 16 *apud* ALVES, 2010).

Um de seus amigos e colega de redação em jornais de Minas Gerais, Nivaldo, também fez questão de homenageá-lo, enviando-lhe vários recortes de jornais, colados em um caderno, onde diversos autores (Newton Prates, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade) homenageavam Guilhermino César pela passagem dos seus 70 anos, escrevendo um pouco sobre as suas vidas ao lado da sua, em redações de jornais e na faculdade.

Uma breve pesquisa no LUME, Repositório Digital da UFRGS²⁸, onde ficam arquivadas teses, dissertações e outros trabalhos dos alunos da universidade, já nos permite ter acesso a quase duzentos trabalhos que tratam sobre a obra de Guilhermino César da Silva, e em sua maioria as contribuições foram apresentadas em Salões de Iniciação Científica ou foram objeto de monografias.

²⁸Disponível em:

http://www.lume.ufrgs.br/search?order=DESC&rpp=10&sort_by=0&page=3&query=Guilhermino+César&etal=0 .Acesso: 09 de fevereiro de 2014.

Os laços entre Guilhermino César da Silva e o IHGRGS começaram a se consolidar no dia 23 de maio de 1949, quando os membros efetivos do Instituto - Abeillard Barreto, Darcy Azambuja e Edgard Luiz Schneider - apresentam proposta para sua admissão também como membro efetivo, à Comissão de Sindicância, que naquele período era responsável por receber as propostas de novos membros.

A Comissão de Sindicância recebeu junto com a indicação de Guilhermino, outras oito propostas²⁹, e o número disponível de vagas era de seis. A Comissão define uma listagem e a encaminha para a presidência do Instituto (em 23 de junho de 1949), sugerindo que fossem aprovados os nomes de Monsenhor Dr. João Maria Balem, Dr. Moyses de Moraes Velhinho, Dr. Lourenço Mario Prunes, Dr. José de Araújo Fabrício, Dr. Guilhermino César da Silva e o sexto nome não foi sugerido, pois houve impasse na reunião da Comissão, ficando então a escolha do sexto nome, para ser indicado e a critério da Assembleia Geral do IHGRGS.

A Comissão de Sindicância elabora então, um parecer individual para cada candidato a membro do Instituto, onde além de apresentar um breve currículo do proposto, finalizava com um texto de aprovação, que no caso de Guilhermino César foi redigido assim:

[...] Estas as credenciais do cidadão, do homem de cultura e do historiador, cujo pendore se acentua entre nós, por estar escrevendo um desenvolvido ensaio sobre a formação do Rio Grande do Sul.³⁰

Em 16 de agosto de 1949, ele é empossado como membro efetivo do IHGRGS, Instituição na qual exerceu também os cargos de presidente e vice presidente, chegando a ser agraciado com o título de sócio benemérito, por unanimidade dos seus confrades.

Percebemos que tão logo começou a fazer parte do IHGRGS, ele já passou a colaborar ativamente com a Instituição, pois ainda no início da década de 50, curiosamente, o primeiro cargo ocupado por ele é o de Presidente, permanecendo por quatro mandatos consecutivos nessa função, de 1950 a 1958. Ocupando ainda o cargo de Vice-presidente nos períodos posteriores de 1958 a 1964, sendo que o presidente nesses anos foi o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. E com o falecimento

²⁹ Todas as propostas para membros estão arquivadas na secretaria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo nome do membro indicado/aprovado.

³⁰ Todas os pareceres para membros estão arquivados na secretaria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo nome do membro indicado/aprovado.

de Armando Dias de Azevedo em 13.10.1977, Guilhermino foi eleito no dia 28.10.1977 novamente para o cargo de Vice-presidente. Na década de 1980 foi por mais três mandatos o 2º Vice-presidente do IHGRGS, de 1980 a 1986, sendo que em 1980 com o falecimento de Moyses Vellinho, passa novamente a ser 1º Vice-presidente, cargo que ocupa até 1986³¹.

Da leitura das Revistas e Atas do Instituto, verificamos que Guilhermino, ocupou diversos outros cargos importantes para o funcionamento da Instituição: membro do Conselho Fiscal por diversos anos, ou seja, em sete diretorias, de 1964 a 1978, também foi membro da Comissão da Revista biênios 1974 a 1976, 1980 a 1982, 1986 a 1988.

Não identificamos nenhum artigo publicado pelo intelectual nas revistas do IHGRGS, pois como citado anteriormente Guilhermino tomou posse no ano de 1949 na Instituição, logo em seguida passando a ocupar o cargo de Presidente. E durante sua presidência no ano de 1951 por dificuldades financeiras geradas pela aplicação dos recursos na construção da sede do IHGRGS, a publicação da revista foi suspensa, permanecendo assim até o ano de 1975, quando a Instituição volta a editá-la.

Em 1989 Guilhermino César da Silva recebeu o título de sócio benemérito do IHGRGS, sendo ele o primeiro membro a receber esse título. Conforme preceitua seu Estatuto, esta honraria é entregue para o membro que contribui de forma eficaz e destacada para a prosperidade do Instituto.

O título foi entregue, durante sessão solene realizada no dia 8 de novembro de 1989, sendo saudado por Laudelino Teixeira de Medeiros, conforme transcrição do trecho abaixo, parte do discurso de saudação a Guilhermino³².

A nossa cultura regional, que é integrante da cultura brasileira, se enriqueceu apreciavelmente com suas produções literárias. A sua contribuição no campo do ensino, da literatura, da história, do jornalismo, da administração pública, é enorme. Muitas gerações de alunos e seus colegas de universidades usufruíram de sua competência profissional e de sua rica experiência humana. Ninguém, como ele, realizou tão extensa e profunda pesquisa no campo da história literária do Rio Grande. O seu trabalho não foi somente uma classificação de estilos literários: foi também uma lúcida história das ideias. Ainda no campo da História, esquadrinhou as áreas da história econômica, da história política e militar, da história do povoamento. Em todas as áreas em que atuou, operou com competência, com senso crítico, com espírito humano.

³¹ Revista do IHGRGS, 1986, nº 124.

³² Revista do IHGRGS, 1990, nº 126.

Segundo Laudelino Teixeira de Medeiros se atribuem a Guilhermino muitas iniciativas e decisões importantes para que o IHGRGS tivesse recursos econômicos para a realização das atividades culturais, como foi o caso da Revista do IHGRGS, sendo integrante da Comissão realizou diversos esforços para publicá-la, selecionando artigos, revisando as provas que chegavam da editora e participando ativamente na busca de recursos e parceiros para sua impressão.

Mesmo nas atividades cotidianas do Instituto, ele participava ativamente, comparecia nas reuniões, nas quais sempre pedia a palavra, sendo ouvido com atenção e respeito, segundo Laudelino. Levou o nome do Instituto para fora do nosso país, no período em que esteve na Europa, por exemplo.

Na ocasião do recebimento do título de Benemérito, Guilhermino César da Silva também proferiu discurso de agradecimento, que conforme consta na Revista do IHGRGS de 1990, nº 126, foram palavras de improviso, e talvez por isso mesmo, nos deem a dimensão do apego dele por essa Instituição e sua dedicação em mantê-la funcionando.

Não publiquei mais a Revista, porque nós não tínhamos receita. Quando era necessário mandar uma correspondência, o Thomaz olhava para os sócios e dizia: Quem é que vai pagar esta correspondência hoje? E dizia o Tesoureiro: Tira uma assinatura da Revista para fulano de tal. Chegava lá com o recibo de doze cruzeiros ou seis, que era a contribuição comum, e o sócio já sabia: enfiava a mão no bolso e dava o dinheiro da assinatura da revista. E havia sócios que assinavam quatro Revistas por mês – eram quatro dias de sessão -, porque não tínhamos dinheiro para a correspondência, não tínhamos dinheiro para os trabalhos de higiene, mas eu tinha amigos e apelei a esses amigos. Um deles chamava-se Ernesto Dornelles (IHGRGS, 1990).

O intelectual também não poupou esforços para que a sede do IHGRGS fosse construída, tratando do assunto com o Governador do Estado, Ernesto Dornelles, para que concedesse auxílio para o Instituto, conseguiu então a concessão do auxílio de dez mil cruzeiros, e segundo Guilhermino, “com essa “fortuna” começamos a respirar”. A Revista, segundo ele deveria sair, voltar a ser publicada no momento em que os sócios tivessem cadeiras para sentar, que tivessem “uma sede condigna para nossas obras, para nossos livros”.

Encontramos em seu Fundo Documental, um telegrama de 28 de dezembro de 1954 de Leonel Brizola, a época Secretário de Obras Públicas, endereçado ao

diretor do IHGRGS sobre a liberação de crédito de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros para o plano de obras pedindo que o Instituto entre em entendimento com a Secretaria da Educação com a finalidade de estabelecer convênio.

Foi Guilhermino, o responsável pela vinda da Biblioteca de Otelo Rosa para o IHGRGS, pleiteando junto ao Governo do Estado, que ela fosse comprada da família e emprestada, mantida em comodato pelo Instituto.

O escritor diz que sua cabeça fervia de planejamentos, mas planos sem dinheiro, e teve a ideia de comprar um imóvel que gerasse renda para o IHGRGS, “para que esse não dependesse de ninguém e pudesse ser dono de seu próprio nariz”.

Uma de suas conversas com outro membro do IHGRGS, o Monsenhor Balém, também é citada por Guilhermino na sessão que lhe concedeu o título:

Nós precisamos arranjar renda; o senhor tem razão. Aquele dinheiro está sumindo. Pois não pode sumir. Aquele dinheiro é destinado à construção da nossa sede. O que nós vamos construir? Eram dez mil, partiram para cinco mil. São esses modos de administrar: dão as coisas pela metade, pela cara do pedinte. É melhor não falar nada! Porque com dez mil nós construiríamos, mas alguém entrou no nosso caminho e arrancou cinco mil da nossa verba para o “Júlio de Castilhos”, que só construiu aquele anexo, dez anos depois. Senão, poderia ter construído uma linda sede para o “Julio de Castilhos”. Mas, não sei o que houve, ficou aquela coisinha que está ali.

O Monsenhor Balém e Guilhermino César decidiram aplicar os recursos do Instituto para comprar um edifício, o secretário do Instituto mudou-se imediatamente com a família e os livros para esse edifício. A área era dividida em três apartamentos e uma grande loja o que possibilitou que o Instituto começasse a ter renda para o pagamento de suas despesas diárias.

Guilhermino relata também em seu discurso, das resistências que sofreu por perseguir a construção da sede e deixar de realizar outras atividades do IHGRGS, como por exemplo, a publicação da Revista. Diz que teve que viajar para a Europa e quando de seu retorno ao Brasil o plano para a nova sede já estava pronto, foi feito pelo Cel. Mário Calvet Fagundes e Guilhermino foi nomeado para fazer parte da Comissão de Construção do Prédio.

No encerramento de seu discurso Guilhermino recebe muitos aplausos, após pronunciar as seguintes palavras:

Portanto, a vocês que são jovens, eu peço: Ampliem, o quanto possível, as possibilidades de trabalho desta Casa. Ela é benemerita. Ela tem demonstrado sua benemerência por longos anos e merece ser cultuada como uma Casa de cultura verdadeiramente útil, como de fato o é.

Além de ter sido membro efetivo do IHGRGS, ele também foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico do Uruguai, fora do Rio Grande do Sul, também fez parte da Academia Mineira de Letras

Recebeu e vem recebendo ao longo dos anos uma série de homenagens de seus amigos e colegas intelectuais do Rio Grande do Sul, como forma de reconhecimento por sua dedicação à nossa terra.

Faz 50 anos que o mineiro Guilhermino César acampou entre nós; acampou e logo fez casa; tornou-se um dos nossos, não apenas pelas raízes que deitou, nem pelas altas funções que exerceu com proficiência, nem ainda pelo magistério que praticou com lustre, mas principalmente pelo contributo notável que deu às letras rio-grandenses, em valiosos trabalhos [...]³³

Foi homenageado no caderno de nº 13 do Instituto Estadual do Livro, em 1986, (série autores Gaúchos) e escolhido Patrono da 36ª Feira do Livro de Porto Alegre, em 1990.

Além das homenagens citadas recebeu também o título de Professor Emérito da UFRGS, Cidadão de Porto Alegre, concedido pela Câmara Municipal de Porto Alegre, em 25 de novembro de 1970³⁴; título que mereceu destaque e aplausos em diversos jornais como a *Folha da Tarde* e o *Jornal do Comércio*. Junto com a correspondência comunicando o agradecimento, Guilhermino César recebeu cópia da lei e a exposição dos motivos (currículo de Guilhermino) pelos quais a Câmara lhe concedeu o título, através da lei nº 3.227. Na lei, constou em seu 1º artigo.

Art.1º – É concedido o título de “Cidadão de Porto Alegre” ao poeta, escritor, historiador e professor universitário Guilhermino César, de berço mineiro, mas definitivamente integrado, hoje, por sua obra e sua vida, na cultura do Rio G. do Sul. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 12 de dezembro de 1968. Célio Marques Fernandes, Prefeito.

³³ Artigo “Uma biblioteca e sua destinação” de Paulo Brossard, no jornal Zero Hora de 10 de agosto de 1993.

³⁴ Recorte de jornal, Anexo 4.

Guilhermino César recebeu o título emocionado, proferindo um discurso de agradecimento na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Aqui vivi horas de aflição e susto, tive alegrias e envelheci, conquistei e perdi amigos, estudei a literatura e a história gaúchas, desfiz e renovei meu pecúlio de ilusões, lecionei milhares de jovens universitários, e aqui estou, agora diante de vós, embaraçado e perplexo.

[...] – O tempo passou, não é verdade? Porto Alegre é que não passa: está cada dia maior e mais faceira ...Vamos ver a Rua da Praia?”(recorte jornal Noticiário, 26 de novembro de 1970, p. 7)³⁵

Recebeu a Palmes Académiques da Academia Francesa, Oficial da Légion d’Honneur (França) e muitas outras honrarias como as medalhas do Pacificador, da Inconfidência e Simões Lopes Neto.

Guilhermino César da Silva faleceu aos 85 anos, em Porto Alegre, no dia 07 de dezembro de 1993, deixando seu legado cultural, suas crônicas, poemas, livros e pesquisas para as futuras gerações. Importante legado deixou também para o IHGRGS, como o exemplo de um membro que soube honrar e cumprir com seu juramento de posse. Por todos os cargos que passou, sobretudo no de Presidente, através da leitura das atas e das revistas da Instituição percebe-se a figura de um entusiasta que acreditava no potencial da Instituição e lutava por dias melhores.

Mas se um dia alguém quiser lembrar de mim depois da minha morte, que se lembre do poeta. É a única coisa que me identifica. Eu só tenho essa vaidade no mundo. Eu me considero poeta. Acho que pela educação que tive e a experiência poética que tenho hoje, eu vivo a poesia. -Guilhermino César da Silva – (RIO GRANDE DO SUL, 1986, p. 8).

Seguiram-se então, algumas homenagens póstumas, como é o caso da homenagem feita pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre criando o Prêmio Guilhermino César, que consiste em uma homenagem as pessoas que residem fora de Porto Alegre, mas que contribuíram para a cultura da nossa cidade. No ano de 2008, como parte das comemorações pelos 100 anos de Guilhermino César, foi realizado o *Seminário Guilhermino César, memória e horizonte*, evento organizado pelo Instituto de Letras da UFRGS.

³⁵ Discurso de agradecimento pelo recebimento do título de “Cidadão de Porto Alegre”. Vamos ver a Rua da Praia, convidou Guilhermino César. Recorte de jornal *Folha da Tarde* de 26.11.1970. p. 19.

Este trecho de entrevista concedida por Moysés Vellinho ao Caderno de Sábado (provavelmente), em 1970 reconhece a importância do intelectual para o Rio Grande do Sul.

Já tive ocasião de afirmar, em ato público, que a vida cultural e universitária do Rio Grande do Sul não seria a mesma sem a presença de Guilhermino César, seu ativo contato com as nossas fontes literárias e históricas, sua sensibilidade alerta, seu gosto apaixonado pela pesquisa, sua rica experiência de homem de estudo e de pensamento tudo isso se mistura com sua alma de poeta, - poeta de expressão cada vez mais densa e contraída, - qualidades postas em ação através da cátedra, do jornal, de conferências, ensaios avulsos, livros – fizeram dele uma das peças fundamentais do processo cultural do Rio Grande de hoje e do País.³⁶

Uma parte de sua obra, Biblioteca e documentação, foi doada para a Biblioteca de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Conforme tese de Doutorado em Letras (UFRGS, 2010) da pesquisadora Vivian Ighes Albertoni da Silva, esta parte do acervo foi objeto de um trabalho, que iniciou em 1998, intitulado *Projeto Acervo Guilhermino César*, tendo como responsável à Profa. Dra. Maria do Carmo Campos e o subsídio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, trabalho que possibilitou a organização de parte do acervo, levantamentos bibliográficos e catalogação de grande parte do acervo. O projeto ainda continuou por mais dois anos, contando com o patrocínio da FAPERGS, com o foco nas pesquisas sobre a vida intelectual e obra de Guilhermino César (SILVA, 2010, p. 9-11).

A parte Mineiriana da Biblioteca que pertenceu a Guilhermino César, conforme recibo constante em seu Fundo Documental foi vendida por sua esposa para a empresa Economia Crédito Imobiliário de Belo Horizonte em 1995. Composta aproximadamente de 700 volumes, incluindo os originais da revista Verde, além de exemplares de obras de Guilhermino César, que segundo o documento seriam distribuídos para bibliotecas de Minas Gerais.

A outra parte dos livros que compunham a Biblioteca de Guilhermino César, conforme artigo do Ministro Paulo Brossard, teria sido comprada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e ofertada ao IEL.

Já que a Biblioteca Pública, construída há 80 anos, não tem mais espaço para abrigar livros, por que não fazer do Instituto Histórico o guarda da melhor biblioteca especializada em assuntos do Rio Grande do Sul? O que eu não desejo é que livros tão valiosos, como os reunidos por Guilhermino

³⁶ Recorte de jornal, onde Moysés Vellinho fala sobre Guilhermino César e sobre seu livro *História Colonial do Rio Grande do Sul*. O recorte traz uma anotação que seria parte do Caderno de Sábado do Correio do Povo, data 26 de setembro de 1970, p. 06.

César, terminem como os de João Neves da Fontoura, também adquiridos pelo Estado do Rio Grande do Sul, e que eu vi em um sebo da nossa cidade[...]

É a sugestão que faço ao governador Collares sem que ela represente o mais mínimo despreço ao IEL [Instituição cotada para receber a doação do Governo do Estado] desse modo o governador prestava bom serviço ao Rio Grande e ligava o nome do seu governo, e o seu próprio nome, a uma Instituição benemérita do nosso Estado.³⁷

Por volta de 2008, pelo menos parte de seu acervo documental, foi doado para o IHGRGS.

Uma das características de seu acervo é que sua vida profissional esta bem retratada também no seu Fundo Documental, em todas as áreas em que atuou é possível encontrar documentação que nos permita atestar suas atividades, não só no Rio Grande do Sul, mas também em Minas Gerais.

Devido a quantidade de documentos referentes a sua vida burocrática e política, no próximo capítulo citaremos alguns dos documentos, cartas, fotos que compõe o Fundo Documental, o que nos permitirá perceber seu raio de ação, os contatos e a amplitude da importância de Guilhermino César da Silva principalmente para a vida cultural do Rio Grande do Sul.

³⁷ Artigo "Uma biblioteca e sua destinação" de Paulo Brossard, no jornal Zero Hora de 10 de agosto de 1993.

5 TECENDO A REDE DE CONTATOS DE GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA - O ACERVO E A IMPORTÂNCIA DO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA

Ao manusearmos os documentos do Fundo Documental de Guilhermino César da Silva abre-se uma vasta gama de possíveis opções de trabalhos com o Fundo, pois lá encontramos os mais diversos documentos que trazem parcelas representativas da vida pessoal e profissional do titular do Fundo e de alguns de seus familiares, como por exemplo, João Baptista Belli de Sardes, o Conde Belli, sogro do intelectual, bem como de seu filho mais velho Guilhermino Augusto.

A maioria dos documentos arquivados pertence a estes três personagens. Por esta razão, trataremos a seguir, mesmo que resumidamente, destes personagens, trazendo documentos representativos do Fundo, sem perder de vista que o foco deste trabalho é Guilhermino César da Silva e a rede de sociabilidades que os documentos podem nos fornecer.

5.1 Da sensibilidade das cartas à praticidade dos documentos - um pouco da memória familiar de Guilhermino César

Iniciando nossa proposta, vejamos do que trata a documentação endereçada ou redigida por Conde Belli, que foi Consul da Itália em Belo Horizonte, e por um período também estando à frente do consulado de Juiz de Fora. De acordo com a documentação constante no Fundo Documental, Conde Belli assumiu o consulado interinamente em 1914 e como titular em 1920.

As datas das congratulações recebidas por Belli são de um período bem esparso e de longa duração. Observamos inclusive algumas cartas com data posterior ao seu jubileamento, o que acreditamos ter ocorrido (de acordo com as correspondências) por que foi solicitado a Belli que reassumisse o cargo, o que de fato aconteceu em 1925.

Mesmo constando correspondências da vida profissional de Belli, é significativo o número de cartas pessoais dele dirigidas às suas filhas Palmira Julia Catharina Belli de Sardes e Wanda.

São inúmeras páginas onde encontramos a figura de um pai preocupado e zeloso pelas filhas, principalmente em relação à Palmira que morava fora do Brasil, em Lisboa.

Ora escrevendo em italiano ora em português Belli mostrava-se ressentido e preocupado quando as cartas de Palmira eram muito espaçadas. Amenizava a saudade trocando informações sobre os acontecimentos em família, o resfriado que custava a passar, as proezas que Henry (neto de Belli) aprontava e a situação política e financeira do Brasil de outros lugares visitados. Como nos mostra o trecho de uma das cartas de Belli para Palmira

P.S. Que pensam vocês do Ex. Soberano Edward VIII? Quando ele esteve aqui em Bello Horizonte, em 1931, com seu irmão o Príncipe Jorge, eu tive a ventura de ser reconhecido, pois me conheceu em Londres em 1912, tendo-lhe sido apresentado pela condessa Of[?] Powel (Dama da corte, residente em Barkley Square, 16, - não sei se é assim que se escreve) na ocasião da festa pelo aniversário da Rainha Mary, e fui aqui honrado com um aperto de mão de ambos esses Príncipes em pleno salão d'um baile que este Governo lhes ofereceu, os quaes dançaram o 1º baile com Wanda e continuaram dançando[?] com ella. Todos os jornaes do Brasil falaram a esse respeito – Enviar-vos-ei alguns desses jornais. (Carta de Conde Belli para Palmira, 19.09.1937).

Além das cartas encontram-se arquivadas certidões, como a do casamento de Palmira com Thomaz Rodnei Hatherly (natural de Nottingam/ Inglaterra), em 1906. Thomaz também costumava escrever para o seu sogro desejando feliz ano novo, informando sobre o andamento dos negócios, mostrando-se sempre com muito trabalho e avisando das viagens que fazia por conta dos negócios. Seu neto Harvey aproveitava o final das cartas dos pais ou enviava suas próprias histórias para o avô, contando suas aspirações de ir para a aviação e suas aventuras típicas da juventude, como o desejo de ter uma moto, a paixão por andar em alta velocidade e até os contratemplos que lhe aconteciam, como acidentes de moto.

Conde Belli mostra-se também bastante carinhoso com seu genro Thomaz, escrevendo-lhe constantemente, pedindo que lhe mantivesse informado sobre sua família e da mesma forma contando ao genro os últimos acontecimentos do restante da família em Belo Horizonte. Muitos momentos históricos são assuntos debatidos

nas correspondências, como a Primeira Guerra Mundial lê-se Conde Belli informando ao genro que foi chamado ao Rio de Janeiro, pelo Ministro Italiano para uma importante e reservada missão para Belo Horizonte (carta de Conde Belli para Thomaz em 30.(?).1917).

As filhas também se dirigiam de forma bastante afetuosa ao pai, Conde Belli, inclusive recorrendo a ele quando precisavam de ajuda, como vemos no bilhete (sem data) pedindo carinhosamente para seu “*paesinho*” mandar-lhes os cobses 1:500H000, assinado por Wanda. Nele Wanda diz que não teria essa pressa, se não fora o Guilhermino precisar hoje do dinheiro e ter-lhe pedido emprestado até segunda-feira. Dizendo também que ficará imensamente grata pelo favor e pede desculpas pela amolação.

*Seja bonsinho, você é um velhinho extraordinário.
A filha que você adora.
Wanda*

Cabe destacar ainda que uma grande quantidade de fotos e outros documentos dizem respeito ao Conde Belli, tanto fotografias com a família, quanto fotografias oficiais, devido a sua ocupação profissional. Como a documentação relativa às tratativas para a contratação de Ettore Ximenes (escultor italiano) para confeccionar monumento em homenagem a Raul Pontes (presidente do Estado de Minas Gerais) no final do século XIX início do século XX.

Continuando a tratar de um modo em geral dos documentos que compõe o Fundo Documental Guilhermino César da Silva, destaca-se também o número expressivo de documentos, postais e fotos relacionadas ao seu filho, Guilhermino Augusto, chamado em diversas correspondências carinhosamente de Mino pelos seus pais e familiares.

Muitas destas correspondências arquivadas no Fundo Documental parabenizam Guilhermino Augusto pela edição da obra *Carpinteiro Só*, livro escrito por ele em 1988. Há inúmeros recortes de jornal com críticas relacionadas à mesma obra.

Assim como o sogro de Guilhermino César, o Conde Belli, escrevia para as filhas e para os genros, os pais dele também escreviam com frequência para o filho para amenizar a saudade. Dos assuntos familiares tratados nas cartas, o mais recorrente é a saudade, a falta de notícias de uma família que mesmo tendo se

dispersado pelo Brasil e pelo mundo não deixou de buscar a manutenção dos laços. A importância do estudo destas cartas repousa justamente nestes laços afetivos, nas narrativas dos acontecimentos do cotidiano.

Cartas interessam, enquanto cartas, àqueles que as recebe. Quando, porém, deixam de ser cartas particulares, presentes e atuais, transformam-se em vestígio, deslocadas então da circunstância que lhes deu causa. Essas cartas vestígios, no entanto, são documentos que tangenciam memória e esquecimento. Como arquivos guardados, são espera. São um durante que resguarda o acontecido no tempo, preservando-o
Cartas interessam ao crítico literário porque revelam a palavra articulada, coloquial ou formal, bem como o estilo da narrativa [...] Cartas, enfim, interessam, são referenciais humanos e históricos, sociais e psicológicos, literários e até mesmo artísticos (TOMASINI, 2012, p,55).

Além de documentos referentes ao Conde Belli, Guilhermino Augusto e Guilhermino César, constam também no Fundo Documental alguns documentos que tratam principalmente dos problemas de saúde do outro filho de Guilhermino César (nascido em 1934), batizado com o nome João José de Sardes César, João em homenagem ao avô paterno.

Encontramos várias cartas de parentes e amigos de Guilhermino e Wanda parabenizando-os pelo nascimento de João José, que desde a tenra idade (2 anos), conforme documentação, já havia sido diagnosticado como portador de transtornos psíquicos.

A documentação referente a João José trata basicamente das despesas médicas com ele, no ano de 1936 até 1939, os repasses financeiros que Guilhermino César fazia ao Dr. Mirandolino Caldas, dono de uma clínica de euphreria infantil no Rio de Janeiro, que periodicamente escrevia-lhes informando detalhadamente as despesas e relatando a evolução do quadro clínico de João José. Estão arquivadas no Fundo Documental diversas propagandas desta clínica e também de um sanatório infantil, no Rio de Janeiro.

Nas cartas o casal sempre se mostrava preocupado com a saúde de João José e por inúmeras vezes entristecido por ter que viajar e deixá-lo na casa de parentes ou cuidadoras. Seu registro de nascimento e os documentos relativos às ações de interdição de João José César também estão arquivados no Fundo Documental de seu pai.

Deparamo-nos também com documentos pessoais, como procurações do escritor para sua esposa, dando-lhe plenos poderes para gerir a parte financeira da família (1991 e 1994), devido ao agravamento do seu estado de saúde.

Estão arquivados no Fundo Documental outros documentos em geral, desde a planta do apartamento em que residiu na Avenida Independência, até os documentos de identificação de Guilhermino, como o CIC, o carteira do PASEP, cartões de visita, documentos relativos às internações hospitalares de Guilhermino César, geralmente no Hospital Mãe de Deus e sua certidão de óbito.

Vários documentos e correspondências (recebidas e expedidas) de Wanda Belli de Sardes César também estão arquivados em seu Fundo Documental, como atestados por tempo de serviço, relativos à disposição da Professora Wanda pelo Governo de Minas Gerais, para dar aulas no Rio Grande do Sul, quando da vinda da família para cá em 1943. A certidão de óbito, com 93 anos (em 09.12.1999). Além de recortes de jornais com convites para o sepultamento, missas, homenagens póstumas, diversas cartas e telegramas de pesar enviados por escritores e amigos da família, dirigidos a Guilhermino Augusto César pelo falecimento de sua mãe como, por exemplo, os de Tania Franco Carvalhal, Patrícia Bins e Emílio Rothfuchs.

Passaremos a tratar mais especificamente de e sobre Guilhermino, pois encontramos em seu Fundo Documental também uma densa e diversificada documentação, tanto pelos assuntos tratados, quanto pelos vários suportes: medalhas, correspondências pessoais e profissionais, fotografias, postais, objetos, diplomas, recortes de jornais, certificados, relatórios resultantes de suas atividades em cargos públicos, como professor, chefe de gabinete do Chefe de Polícia de Belo Horizonte, Ernesto Dornelles, já em Porto Alegre, chefe de gabinete do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul³⁸ e Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, além de recortes de jornais que tratam também do intelectual Guilhermino César, algumas de suas crônicas e repercussão de seus escritos.

³⁸ Documento comprobatório assinado por Ernesto Dornelles, Anexo 3.

5.1.1 O estudante Guilhermino César

A vida estudantil de Guilhermino César está bem representada em seu Fundo Documental com recortes de jornal, como por exemplo, dando notícia de sua formatura de bacharel em Direito pela Universidade de Minas Gerais em 1933. Inclusive com fotos de reencontros da turma, no ano de 1972, ou seja, 40 anos depois de formados, quando os antigos colegas se reencontram em um jantar de confraternização. Um dos fotografados é Tancredo Neves.



FOTO 2 - Colegas da turma de bacharéis de 1932. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.

A cerimônia de formatura foi descrita com riqueza de detalhes pela imprensa, encontramos inúmeros recortes de jornais, que noticiam a formatura de Guilhermino e de seu colega na revista Verde, Osvaldo Abritta, dando destaque ao trabalho que o primeiro vinha desenvolvendo na imprensa mineira e no caso de Abritta, sua atuação como servidor do estado de Minas Gerais. O discurso que Guilhermino César proferiu, por ser orador da turma, foi alvo de elogios e críticas na imprensa mineira. Um dos jornais, cujo recorte não traz o nome nem a data de publicação, chega a destacar alguns trechos do discurso, que fez uma análise sociológica dos fenômenos capitais do Brasil contemporâneo.

[...] Desde já, podemos dizer ao brasileiro que a sua salvação não está no voto secreto, nem no socialismo extremado, nem na guerra á Igreja, nem no laicismo oficial, nem na Republica parlamentar, nem na permanência da ditadura [...]. Não é a produção em série, nem a exploração das riquezas nacionais, nem a educação, sem o capital estrangeiro, nem o liberalismo – como o entendem nossos estadistas – nada disso, aplicado isoladamente, pode salvá-lo do caos para onde caminha. Tudo se resume neste verbo hoje tão maltratado: administrar. Administrar dentro dos princípios legais, para se facilitar a emancipação de nossa economia, o estreitamento dos vínculos federativos e – acima de tudo- preparar pelo exemplo uma “elite” que represente o povo nos debates acerca dos problemas vitais do Brasil.

Em outro trecho de seu texto Guilhermino César crítica o ensino universitário³⁹.

Foi algo polêmico que gerou aplausos e manifestações contrárias na imprensa. Como é o caso do segundo trecho destacado, igualmente de um recorte de jornal sem identificação de nome do periódico ou da data de publicação, constando apenas o nome de quem escreveu, José Luis.

Nem toda a culpa vos cabe [aos professores], bem como o sabemos. A pedagogia oficial que se adota no estágio triste do curso primário, como nos cursos secundário e superior, vulgariza todos os conhecimentos, salvo os científicos e profissionais. Os métodos aplicados na escola de onde vimos constroem de preferência sobre a areia do individualismo e jogam com um punhado de tabus mais ou menos seculares.

Guilhermino não quis mentir, e cobriu logo os mestres com uma porção de agravos, inclusive o de não haverem transmitido aos estudantes a “paixão do humanismo” nem “a chave de pesquisas que os transformassem em elementos de ligação entre a realidade e a cultura”. Ora, Guilhermino sabe muito bem que a viagem para a cultura é uma aventura individual, um drama inferior, como se diz por ai, e não um caminhar de ovelhas na cola do pastor.

Vemos um Guilhermino César, desde os tempos de estudante, bem engajado com os problemas políticos e educacionais do Brasil, não deixando de manifestar sua opinião. Da mesma forma atuava como professor, sempre se mostrando preocupado com a forma de ensino e com o aperfeiçoamento das universidades.

³⁹ O recorte de jornal está com a identificação “Minas Gerais – Domingo, 6 de março de 1932”.

5.1.2 De aluno engajado a mestre incansável e reconhecido - O cronista, escritor e historiador que só queria ser lembrado como poeta

Além do aluno Guilhermino César, o professor também está bem retratado em seu Fundo Documental, pois há grande quantidade de documentos comprovando o período e as atividades dele nas Universidades nas quais lecionou como a Universidade de Minas Gerais, na Faculdade de Filosofia como professor de Literatura Brasileira, sendo inclusive diretor desta nos anos de 1941 e 1942.

O escritor colaborou ativamente, no ano de 1939, contribuindo intelectualmente para a criação e organização da Faculdade de Filosofia da UFMG, conforme demonstram inúmeros recortes de jornais que compõe seu Fundo Documental⁴⁰.

Referente à sua carreira como professor na UFRGS, entre demonstrativos de pagamentos e outros documentos gerais, encontram-se as portarias que concederam a ele dois períodos de licença especial, de 1954 a 1974 enquanto professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade.

Foram inúmeras as suas atividades em cursos de extensão da UFRGS, como no ano de 1972 em que o professor apresentou por duas ocasiões palestra sobre o Modernismo: "*Origem e desenvolvimento do Modernismo*" (13.10.1972) e "*O Modernismo no Rio Grande do Sul*" (23.11.1972).

Percebemos a dedicação do intelectual a sua carreira de professor pela leitura de diversas atividades que exerceu enquanto lecionou.

Destacamos aqui a título de exemplo, as atividades exercidas por Guilhermino, durante o 1º semestre de 1973, assim como em outros anos (1974 e 1975), constando em relatório as atividades: docente no curso de graduação; atividade docente no curso de pós-graduação; atividade administrativa; orientação de bolsistas, monitoria; Prêmio Moinho Santista; Festival de Inverno, em Ouro Preto; Trabalhos de pesquisa, publicações; tese de universitário norte-americano; membro do Conselho Estadual de Cultural, entre outras atividades.

⁴⁰ Recortes arquivados no Fundo Documental Guilhermino César da Silva (GCS) pasta recortes.

Nos relatórios apresentados a COPERTIDE, Guilhermino fazia constar também algumas críticas e solicitações como, por exemplo, apontando a escassez de livros da Biblioteca do Instituto de Letras, que o obrigava a recorrer a sua Biblioteca Particular para trabalhar com os alunos.

O Fundo Documental também abriga diversos documentos sobre o período em que Guilhermino lecionou na Universidade de Coimbra, entre eles o Diploma de Funções Públicas, pelo exercício das funções de professor da cadeira de literatura brasileira, com data dos anos de 1962, 1963. Faz parte de seu Fundo Documental a Separata do Boletim do Gabinete Português de Leitura de 1968, que traz detalhes de como foi a cerimônia de entrega do título de Doutor Honoris Causa a ele.



FOTO 3 - Guilhermino César assinando o Termo de Imposição do Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS



FOTO 4 –Guilhermino com sua esposa Wanda Belli, após receber o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS

Encontramos nos recortes de jornais arquivados no Fundo Documental de Guilhermino César as diversas entrevistas que ele concedeu, várias páginas de recortes de jornais preservam estas importantes considerações que ele faz sobre diversos assuntos.

Como a entrevista concedida ao jornalista Juremir Machado da Silva, para a Revista ZH do jornal *Zero Hora*, no dia 04.11 de 1990 (p.3), onde ele expunha sua opinião e suas considerações sobre diversos temas. E, ao falar sobre literatura Guilhermino fez o seguinte comentário.

É o meu ópio. Não bebo, não tenho amantes, não vou a corridas de cavalo. Tinha que possuir pelo menos alguma mania, alguma paixão: é a literatura. O senso de humor da minha geração, por exemplo, é fruto da leitura de Oscar Wilde. Quando vejo o Carlos Reverbel, digo; “Mas você nunca envelhece”. É o humor.

Importante mencionar os inúmeros convites que recebia para eventos, tais como formaturas, casamentos, batizados e sepultamentos. Encontramos diversos cartões de felicitações de Natal e de aniversário, o que nos permite imaginar Guilhermino César como uma pessoa com amplas relações de afeto e admiração, tanto de seus familiares, amigos, colegas de trabalho e alunos.

Muitos outros documentos em sua honra e agradecimento, como a homenagem feita em 18/10/1974 pela Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã (Rodolfo Englert) em reconhecimento a colaboração no III Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros, a homenagem da Congregação da faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Minas Gerais, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a esta Faculdade, com data de 20.04.1989. O Diploma de Sócio Titular (Honorário) da Sociedade Sul-Riograndense (19/09/1976), a Medalha Oscar Nobiling, concedida pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, pelos relevantes serviços prestados à causa do ensino e da pesquisa na área da Linguística, da Filologia e da Literatura (19/07/1976).

Importante destacar aqui que a vida intelectual de Guilhermino César da Silva, suas crônicas e outras atividades já foram objeto de alguns artigos e publicações sobre escritores do Rio Grande do Sul, como por exemplo, o Caderno de Sábado do *Correio do Povo*, citado nas referências bibliográficas por ter sido de grande valia para esta pesquisa. Cabe-nos então fazer a ligação, percebendo a representatividade e a importância dos documentos encontrados em seu Fundo Documental.

5.1.3 A vida política sem militância do Ministro Guilhermino César

Sem deixar de lado, muito pelo contrário, pois já foram dedicadas aqui, algumas páginas, a vida intelectual do pesquisado, propomo-nos a tratar também da documentação encontrada em seu Fundo Documental relacionada às suas atividades ligadas à política.

Foram inúmeras as atividades do escritor neste âmbito, desenvolvidas pelo intelectual. Convém destacarmos mais uma vez que Guilhermino foi Oficial de Gabinete de Gustavo Capanema, Gabriel Passos e Benedito Valadares, na Secretaria do Interior de Minas Gerais. Trabalhou também com Ernesto Dornelles, sendo seu Chefe de Gabinete no período em que foi Chefe de Polícia de Belo Horizonte e Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Grande parte da documentação que compõe o Fundo trata da vida profissional de Guilhermino César, principalmente enquanto Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e como Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A leitura da documentação ressaltou aos nossos olhos a importância do período que compreende a documentação da vida política do intelectual, abrangendo o período de 1935 a 1956. Neste período vivenciou importantes acontecimentos para a história do Brasil e do Rio Grande do Sul, como o golpe de 1937 que deu início ao Estado Novo, onde o Rio Grande do Sul teve sete interventores, entre eles Ernesto Dornelles (entre 1943 e 1945) que vêm de Minas Gerais para Porto Alegre e juntamente com Guilhermino César da Silva, exercendo a função de Chefe de Gabinete.

Para compreendermos melhor a sua vinda para o Rio Grande do Sul faz-se necessário retornar ao período em que o escritor ainda morava em Minas Gerais. Neste Estado, ele iniciou sua carreira política ocupando vários cargos burocráticos, atestando assim sua participação na vida política de Minas.

Passamos agora para o relato de nossos achados no Fundo Documental, referentes a esta temática, os cargos burocráticos ocupados por Guilhermino César.

Tratamos aqui de parte escolhida como representativa do acervo, pois existe grande quantidade de documentos arquivados sobre este assunto em seu arquivo.

Voltando a Minas Gerais, conforme atestado de 04 de junho de 1936, assinado por Ernesto Dornelles (Chefe de Polícia de Minas Gerais), concedido a Guilhermino César da Silva comprova que ele ocupa o cargo de Chefe do Gabinete do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais.

Sobre esse período há documentos, no Fundo Documental, referentes à redação de correspondências no sistema cifrado, tanto explicações de como escrever de acordo com o sistema, como também cartas com estes códigos.

O Fundo Documental Guilhermino César da Silva possui documentos arquivados sobre o sistema criptográfico, que datam de 26 de setembro de 1932, neste caso em específico, o sistema para ser utilizado entre os destacamentos e o Q.G. do Gen. Jorge Pinheiro (Itabira, MG)⁴¹.

Já em documento do ano de 1937, carta explicando o Sistema Criptográfico a ser utilizado entre o comando da 4ª Região e o Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais, com a observação de que se tratava de um documento SECRETO. Ainda em 1937 encontram-se mais documentos do Ministério da Guerra sobre o sistema criptográfico, tratava-se de um sistema especial para as comunicações telegráficas entre o senhor Ministro da Guerra e o Capitão Ernesto Dornelles.

Importante destacar que diversas são as correspondências cifradas, que compreendem geralmente o período de 1934 a 1938, nos documentos em que foi possível identificar a data, sendo que geralmente eram trocadas entre Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, Benedito Valadares, General Gaspar Dutra, General Lucio Esteves, etc. Em sua maioria os documentos foram escritos a lápis, aparentemente em um papel de rascunho, outras estão datilografadas, algumas em papel timbrado do Gabinete do Governador de Minas Gerais, Chefatura de Polícia de Minas Gerais.

Como vimos em capítulos anteriores Guilhermino César da Silva veio para Porto Alegre no ano de 1943 como Chefe de Gabinete do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Cel. Ernesto Dornelles. Aqui exerceu também cargos burocráticos na vida política de nosso Estado.

É vasta a documentação comprobatória das atividades exercidas por ele neste período. Relacionamos aqui, alguns destes documentos que compõe o Fundo Documental.

Conforme Certidão de 25 de setembro de 1953 da Diretoria da Despesa do Tesouro do Estado, Guilhermino César da Silva recebeu a comprovação de ocupação dos seguintes cargos: de 11 de setembro de 1943 a 17 de fevereiro de 1944 ocupou o cargo de Subsecretario da Interventoria Federal do Estado do Rio

⁴¹ Exemplo de correspondência no sistema criptográfico no Anexo 1.

Grande do Sul; e de 18 de fevereiro de 1944 a 24 de outubro de 1945 ocupou o cargo de Secretário do Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul⁴², tendo solicitado sua exoneração do cargo. Após esta data, em 25 de outubro de 1945, foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul pelo Interventor Ernesto Dornelles.

Ele também guardou diversas correspondências acumuladas durante o desempenho de suas funções de Secretário do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, como carta de Mem de Sá cumprimentando Ernesto Dornelles (1945).

Com a situação de agitação política do país e do Estado, eram comuns pedidos de demissão de cargos, como no caso de Jorge Felizardo que solicita a sua exoneração do cargo de Diretor Geral à Desidério Finamor, até então Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, pois este solicitou sua demissão na mesma data à Ernesto Dornelles.

Inclusive há documento datilografado, datado de 30 de outubro de 1945, onde Ernesto Dornelles solicita ao Ministro José Linhares, demissão do cargo de Interventor Federal no Rio Grande do Sul.

Entramos então em um dos importantes períodos da nossa história, a Era Vargas.

Deste período, mais especificamente encontramos no Fundo Documental uma dezena de fotos (originais), sem data, mas muito bem conservadas, e nos atendo a algumas pistas e a posteriores buscas na internet, podemos encontrá-las muito bem utilizadas e explicadas no artigo *O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: Porto Alegre na conjuntura 1945-1947*, título da comunicação apresentada pela Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero, no Simpósio Nacional de História da ANPUH, em João Pessoa (2003). Aqui a autora escreve em nota de rodapé que se trata de um primeiro resultado de um projeto de pesquisa sobre este tema.

A autora menciona diversas vezes notícias e fotos publicadas nas páginas do jornal Correio do Povo, sendo que o período estudado compreende o final do Estado Novo e o início do governo Eurico Gaspar Dutra.

⁴² Documento comprobatório, assinado por Ernesto Dornelles, anexo 2.

Para este trabalho interessa principalmente o ano de 1945, que conforme Rodeghero (2003) é o ano em que as fotos aparecem no jornal e são do clima de abertura que logo foi seguido por outro de combate aos comunistas no pós 1946.

Apresentamos aqui algumas fotos apenas para ilustrar a rede de sociabilidades de Guilhermino César, neste caso, o período político no qual participou ocupando cargos burocráticos.



FOTO 5 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945).
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 6 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945).
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS. B



FOTO 7 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945).
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS. C



FOTO 8 - General Mark Clark em Porto Alegre (24.07.1945).
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS. D



FOTO 9 - General Mark Clark em Porto Alegre com criança no colo(24.07.1945).
Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS

Esta fase de abertura fez com que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vivesse na legalidade entre 1945 e 1947, fase em que ele se mostrou entusiasmado, assim como o grande número de movimentações sociais favoráveis nas ruas de Porto Alegre, com o final da Guerra e “pela manifesta simpatia aos Estados Unidos – na figura de Roosevelt – e a União Soviética a qual o Brasil reatava relações diplomáticas” segundo Rodeghero (2003, p. 1-2).

Ainda em julho desse ano, a presença organizada do PCB e o seu protagonismo na cena política puderam ser vistos durante a visita do General Mark Clark a Porto Alegre. Foto publicada no Correio do Povo mostra desfile do militar americano pela Rua dos Andradas, com a presença de uma multidão. Entre as faixas captadas pelo fotógrafo vê-se aquela do Partido Comunista do Brasil (CP, 24/07/1945, p. 8.) (RODEGHERO, 2003, p. 2 e 3).

Além da curiosidade destas fotos posteriormente identificadas como de 1945, também é possível encontrar muitos recortes de jornais arquivados no Fundo Documental Guilhermino César da Silva que trazem notícias da situação administrativa e financeira no Estado na década de 50.

Em sua maioria os recortes tratam das prestações de contas do governo estadual, a situação da viação férrea em nosso estado também aparece constantemente na documentação, os relatórios em várias páginas divulgavam as atividades da administração do Estado.

Os resumos nos jornais geralmente apresentavam a política financeira, as atividades da Secretaria da Fazenda, lembrando que Guilhermino, Ministro do

Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, assumiu como Secretário da Fazenda em 1954, sendo nomeado pelo Governador Ernesto Dornelles, após o pedido de afastamento de Antônio Brochado da Rocha, portanto os relatórios desta Secretaria foram elaborados por Guilhermino César.

Observamos que no período abrangido pelos recortes arquivados no Fundo Documental Guilhermino César da Silva, a crise financeira do Estado era bastante grave, deficitária. Em seu discurso de posse em 1954, Guilhermino já se mostrava preocupado com a situação do Estado e ciente da complexidade do cargo que passaria a ocupar.

Através do Tribunal de contas do Estado, a cujo corpo deliberativo tenho a honra de pertencer, venho examinando cotidianamente os atos relativos à gestão financeira do atual governo; bem avalio, por conseguinte, os graves deveres que passam desde hoje a pesar-me sobre os ombros e que são inerentes aos cargos como este, de extrema complexidade e vasta repercussão no âmago da vida coletiva.

Outro tema bem recorrente, tanto na correspondência pessoal, quanto na correspondência profissional, que Guilhermino manteve e preservou, são os inúmeros pedidos e solicitações de transferências de município, pedidos de nomeações, de recomendações para cargos e inúmeras cartas de congratulações pelos cargos que ele assumiu em diversos momentos. Cito aqui, apenas a título de curiosidade algumas das pessoas que se correspondiam com o escritor: Levindo Lampert, Luiz Pilla, Lya Luft, Mario Casasanta, Odilon Raul Alves, Oduvaldo José Abritta, Olavo João Urquia Castagna, Oscar Mendes Guimaraes, Patrícia Doreen Bins, Paulo Condonet, Pedro R. Wayne, Rubens G. de Oliveira, Santiago Freire, Sebastião Dayrell de Lima, Vasconcellos Costa, Américo César, Americo Cyrillo, Annibal di Primo Beck, Alarico Barroso, Alberto Carneiro, Alexandre e Susana Nathan, Antonio Augusto da Fonseca, Antonio Salles, Augusto César (irmão de Guilhermino), Augusto Fonseca, Biagio Tarantino, Carlos Lisboa, Celia Neves, Dante de Laytano, Djalma Higino Corrêa, Elpídio Paes, Eurico Rodrigues, Eurico Salis, Flávio Loureiro Chaves, Ewerton Sadi, Geraldo Bittencourt, Geraldo Vieira, IbanezVerney, Idália de Freitas Lima, Iris Rezende L. Ribeiro, Irmão Elvo Clemente, Italo Felício dos Santos, J. A. de Castilhos Junior, Joaquim de Assis Martins da Costa, João Petersen Junior, João de Macedo Linhares, José Cerqueira Filho, João Guedes Durães, José Bartolotte, Ney Brito, etc.

Além das correspondências e postais, são inúmeras as fotos com amigos, familiares e políticos, que nos permitem visualizar a extensa e diversificada rede de sociabilidade do intelectual.

Abaixo, a título de ilustração, alguns exemplos de fotos que compõe o seu acervo, muitas ainda sem identificação de data, local e fotografados.



FOTO 10 - Tancredo Neves (não identificamos em qual ocasião). Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS



FOTO 11 - Entrega das condecorações italianas ao Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Olegário Maciel, ao Secretário do Estado para o Interior, Dr. Gustavo Capanema, e a outras autoridades menores, em 9 de maio de 1932. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS

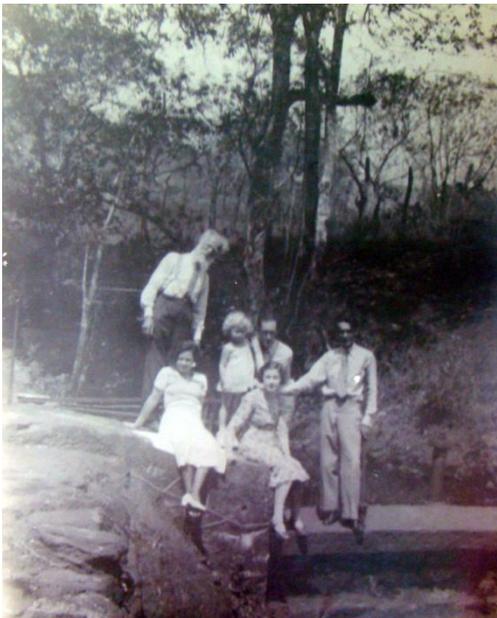


FOTO 12 - Conde Belli, [Dolores] Drummond, Julieta Drummond, Carlos Drummond de Andrade, Wanda e Guilhermino César (da esquerda para a direita). - pic-nique na Mangabeira, Belo Horizonte. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS



FOTO 13 - Francisco Peixoto, Henrique Resende, Toniquinho Mendes, Guilhermino César e Marques Rabelo (da esquerda para a direita). No verso da foto "07 de setembro de 1967 Cataguazes 90 anos". Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 14 – Recebimento da medalha Cidade de Porto Alegre, das mãos de Alberto André. No fundo, o Prefeito Guilherme Socias Vilela. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 15 -Guilhermino César ao lado de Ernesto Dornelles (ao centro) e outras autoridades não identificadas. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 16 - Getúlio Vargas cumprimentando Ernesto Dornelles e Guilhermino César (ao fundo). Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 17 - Guilhermino César conversando com Mário Quintana. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.



FOTO 18 - Escrito na foto: Da esquerda para a Direita: sentados – Raú Ledoux[?], Guilhermino César, Rousseaux, Álvaro Magalhães; de pé: Darcy Azambuja, Jayme Back, Elpidio Paes, Dante de Laytano, Jean Roche, Ernesto Geisel. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.

Assim, através do breve estudo do conteúdo do Fundo Documental de Guilhermino César da Silva, além de ser possível mapear sua vida pessoal e profissional é possível inferir algumas outras conclusões, como a de que ele foi bastante importante para a vida cultural do nosso Estado, principalmente pelos inúmeros relatos encontrados de outros intelectuais do Rio Grande do Sul.

Nossos intelectuais rio-grandenses reconhecem a importância do pensamento e dos escritos do intelectual para a história do Rio Grande do Sul. Desde jovem estabeleceu uma vasta gama de contatos com inúmeros políticos e/ou intelectuais de renome, o que fez com que Guilhermino ocupasse diversos cargos públicos e o que nos permite associar o nome do intelectual a vida política do Brasil e mais especificamente do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convivência familiar de Guilhermino César trouxe a ele o gosto e afeição pela cultura, principalmente pela leitura e poesia, onde mesmo morando em uma cidade muito pequena no interior de Minas Gerais, seu pai, o farmacêutico e escritor José César, por nutrir muito gosto pela poesia, dedicava-se a fazer circular uma pequena publicação, o jornal *Folha de Tebas*.

As correspondências do Fundo Documental denotam uma família que vibrava com as conquistas de Guilhermino, a cada nomeação, livros e crônicas publicadas. Amizade, carinho, saudade e agradecimento eram quase que unanimidade nas expressões utilizadas pelas pessoas do convívio familiar e social do intelectual, e isto se torna evidente pela leitura das correspondências recebidas e enviadas, pela afeição de seus amigos e familiares.

E vem desde seu período de vida em Minas Gerais esta vasta e afetuosa rede de importantes e inspiradores contatos, sejam eles familiares, intelectuais ou políticos. Pois já com 19 anos, em 1927 vimos o intelectual atuando, como um dos fundadores da Revista *Verde* em Cataguases, fazendo parte daquele grupo de jovens intelectuais que divulgavam as ideias modernistas.

Ainda em Minas Gerais no início de sua carreira profissional exercendo as funções de cronista, colaborador e redator em diversos jornais, o que também já nos mostra os contatos do intelectual desde muito jovem com outros jornalistas formadores de opinião e com a imprensa, e sua paixão pelos periódicos, sempre sendo aliados em suas pesquisas.

Sempre expressou sua opinião, não se furtando ao debate nas inúmeras áreas nas quais atuou. Já pelo seu discurso de formatura, em 1932 e através das reportagens e suas repercussões, vimos um aluno engajado e desde muito cedo preocupado com o sistema educacional no Brasil. Em todos os ramos de atividade nos quais Guilhermino atuou constatamos seu contato com diversos políticos e intelectuais, como Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, bem como sua estreita ligação com outros nomes igualmente importantes da política brasileira e rio-grandense, como Ernesto Dornelles e Gustavo Capanema.

As Universidades nas quais ele lecionou atestaram sua importância dando-lhe cargos de direção, sem falar das inúmeras palestras, congressos e encontros que realizou ou participou nessas instituições.

O Rio Grande do Sul é um Estado que soube ser grato pelos acontecimentos da vida terem trazido Guilhermino César da Silva para cá. O Estado soube bem o receber e o reconhecer por suas atividades que muito colaboraram com a nossa cultura.

Foi agraciado com inúmeras homenagens, recebendo diversas honrarias, ainda em vida, citamos aqui como exemplo, o título de Cidadão de Porto Alegre da Câmara de Vereadores da Capital, a Palmes Académiques da Academia Francesa, Oficial da Légion d'Honneur, medalha do Pacificador, da Inconfidência e Simões Lopes Netos. Sua vida e obra também são constantemente lembradas, pois foi batizado com seu nome o Prêmio da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre que homenageia pessoas que vieram de fora do nosso Estado e que em muito contribuíram para a cultura rio-grandense. Na passagem dos 100 anos de Guilhermino César da Silva também foi realizado o *Seminário Guilhermino César, memória e horizonte*.

O presente trabalho traçou também um breve histórico do IHGRGS com o objetivo de apresentar ao leitor a Instituição que abriga acervos documentais tão importantes para compor a nossa história, bem como as formas de inserção e atuação na sociedade rio-grandense durante esses ininterruptos 95 anos de criação. Trouxemos as tentativas de criação de um IHGRGS, delas sabe-se que uma das tentativas que foi adiante, chegando inclusive a editar revista e aprovar estatutos, foi a que ocorreu em 1860, durando até 1864.

A ligação de Guilhermino César com o IHGRGS foi feita possivelmente através do grupo de intelectuais/políticos que além de fazerem parte da Instituição também estavam ligados ao governo estadual, motivo pelo qual ele veio para o Rio Grande do Sul em 1943. Então sua inserção no Instituto é rápida e consolidada em 1949 com sua posse e posterior votação para assumir a presidência da casa em menos de um ano de posse, o que já demonstra o prestígio do intelectual junto aos seus confrades de Instituição.

No entanto, ele fez parte daquele período de mudanças no cenário cultural do Rio Grande do Sul e mais precisamente na Instituição, período em que as Universidades iam surgindo e se consolidando e o Instituto precisava se readaptar

urgentemente aos novos tempos. Então, Guilhermino não poupou esforços para ajudar a Instituição, até mesmo utilizando-se de seu círculo de amizades políticas, como por exemplo, com o então governador Ernesto Dornelles para solicitar auxílio financeiro, especialmente para a construção da sede.

Assim, com o histórico do IHGRGS e atuação de Guilhermino César na Instituição, interrompida por cerca de seis anos, período em que lecionou na Universidade de Coimbra, também é possível compreendermos a atuação intelectual dele no Rio Grande do Sul.

Sua colaboração para a história do Rio Grande do Sul fica principalmente marcada com a publicação entre outras obras, de *a História do Rio Grande do Sul no período colonial; História da Literatura no Rio Grande do Sul* e pelos seus textos publicados no Caderno de Sábado, suplemento cultural que fazia parte do jornal *Correio do Povo*.

A totalidade das pessoas que o conheceram, com as quais tivemos a oportunidade de comentar sobre esse trabalho de pesquisa, mostraram-se satisfeitas pela “homenagem” a este mineiro que fez do Rio Grande do Sul a sua segunda casa.

O Fundo Documental Guilhermino César da Silva é um dos 68 Fundos Documentais que compõe o acervo do IHGRGS, um Fundo caracterizado pela diversidade de suportes, pois, nele encontramos cartas, fotos, diplomas, selos sobre as diversas atividades do produtor do Fundo, como vimos no decorrer do trabalho.

Nele, acham-se contemplados todos os ramos de atividades exercidas por Guilhermino César, sejam políticas, acadêmicas ou literárias, ou ainda sobre sua vida pessoal e familiar, para um intelectual que queria ser lembrado apenas como preferencialmente um poeta vemos que ele semeou muito mais no coração da história brasileira e rio-grandense.

A leitura de suas correspondências e o posterior entendimento das redes de sociabilidades dele permite-nos a conclusão de que cada um da maioria destes contatos mereceria ser alvo de um trabalho mais específico, o que não é a proposta deste trabalho de pesquisa. Cita-se aqui como exemplo, a vida de Guilhermino César ligada ao período político do Brasil com foco no Rio Grande do Sul, fazendo parte dos gabinetes de Gustavo Capanema e Ernesto Dornelles.

Isto se justifica, pois, em todas as funções que ocupou, ele deixou sua marca e posição por ajustes, por melhorias, passividade nunca ou quase nunca encontrada em seus documentos e manifestações.

Não podemos deixar de lado também a importância dos cargos públicos ocupados por ele, tanto em seu Estado Natal, mas principalmente no período em que teve atuação política no Rio Grande do Sul.

Suas atividades de escritor e docente na PUC-RS e UFRGS também comprovam a influência do intelectual na cultura rio-grandense.

Seu acervo documental, justamente por ser representativo das atividades por ele exercidas, ajuda a trazer elementos para a história e Memória Coletiva de vários grupos do Rio Grande do Sul. Então, por ser um Fundo Documental portador de Memória Coletiva justifica-se seu arquivamento e divulgação, pois contém elementos que são pontos de referência para a Memória Coletiva.

Assim como outros acervos já foram objetos de projetos culturais, esperamos que com este dedicado ao Fundo Documental Guilhermino César da Silva, o IHGRGS possa trazer visibilidade não só para o Fundo Documental, mas também para a própria Instituição, que nestes seus quase 95 anos vem dedicando-se às atividades de preservação e divulgação de acervos privados que lhe foram confiados com o objetivo de torná-los de acesso público.

A gestão da documentação, e neste caso em específico, deve ser feita de forma que se estabeleça, e se torne ainda mais clara e visível aos pesquisadores a importância de Guilhermino César para a nossa cultura, catalogando todas as atividades nas quais ele atuou. Importante trazer todos os aspectos e atividades da vida do intelectual para assim abri-lo para todas as possibilidades de pesquisa em seu Fundo Documental.

Para tanto, construímos junto com a arquivista do IHGRGS, Vanessa Gomes de Campos, um plano de organização e divulgação do acervo contemplando toda a sua multiplicidade de atuação profissional.

A opção pela elaboração e esperada aprovação de um projeto cultural possibilitará que sejam realizadas todas as atividades de salvaguarda, organização e disponibilização do Fundo para os pesquisadores, aumentando sua visibilidade.

Acreditamos que após estes dois anos de desenvolvimento da pesquisa, tenhamos conseguido olhar para esse Fundo Documental com mais cuidado e atenção, lendo-o na íntegra e com isso fazendo um trabalho de deixá-lo em

condições de ser pesquisado. Nosso objetivo agora é dar mais visibilidade, o que poderá ser colocado em prática com as ações pensadas para o projeto cultural do qual este Fundo Documental será alvo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. O comércio ilícito no extremo-sul brasileiro na óptica da historiografia: breve estudo de caso. **Historiæ**, Rio Grande, 1 (1): 131-150, 2010. Disponível em: <<<http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2361/1242>.>> Acesso em: 05 fev. 2014.

ALVES, Rubem. O senso comum e a ciência. In: **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 9-21.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, jul. 1998. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>>. Acesso em: 20 maio. 2013.

AVERBUCK, Lygia. A verde herança de Cataguases. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20 maio 1978, Caderno de Sábado, p. 12.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAQUERO, Marcelo. **A pesquisa quantitativa nas ciências sociais: uma introdução**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BARBOSA, Andréia. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4, 2010. **Anais...** Vitória: Dossi, 2012.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseión**, vol.3, n.5, jan./jul. 2009.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes** : tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima; GONÇALVES, Margarete Regina Freitas; SANTOS, Aline Abreu Migon dos. Políticas públicas de preservação: instituições, personalidades e salvaguarda do patrimônio documental da arquitetura no Brasil . In: MICHELON, F. F. (Org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural**: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: UFPEL, 2012.

BROSSARD, Paulo. Uma biblioteca e sua destinação. **Zero Hora**, 10 ago. 1993.

BURKE, Peter. **O Mundo como Teatro** – estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: Difel. 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, Vanessa Gomes de (Org.). **Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS**. Porto Alegre: IHGRGS, 2013.

CARVALHAL, Tania Franco. Guilhermino César: do efêmero ao permanente. In.: CÉSAR, Guilhermino. **Notícia do Rio Grande**: literatura. Porto Alegre: IEL, 1994.

CÉSAR, Guilhermino. **Notícia do Rio Grande**: literatura. Porto Alegre: IEL, 1994.

CHAVES, Flávio Loureiro. Poesia da resistência. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20 maio 1978, Caderno de Sábado, p. 15.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 34, 2012. Disponível em: <<<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>> Acesso em 19 mar. 2015.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. **O Conciliador**. São Luís-MA, ano 3, n. 22, 13 mar. 1860.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Revista Estudos Históricas**, Brasil, 11, jul. 1998. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

COSTA, Alessandra. BARROS, Denise. MARTINS, Paulo. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE**, São Paulo: v.50, n.3, jul/set 2010.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Fotografia, bens culturais e inventário. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v.9, n.2, p. 283-297, julho.dez, 2013..

CUNHA, Patrícia Faleirosda; GRANERO, Arlete Eni. Marketing Cultural: Modalidades e Estratégias de Comunicação Institucional. **REC – Revista Eletrônica de Comunicação**, Uni-FACEF, n. 6 jul./dez. 2008.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 31-60.

DEZ ANOS SEM GUILHERMINO CÉSAR. [Doc. Eletrônico]. Disponível em: <<www.ufrgs.br/jornal/dezembro2003/pag11.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo Et Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.1, abr.1986.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 11, jul. 1998. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

ENTREVISTA DE GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA. **Clarín**. Buenos Aires, 30 dez./ 06 jan.1957.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4.ed. Lisboa: Portugal-Brasil/Sociedade Arthur Brandão, 1925.

GOMES, Angela de Castro. **Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados**. Revista Estudos Históricos, Brasil, 11, jul. 1998. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>. Acesso em: 20 mai. 2013.

GOMES, Carla Renata Antunes de. **De Rio-Grandense a gaúcho: o triunfo do avesso - Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. 1998, 356 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11154/000604511.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun.2014.

GONZAGA, Sergius; FISCHER Luís Augusto (Coord.) **Nós, os gaúchos**. 4.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber. Cartas — escritas sensíveis de si como bens culturais: acervos pessoais e políticas públicas. In.: MICHELON, F. F.; MACHADO JÚNIOR, C. S.; SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: UFPEL, 2012.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Coord.). **Nós, os gaúchos**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. Memórias da Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 8, n.15, São Luis/MA, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?view=article&catid=82%3Arevista-2011-numero-15&id=473%3A4-memorias-da-elite-arquivos-instituicoes-e-projetos-memoriais-texto&format=pdf&option=com_content&Itemid=114>>. Acesso em: 22 abril. 2015.

HOHLFELDT, Antonio. O trabalho crítico-historiográfico. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20 maio 1978, Caderno de Sábado, p. 16.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto**. 2004. Disponível em: <<<http://www.ihgrgs.org.br/>>>. Acesso em: 18 dez 2014.

_____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gráfica e Editora A Nação, n. 121, 1975.

_____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, n. 123, 1982.

_____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, n. 127, 1990.

ITAÚ CULTURAL. **Guilhermino César da Silva**. [Doc. Eletrônico]. São Paulo, ©2015. Disponível em: <<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2839/guilhermino-César>>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 7. ed. Rio: LCT, 1998.

MARTINS, Jefferson Teles. A questão da identidade regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico rio-grandense. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – O BRASIL NO SUL: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, 10, UFSM/UNIFRA, 2010. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278972363_ARQUIVO_AQUESTAODAI DENTIDADEREGIONALHISTORIOGRAFIAEADEFINICAODOCAMPOHISTORIOGRAFICORIOGRANDENSE.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2015.

_____. **O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart:** uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920. 2011. 142 f. il. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Disponível em: <<http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-03-25T183656Z-3045/Publico/430083.pdf>>. Acesso em: 02 jan.2015.

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.) **Arquivos pessoais:** história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, jul. 1998. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MICHELON, F. F. (Org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural:** ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: UFPEL, 2012.

MOLINA, Letícia. VALENTIM, Marta. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Revista EDICIC**, v.1. n.1, p.262-276, jan./mar. 2011.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas:** história e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NEDEL, Letícia. Os papéis de Alzira Vargas: biografia política de um arquivo pessoal. In.: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008. **Anais...**Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.

_____. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta.** Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. Cópia impressa na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

_____. **Um Passado Novo para uma História em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965).** Brasília, 2005. (Doutorado em

História). Disponível em: <<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy; LANGUE, Frédérique (Org). **Sensibilidades na História**: memórias, singularidades e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5 n.10, 1992. p. 200-215.

REICHELTELT, Valesca Persch. **Projeto de Pesquisa Marketing Cultural o patrocínio de eventos e sua influência nas estratégias de branding**. São Paulo: ESPM, 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. São Paulo: Thomson & Learning Edições 2006.

_____. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Instituto Estadual do Livro. **Guilhermino César**. Porto Alegre, IEL, 1986.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: Porto Alegre na conjuntura 1945-1947. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<<http://www.anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.103.pdf>>>. Acesso em: 12 de dez. 2014.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-riograndense. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 68-83, janeiro-junho, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de Cientistas** – gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas do Estado de São Paulo, 2008.

SILVA, Vivian Igenes Albertoni da. **Guilhermino César e o Caderno de Sábado do jornal Correio do Povo: em busca do ouvido certo**. UFRGS (Doutorado) Instituto de Letras. 2010. Disponível em: <<<http://hdl.handle.net/10183/28763>>>. Acesso em: 22 de fev. 2015.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de.(Orgs.) **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 2. ed. Brasília: SENAC, 2008.

_____. **A produção científica da arquivologia em classificação, descrição e recuperação: o estado da arte**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

TOMASINI, Maristela Bleggi. **Memória Social em Cartas de Amor: sensibilidades e sociabilidades na Porto Alegre da década de 1920**. 2012. 158 f. Dissertação(Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) La Sale/Canoas, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2012/mbtomasini.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

VERDE: revista mensal de arte e cultura, Cataguases-MG, A Brasileira ano 1, n. 1, set. 1927. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001410>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____ Cataguases-MG, A Brasileira ano 1, n. 2, set. 1927. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001420>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____ Cataguases-MG, A Brasileira ano 1, n. 3, set. 1927. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001430>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____ Cataguases-MG, A Brasileira ano 1, n. 4, set. 1927. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001440>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____ Cataguases-MG, A Brasileira ano 1, n. 5, set. 1927. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001450>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____ - ano 1, n.1, segunda fase. 1929: Cataguases, MG: Typ. A Brasileira, 1927 – 1929. Disponível em: << <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06001460>>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

Projetos contemplados na **FAPERGS** (secretaria do projeto junto a Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul, verba orçamentária do Estado do Rio Grande do Sul. 2003 e montagem do projeto “*Sesquicentenário do Padre Roberto Landell de Moura*” para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Edital 009/2010 – Auxílio a organização de eventos 2 – AOE2. (2010). (Aprovado e executado) - **CAIXA ECONOMICA FEDERAL** (Montagem, elaboração, execução da solicitação de recursos para o Instituto (2004) e montagem do projeto “*Preservação do acervo documental da Primeira República, no Rio Grande do Sul*”.) - **PETROBRAS** (Montagem, elaboração e execução do projeto de captação de recursos Edição 2006-2007, através do Projeto “*Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*”.(2008) e montagem do projeto “*Conservação do acervo iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*” (2010).) - **BNDES** (Montagem e prestação de contas do projeto “*Preservação da Memória do Rio Grande do Sul*”, (2009) e montagem do projeto “*Preservação da Memória do Rio Grande do Sul – 2ª Etapa*”, (2010)) - **FUMPROARTE/SMC/POA** (Montagem, elaboração e execução da prestação de contas projeto “*A Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre*”. 2005;montagem, elaboração e execução do projeto “*Preservação da Memória da Imprensa – 1827-1836*”, (2008) e montagem, elaboração e prestação de contas do projeto “*A História de Porto Alegre no Boletim Municipal*”, (2008) - **COPEL/BRASKEN** (Montagem e secretaria do projeto “*Mapas Histórico-Ambientais do Rio Grande do Sul*” (2006)) - **Oi Futuro** (Montagem e coordenação do projeto “*A Memória Científica do Padre Roberto Landell de Moura*” junto a Oi Futuro e a Lei de Incentivo a Cultura do RS. (2010 a 2012)). Ou através de convênios e solicitações de auxílio, como os aprovados junto a **AGERGS** (Montagem e secretaria do projeto “*Caminhos e Estradas Terrestres do Rio Grande do SUL*”,(2010)) - **Prefeitura de Porto Alegre** (Colaboração na montagem e secretaria da prestação de contas do projeto “*Atlas dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, (2008)*” - **FAC/RS** (Montagem do projeto em conjunto com Vanessa Gomes de Campos (arquivista), aprovação e prestação de contas “*Guia de Arquivos Pessoais e Coleções do IHGRGS*”, junto ao Fundo de Apoio a Cultura da Secretaria da Cultura do RS, (2012 e 2013)). Também desenvolvemos as atividades de solicitação de apoio, através da elaboração de projeto para a impressão de trabalhos do Instituto junto a **CORAG**, e colaboração na elaboração e acompanhamento de solicitação de auxílio, através da redação de propostas de emendas parlamentares apresentadas ao parlamento gaúcho (**Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul** - Montagem, elaboração e execução do projeto de captação de recursos para o Instituto, junto ao Governo do estado do Rio Grande do Sul através de Emenda popular nº 524 apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, aprovada por unanimidade nos anos de 2003, 2004 e 2005 e Emenda popular

nº 237 apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, aprovada por unanimidade (2006)).

APÊNDICE 2

Edital SEDAC nº 03/2015

Edital de Concurso “Pró-cultura RS FAC #juntospelacultura”

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do projeto cultural **GUILHERMINO CÉSAR: HISTÓRIA, MEMÓRIA, DIFUSÃO – VISIBILIDADE AO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA (IHGRGS)**

Deverá ser o mesmo utilizado quando da divulgação do projeto.

Município(s) e local(is) de realização **PORTO ALEGRE**

Cite os municípios e respectivos locais onde serão realizadas as atividades previstas, conforme selecionado quando da inscrição do projeto junto ao sistema.

2. PRODUTOR CULTURAL

Nº CEPC	3050
Nome do Produtor Cultural	CNPJ
THAIS NUNES FEIJÓ	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Nome do responsável legal pelo CEPC	CPF
THAIS NUNES FEIJÓ	80637361091
Endereço eletrônico (e-mail)	Telefone
thaisnunfei@gmail.com	(51) 93111714
<p>Informar os dados cadastrais conforme o registro junto ao Cadastro Estadual de Produtor Cultural. Deverá ser anexado, quando da inscrição da proposta, o portfólio da entidade e cartas de referência, se houver.</p> <p>No caso de Pessoa Física, não preencher os dados “nome do produtor cultural” e “CNPJ”.</p>	

3. OBJETO E METAS

Objeto

Criar um Catálogo que dê visibilidade ao Fundo Documental Guilhermino César da Silva pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o qual será apresentado através de exposição física e virtual.

<i>Metas</i>	
1	Organizar arquivisticamente o Fundo Documental Guilhermino César da Silva.
2	Acondicionar de modo apropriado os diferentes gêneros documentais que compõem o Fundo Documental Guilhermino César da Silva.
3	Elaborar um instrumento de pesquisa (Catálogo) que identifique todos os itens que compõem o Fundo.
4	Criar e imprimir Banner de divulgação do projeto (1).
5	Gravar em CD o Catálogo do Fundo Documental Guilhermino César da Silva (100).
6	Criar e imprimir o cartaz de divulgação do projeto e lançamento do produto (15).
7	Disponibilizar no site do IHGRGS (www.ihgrgs.org.br) o Catálogo do Fundo Documental Guilhermino César da Silva.
8	Divulgar nas redes sociais o término do projeto.
9	Elaborar e imprimir os banners da exposição (10).
10	Realizar a exposição na sede da instituição sobre a vida e obra de Guilhermino César da Silva, a qual ficará disponível no site do IHGRGS.
<p>Objeto: Defina em apenas uma frase o objeto do projeto, ou seja, o bem cultural (produto ou serviço) que se pretende desenvolver (resultado final).</p> <p>Metas: Detalhe os resultados mensuráveis do projeto passíveis de comprovação. Observe os objetivos específicos que constam no subitem 1.3 do Edital.</p>	

4. APRESENTAÇÃO

Pretende-se elaborar um Catálogo do Fundo Documental Guilhermino César da Silva pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com vistas a organizar o Fundo e também de dar visibilidade a documentação. O trabalho será realizado nas dependências da referida instituição por profissional capacitada da área arquivística, valendo-se de procedimentos técnicos específicos. O Fundo Documental será acondicionado, descrito e catalogado, ficando assim em condições de ser eficientemente disponibilizado à pesquisa. O produto resultante do projeto (Catálogo) será acessado no site do IHGRGS e distribuído gratuitamente em CD no evento que inaugurará uma exposição sobre a vida e obra do intelectual, narrada através das fotografias que compõem o acervo.

Apresente a iniciativa proposta, descrevendo de forma clara e objetiva O QUÊ se pretende realizar. Apresente um resumo. Busque ser sucinto e condense as informações imprescindíveis. Lembre-se: seu projeto **NÃO** pode ser atrelado a nenhuma data pré-estabelecida.

5. JUSTIFICATIVA

Homens públicos, cujos acervos documentais privados extrapolam as esferas familiares, muitas vezes têm suas trajetórias adormecidas. Esse é o caso do Fundo Documental Guilhermino César da Silva. Personagem importante de nossa história recente, a documentação custodiada pelo IHGRGS reflete a trajetória tanto privada quanto pública desse intelectual que transitava desde a política à produção histórico-literária. Conhecer o acervo é primordial para dá-lo a conhecer à comunidade em geral, reforçando os laços culturais do intelectual com a sociedade gaúcha e brasileira.

Guilhermino César da Silva era mineiro, filho de José César da Silva e de Isaura da Fonseca César, nasceu a 15 de maio de 1908, em Eugenópolis. Alfabetizado por uma descendente de escravos, já com 8 anos, Guilhermino escrevia poemas com versos de amor.

Aos 19 anos (1927), em Belo Horizonte, integrou o grupo de fundadores da revista modernista Verde, sendo alguns de seus parceiros, entre outros, Henrique de Resende, Ascânio Lopes, Francisco Inácio Peixoto e Oswaldo Abritta. No ano seguinte, Guilhermino publicou um dos seus mais importantes trabalhos literários, o livro de poemas, *Meia Pataca*. Nesse tempo, era aluno do curso de Direito, quando também mantinha emprego em folhetins mineiros, até que no ano de 1929, ingressou no Jornal Estado de Minas.

Graduou-se em 1932, e em 1933 casou-se com Wanda Belli de Sardes (professora em Belo Horizonte), com quem tem 2 filhos. Ainda em Minas Gerais foi crítico de jornais e professor universitário.

No ano de 1935, ingressou na carreira política como Oficial dos Gabinetes de Gustavo Capanema, Gabriel Passos e Benedito Valadares, na Secretaria do Interior de Minas Gerais. Foi também chefe de gabinete do Coronel Ernesto Dornelles, chefe de polícia de Belo Horizonte.

A mudança definitiva do intelectual para o RS deu-se em 1943, por ocasião de sua transferência para o Estado como chefe de gabinete do Interventor Federal, o General Ernesto Dornelles; exerceu ainda os cargos públicos de Ministro do Tribunal de Contas (1945), Secretario da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (1953-1956).

Academicamente foi professor de Literatura Brasileira (1965), História do Brasil e Estética na UFRGS. Tendo sido, também, professor na PUCRS.

Em 1962, foi para Portugal como professor visitante, onde lecionou na cadeira de Literatura Brasileira e História do Brasil (Universidade de Coimbra, de 1962 a 1968).

Aposentou-se em 1978, como professor titular de Literatura Brasileira do Instituto de Artes da UFRGS.

Guilhermino César foi poeta, ensaísta, cronista, sociólogo, historiador, crítico literário e pesquisador. Publicou inúmeros livros e artigos, destacando-se *História da Literatura no Rio Grande do Sul 1737-1902 (1ª edição 1956 e 2ª edição 1971)* e a *História do Rio Grande do Sul no Período Colonial (1970)*, além de organizar e escrever para o Caderno de Sábado (jornal Correio do Povo) e colaborar em outros jornais da capital e do país. Também foi dramaturgo, dirigindo algumas peças de teatro na década de 40.

Guilhermino César da Silva faleceu aos 85 anos, em Porto Alegre, no dia 07 de dezembro de 1993, deixando seu legado cultural, suas crônicas, poemas, livros e pesquisas para as futuras gerações.

A organização do Fundo Documental de acordo com as técnicas da ciência arquivística e a elaboração de seu catálogo trarão à tona esse grande personagem. A partir dessas ações, a documentação refletirá sua relação orgânica em consonância com a vida privada e pública de seu titular. O *Guilhermino* marido e pai; o aluno e o professor; o jornalista; o político – diversos papéis da emblemática figura que testemunhou a vida do século XX a partir da visão multifacetada e singular de sua trajetória. Sendo assim, em um conjunto documental pouco volumoso (com 2,05 metros lineares), mas extremamente denso e rico, encontramos fotografias, diplomas, certificados, medalhas (como a que lhe conferiu o título de doutor honoris causa, Universidade de Coimbra, 1964), correspondência, etc. Tal circunstância nos permitirá realizar essas ações no espaço de tempo proposto, 9 (nove) meses de duração do projeto. Vale destacar que o conjunto fotográfico é grande, contendo cerca de 800 fotografias que testemunham a vida familiar, acadêmica e política de Guilhermino César.

Entendendo que as imagens conservam elementos não só da memória individual do intelectual, mas também da memória coletiva, principalmente para o Rio Grande do Sul, é importante oferecer à sociedade gaúcha sua própria cultura, vista através das relações do titular com políticos e intelectuais brasileiros.

Pelo que já conhecemos do Fundo Documental Guilhermino César, a preservação e a divulgação de tal conjunto documental contribuirão para a história cultural do Rio Grande do Sul, pois Guilhermino César produziu, além de diferentes gêneros literários, importantes obras de história do Rio Grande do Sul. Além disso, também veremos aflorar a sensibilidade do intelectual na sua produção teatral, poética e romântica.

A disponibilização do Catálogo do Fundo Documental no site institucional e em CD permitirá ampla e variada circulação da documentação, o qual lhe trará visibilidade e certamente maior acesso

de pesquisadores. Soma-se às ações de divulgação do Fundo, além do catálogo, um evento no qual a equipe do projeto e da instituição compartilharão as experiências e conhecimentos adquiridos durante a execução do projeto. Na mesma ocasião, será inaugurada a exposição que terá por base fotografias do Fundo Documental e que comporão uma narrativa imagética das várias dimensões da vida privada e pública do intelectual.

Nesse espaço justifique seu projeto tomando como referência os critérios que serão pontuados, conforme tabela do item 8.2 do Edital: aderência à finalidade; mérito e relevância cultural; originalidade, inovação e criatividade das ações propostas; perspectiva de estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura e de competências criativas; a formação de mercados para a cultura; a relação custo-benefício do projeto apresentado.

6. FICHA TÉCNICA

Nome	Função
Marilete Nicoli	Arquivista, execução técnica
Vanessa Gomes de Campos	Arquivista Coordenadora (sem custos ao projeto)
Priscila Pereira Pinto	Técnica em Informática (sem custos ao projeto)
Thais Nunes Feijó	Administração e Historiadora (sem custos ao projeto)
<p>Informe o nome dos principais profissionais que foram envolvidos na concepção deste projeto e farão parte da sua realização.</p> <p>É aconselhável incluir currículo resumido dos profissionais indicados, relevantes para a realização das atividades propostas, no item 13 deste formulário. (Observe o item 8.2.2 do Edital)</p> <p>Lembre-se que é obrigatório indicar um profissional da contabilidade com registro no CRC.</p>	<p>Descreva as atribuições de cada um.</p>
Nome do contador	Número do registro no CRC
Marlene Carniel	53965

7. PLANO DE TRABALHO preliminar

7.1 METODOLOGIA

- A) A arte visual de 01 (um) banner, medindo 0,72x1,37 m, que divulgue o projeto será criada de modo a dar publicidade ao trabalho; será impresso em gráfica contratada.
- B) O conjunto documental será classificado, gerando o Quadro de Arranjo. No Quadro de Arranjo, todos os documentos exibirão a organicidade entre si, uma vez que foram gerados como provas de ações de todos os aspectos da vida de seu titular.
- C) Cada documento, ocupando seu devido lugar no Quadro de Arranjo, também receberá uma embalagem apropriada ao seu gênero. Ou seja, os documentos em suporte papel serão devidamente colocados em pastas de papel e as fotografias, serão embaladas em *jaquetas* confeccionadas para o seu formato (as fotografias que estiverem em álbuns, permanecerão, e também receberão uma capa).

Descrição arquivística do Fundo Documental	150			X	X	X	X	X			5.886,00
Criação e impressão do banner de divulgação	30	X									290,00
Criação e impressão dos cartazes de divulgação	30	X									430,00
Elaboração e diagramação do catálogo	60								X	X	3.750,00
Versão digital do catálogo – CD	30									X	700,00
Publicação do catálogo e exposição virtual no site institucional	30									X	3.280,00
Divulgação do projeto (redes sociais e site)	30									X	Sem custo
Evento/Exposição sobre a vida e obra de Guilhermino César da Silva com distribuição dos CDS com o Catálogo	30									X	Sem custo
Banner – narrativa imagética	120						X	X	X	X	2.850,00
Contador – contabilidade final do projeto	30									X	872,00

Trata-se aqui de demonstrar o **planejamento de produção** do projeto. Busque comprovar a viabilidade e exequibilidade do **cronograma físico-financeiro** proposto.

Descrição da etapa: Liste todas as ações necessárias para a execução do projeto proposto. Lembre-se que todos os itens de custo devem estar relacionados ao menos a uma ação. Insira em ordem cronológica.

Duração: Informe a quantidade de dias necessários para a execução da atividade relacionada.

Períodos: Distribua no tempo a execução das etapas, marcando com um **x** o período (mês) relacionado. Somente será definido a qual mês do calendário corresponderá cada período após a liberação de recursos (não poderá ultrapassar 9 meses).

Valor: Estime o valor aproximado à execução da etapa relacionada. Lembre-se que o valor líquido que será pago pelo Pró-cultura RS FAC terá retenção de impostos nos termos do subitem 6.1.1.

Prestação de Contas: deverá ser entregue 60 (sessenta) dias após o término do período de realização do Plano de Trabalho, não incluir como etapa.

8. APOIADORES

Nome	Participação
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	Entidade custodiadora do Fundo Documental Guilhermino César da Silva (carta de anuência em anexo)
Informe, caso houver, instituições, entidades ou empresas que já tenham relação estabelecida para participação da iniciativa proposta, através do apoio em bens ou serviço, desde que sem remuneração	Descreva a forma de participação e informações complementares.

prevista na planilha de custos. Os apoiadores não poderão receber valores oriundos do projeto e poderão ser veiculados nos materiais de divulgação e produtos culturais resultantes.

Posteriormente, nos termos do subitem 6.3 do Edital “*O proponente poderá, a qualquer tempo, buscar apoiadores que através de bens ou serviços possam qualificar a realização do objeto do projeto.*”.

9. CURRÍCULOS

Incluir currículo resumido dos profissionais indicados no item “Ficha Técnica”, buscando comprovar e garantir a suficiência técnica para a viabilização da proposta.

Nome: MARILETE NICOLI

Breve Currículo

Arquivista e administradora formada pela UFRGS, atualmente cursa Museologia na mesma Instituição. Tem especialização em Gestão de Arquivos pela UFSM, e curso de Restauração em Livros e Documentos pelo Instituto Spinelli. Trabalha com acervos pessoais, tanto na área de organização como de conservação/restauração.

Nome: PRISCILA PEREIRA PINTO

Breve Currículo

Técnica em informática no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul desde agosto de 2004. Formada no curso Técnico de Sistemas de Informação pela Escola Técnica da UFRGS em 2006 e Graduanda no curso de Sistemas para Internet pela Universidade Feevale desde 2012.

Nome: THAIS NUNES FEIJÓ

Breve Currículo

Historiadora, Produtora Cultural e Secretária Executiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com experiência na administração de projetos culturais.

Nome: VANESSA GOMES DE CAMPOS

Breve Currículo

Arquivista (UFRGS) com especialização em *Gestão de Arquivos* (UFSM), também é bacharel em História (PUCRS). Exerce a atividade de historiadora e gestora do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre há mais de 15 anos; há alguns anos presta serviço de arquivista no IHGRGS, onde desenvolve atividades de organização, classificação e conservação da documentação arquivística.

Nome: XXXXXXXXXXXXX

Breve Currículo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10. LINKS

Indique, se for o caso, *links* que remetam à exibição de arquivos relativos ao objeto proposto.

Descreva brevemente o conteúdo.

<i>Link</i>	Descrição
http://www.ihgrgs.org.br/arq_online/GuiaAcervoIHG_site.pdf	Projeto apresentado e executado no Edital SEDAC 02/2012. Guia dos Arquivos Pessoais e Coleções do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
<i>Link</i>	Descrição

TERMO DE DECLARAÇÕES

Edital SEDAC nº 03/2015

Edital de Concurso “Pró-cultura RS FAC #juntospelacultura”

DECLARAÇÕES

Eu, **THAIS NUNES FEIJÓ**, CEPC nº **3050**, representante legal do projeto denominado **GUILHERMINO CÉSAR: HISTÓRIA, MEMÓRIA, DIFUSÃO – VISIBILIDADE AO FUNDO DOCUMENTAL GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA (IHGRGS)**, venho declarar, que:

- a) estou ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Pró-cultura RS, comprometendo-me a cumpri-los, zelando pela observância das suas determinações;
- b) estou ciente e de acordo com os termos do Edital SEDAC nº 03/2015;
- c) as informações e documentos apresentados neste projeto são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;
- d) caso contratado, realizarei o objeto do projeto, o retorno e a contrapartida de interesse público previsto no Edital SEDAC n.º 03/2015;
- d) toda a realização do projeto é de minha responsabilidade, destacando a importância de prever ART para estruturas de som, luz, palco e arquibancadas, e garantir que haja alvará de funcionamento e PPCI para os locais de realização que sejam de ambientes fechados;
- e) não há a previsão no projeto para remuneração com recursos do Pró-cultura RS FAC de servidor público estadual;
- f) em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- g) que não fui considerado inidôneo para contratar com a Administração Pública;
- h) somente contratarei empresas idôneas como fornecedoras de bens e prestação de serviços, após consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (CEIS), existente no Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/).

- i) qualquer modificação na minha situação particular, quanto à capacidade técnica ou jurídica, idoneidade financeira ou regularidade fiscal, dados cadastrais, comunicarei para a SEDAC, assim como qualquer alteração das fontes de recursos, metas ou outra modificação do projeto.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

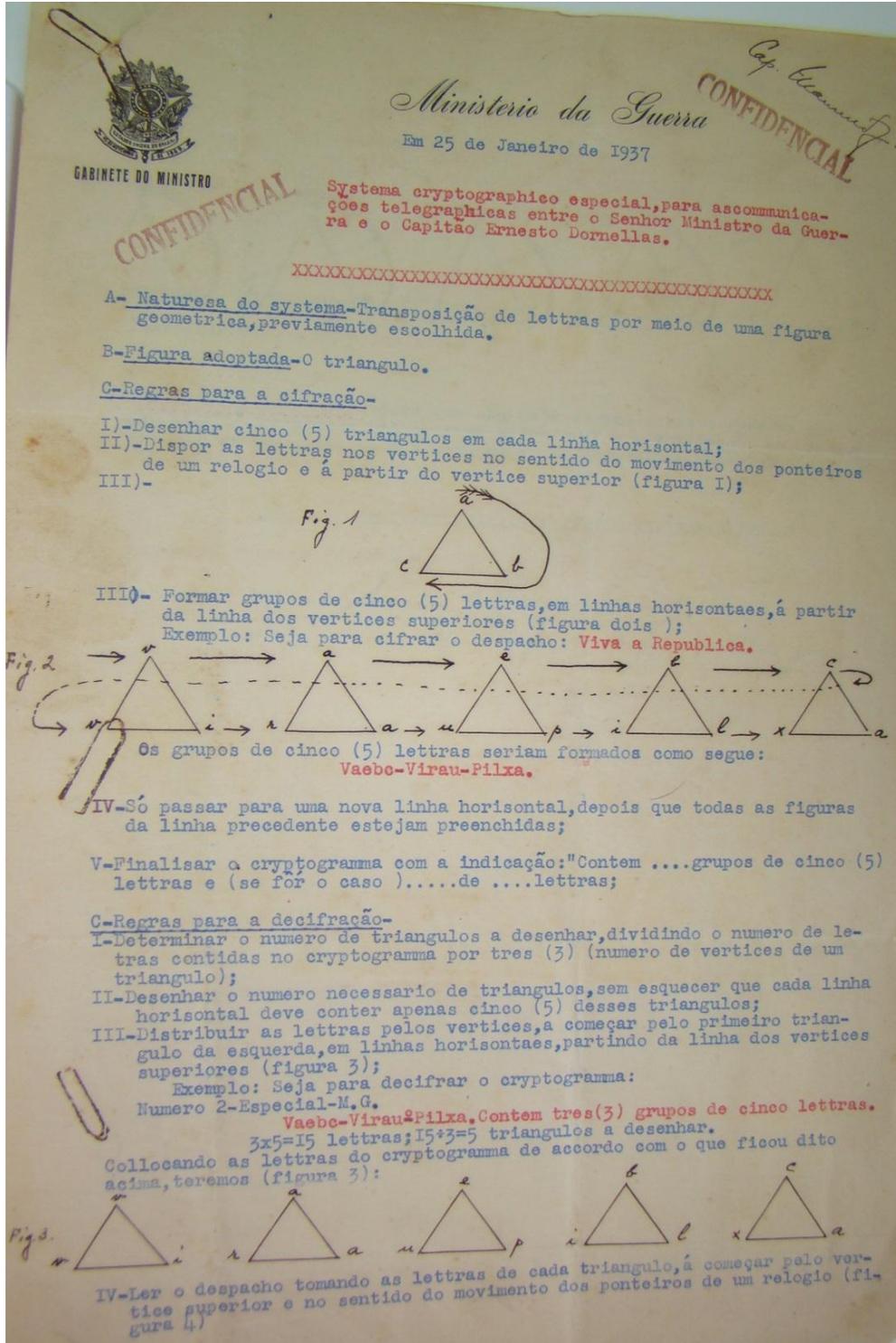
PORTO ALEGRE, em 22 de JUNHO de 2015.



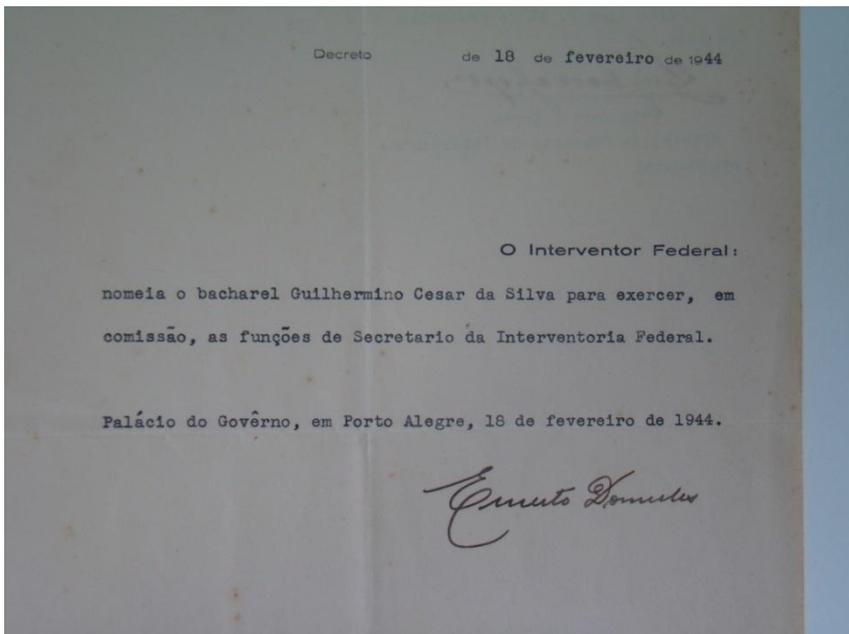
THAIS NUNES FEIJÓ

ANEXO

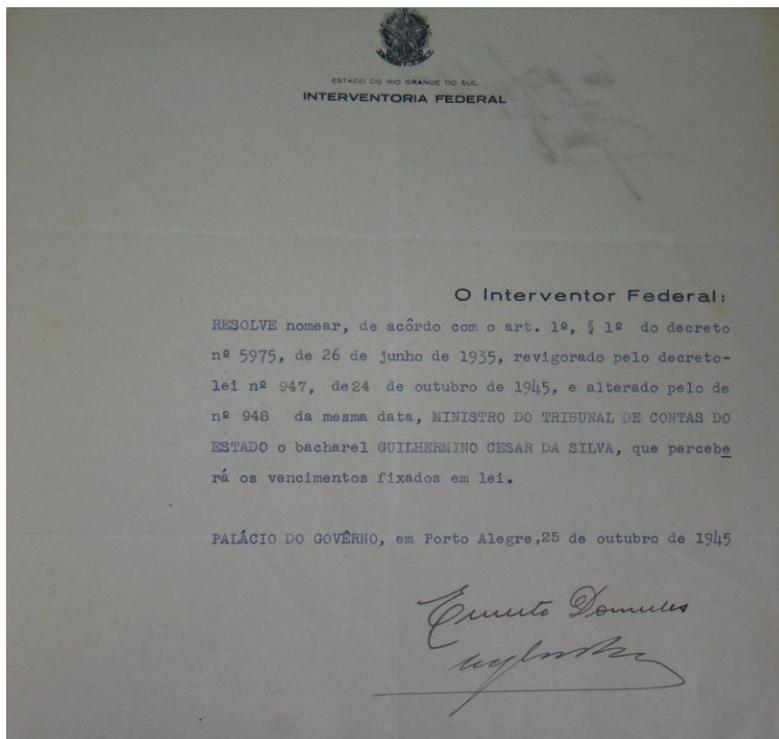
Anexo 1 – Correspondência no sistema criptográfico



Gabinete do Ministro da Guerra. Sistema Criptográfico especial para as comunicações telegráficas entre o senhor Ministro da Guerra e o Capitão Ernesto Dornelles (pg. 1).

Anexo 2 – Correspondências: comprovando atividades profissionais

O interventor Ernesto Dornelles nomeando Guilhermino César da Silva para exercer as funções de Secretário da Interventoria Federal. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.

Anexo 3 – Correspondências: comprovando atividades profissionais

Nomeação de Guilhermino César da Silva como Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.

Anexo 4 – Homenagens

Recorte de jornal. Fundo Documental GCS pertencente ao IHGRGS.